



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Relatório e Contas

2010

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório e Contas 2010

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

50 exemplares

ISSN 0872-1610

ISBN 978-989-25-0103-1

Depósito Legal nº 79235/94

Periodicidade Anual

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



Apoio | ao cliente

808 201 808

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2011*

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência

Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
Apresentação	7
Introdução	9
A - Breve Descrição da Actividade do INE em 2009	13
1. Desenvolvimento da Actividade Estatística	15
1.1. A Actividade Estatística e o Impacto na Sociedade	15
1.2. Metodologia Estatística e Tecnologias de Informação e Comunicação	17
1.3. Recolha de Informação	23
1.4. A Produção Estatística	27
1.5. A Difusão e a Procura de Informação e Comunicação	45
1.6. Avaliação e Gestão da Qualidade	53
1.6.2. Implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias	54
1.6.3. Auscultação dos Utilizadores de Informação Estatística	56
1.7. Cooperação Estatística Internacional	65
2. Análise Sintética do Balanço Social do INE	69
B - Contas e Demonstração de Resultados	79
1. Recursos Financeiros	81
1.1. Óptica da Contabilidade Pública	81
1.2. Óptica da Contabilidade Patrimonial	83
2. Situação Económica e Financeira	85
2.1. Balanço e Situação Patrimonial	86
2.2. Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos	86
2.3. Investimentos	87
2.4. Proposta de Aplicação dos Resultados	88
3. Outras Informações	89
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	91
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	95
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	103
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	107

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório e Contas

2010



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório, que acompanha a apresentação das Contas relativas ao exercício financeiro do ano de 2010, visa apresentar os aspectos mais relevantes da actividade desenvolvida pelo INE e analisar os aspectos essenciais da execução financeira explanada nas Contas e respectivos anexos.

Uma análise mais detalhada da execução da actividade do INE em 2010 será apresentada no respectivo **Relatório de Actividades**.

O presente documento está organizado em duas partes:

- Na primeira parte, faz-se uma apresentação sintética do conjunto da actividade exercida pelo INE ao longo de 2010: descrevem-se os aspectos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano de Actividades; enunciam-se as principais actividades na área da recolha e difusão de informação; faz-se referência às principais actividades no âmbito da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como ao nível internacional; caracterizam-se, ainda, os Recursos Humanos do INE, à data de 31 de Dezembro de 2010;
- Na segunda parte, apresentam-se as contas, bem como as demonstrações financeiras e respectivos anexos, elaborados em conformidade com a legislação em vigor.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da actividade estatística do INE em 2010 continuou a ter como enquadramento o Programa Estatístico Anual da Comissão e o Plano de Actividades relativos a 2010, documentos operacionais das estratégias europeia e nacional para 2008-2012, definidas respectivamente no Programa Estatístico Comunitário para as Estatísticas Europeias e nas Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional (LGAEN).

Os objectivos definidos para o INE, no âmbito do seu Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2010 (QUAR), tiveram naturalmente em consideração a Missão do INE, a sua Visão para 2012, as LGAEN e o Plano de Actividades 2010:

Objectivos de Eficácia

Objectivo A1: Consolidar e aumentar a oferta de informação estatística oficial, continuar a promover acções para o aumento da literacia estatística e intensificar a cooperação com a comunidade científica.

Objectivos de Eficiência

Objectivo B1: Prosseguir o processo de modernização da produção das estatísticas oficiais e de alargamento da apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, reduzindo, assim, a carga sobre os respondentes.

Objectivo B2: Contribuir activamente para uma maior integração do SEN, designadamente através da conclusão e implementação dos novos protocolos de delegação de competências e da participação nas estruturas do CSE.

Objectivos de Qualidade

Objectivo C1: Disponibilizar, em tempo útil, informação estatística oficial de qualidade, relevante para a sociedade, e melhorar os serviços prestados pelo INE, em termos de celeridade na resposta e de satisfação dos cidadãos.

Do vasto conjunto de actividades desenvolvidas pelo INE ao longo de 2010, são de destacar as seguintes:

a) No âmbito da função **Coordenação do Sistema Estatístico Nacional:**

- A assinatura dos sete Protocolos de Delegação de Competências, seis dos quais negociados em 2009 e um negociado em 2010.
- A concretização da cooperação inter-institucional com as entidades com delegação de competências, no sentido do cumprimento dos protocolos assinados, assim como com outras instituições que colaboram com o INE em estreita parceria para a prossecução de projectos de interesse relevante e com impacto na sociedade.

b) No âmbito da melhoria de eficiência nos **processos de recolha de informação:**

- Continuação da expansão da recolha telefónica (CATI) nos inquéritos por entrevista, tendo o INE atingido uma percentagem de 37,4% de entrevistas telefónicas conseguidas, no total de entrevistas possíveis (1,08 pontos percentuais acima do programado), em resultado da maturidade atingida pelo Sistema Integrado do Centro de Contactos do INE (SICC).

- Intensificação da recolha de informação por via electrónica, com resultados alcançados de cerca de 81% das respostas recolhidas por via electrónica no total de respostas possíveis, face a 77% no ano anterior. O Serviço WEBINQ do INE registou um acréscimo de 7,5% na recolha de questionários face a 2009.
- c) No âmbito da **produção estatística**:
- Conclusão do Recenseamento Agrícola 2009, com divulgação dos principais resultados em Dezembro de 2010.
 - Continuação da preparação dos Censos 2011, nas suas várias vertentes.
 - Finalização do processo de mudança de base das Contas Nacionais, com adopção de 2006 como ano de referência, com disponibilidade de informação em Junho de 2010.
 - Antecipação de 1 mês da disponibilização dos dados definitivos de 2008 do Sistema de Contas Integrado das Empresas, não obstante o alargamento do prazo de entrega da Informação Empresarial Simplificada em 15 dias.
 - Realização do Inquérito às Despesas das Famílias 2010 (IDEF), com o início da recolha de dados em Março de 2010 e final previsto no 1º trimestre de 2011.
 - Realização do Inquérito ao Consumo de Energia Doméstico, no 4º trimestre de 2010, decorrente de protocolo de colaboração com a DGEG|MEID.
 - Realização do Inquérito à Situação Financeira das Famílias, em parceria com o Banco de Portugal.
 - Concretização da transição do modo de recolha CAPI para CATI (recolha telefónica) no Inquérito ao Emprego.
 - Actualização e divulgação da Balança Alimentar Portuguesa para o período 2003-2008.
 - Divulgação dos primeiros resultados do Inquérito às Empresas de Comércio 2008.
 - Reformulação metodológica do Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias, para execução em 2011.
 - Concretização dos ajustamentos nas operações estatísticas no âmbito da introdução do Sistema de Normalização Contabilística, em substituição do Plano Oficial de Contas.
- d) No âmbito da **difusão estatística**:
- Taxa de execução de 95% de disponibilização de informação estatística no prazo (face a 93,3%, no ano transacto).
 - Crescimento de 34% de disponibilização de Indicadores no Banco de Dados de Difusão acessível através do Portal do INE.
 - Redução do tempo médio de respostas a pedidos de esclarecimento e de informação gratuitos, para 0,79 dias úteis, face a 1,15 dias úteis em 2009, no INE.
- e) No âmbito da **cooperação**:
- Liderança do INE de projectos de grande envergadura e importância na UE, designadamente: “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa; “SDMX – Statistical

Data and Metadata Exchange” e “Projecto-piloto europeu de construção de índices de preços para habitação própria”.

- Assinatura de dois Contratos de assistência técnica entre o INE de Portugal e o INE de Moçambique, no âmbito do Fundo Comum para Moçambique.

Em Maio de 2010 o Instituto Nacional de Estatística completou 75 anos ao serviço da Sociedade Portuguesa, tendo a sua comemoração constituído um momento de reflexão sobre o impacto que a sua actividade tem tido nos vários sectores e domínios da sociedade.

Em 20 de Outubro de 2010 foi, pela primeira vez, celebrado o Dia Mundial da Estatística, em reconhecimento do papel que as estatísticas têm desempenhado no desenvolvimento das sociedades.

No âmbito dos recursos no INE, além da preparação e execução das operações correntes, no decurso de 2010, decorreram os trabalhos relacionados com as duas maiores operações estatísticas decenais realizadas no País: a conclusão da recolha de informação relativa ao Recenseamento da Agricultura 2009 (RA2009) e a preparação dos Recenseamentos da População e da Habitação (Censos2011).

A execução financeira do exercício em análise continuou a beneficiar do resultado de medidas destinadas a otimizar a execução orçamental, de que se destacam, designadamente, a adopção continuada de procedimentos de rigor e racionalização; e incremento do aproveitamento de actos administrativos para a produção de estatísticas oficiais; e, intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos (Internet e a entrevista telefónica).

Sem ter sido posta em causa a execução do Plano de Actividades, a despesa efectiva do INE foi inferior em 5,3% à dotação disponível, fundamentalmente devido à contenção verificada na despesa com o RA 2009 (-10,3%), não obstante os constrangimentos verificados na execução da recolha. O volume do INE efectivos foi inferior em 6,2% ao planeado, reflexo objectivo de produtividade. O INE afectou às actividades previstas no plano de 2010 789 trabalhadores.

No âmbito da sua Auto-Avaliação no que diz respeito ao QUAR 2010, o INE atingiu um valor de 104,72%, que justifica a proposta de atribuição da menção de BOM.

É, ainda, de referir que, de novo, por despacho de 2 de Fevereiro de 2011 do Ministro da Presidência, no âmbito do SIADAP 1, ao INE foi atribuída a Distinção de Mérito pelo seu desempenho ao longo de 2009.

A - BREVE DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE DO INE EM 2010

1. DESENVOLVIMENTOS DA ACTIVIDADE ESTATÍSTICA

1.1. A ACTIVIDADE ESTATÍSTICA E O IMPACTO NA SOCIEDADE

A actividade do Instituto Nacional de Estatística por si, e por definição da sua missão de prestação de serviço público, tem um impacto evidente na sociedade portuguesa.

O Instituto Nacional de Estatística é a principal autoridade estatística^(*).

Este capítulo do presente relatório descreve as actividades realizadas em 2010 pelo INE de acordo com as várias fases do Processo Estatístico: Metodologia e Tecnologias de Informação, Recolha de Informação, Produção Estatística e Difusão.

O Processo Estatístico é um processo complexo, mas que se concretiza em última análise junto da sociedade através da disponibilização de estatísticas relevantes, de qualidade, credíveis e de acesso fácil, em escrupuloso cumprimento pelos princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.

O impacto das estatísticas oficiais na sociedade é medido não só pela concretização dos objectivos eleitos para o QUAR, como também na execução de um conjunto vasto de outras actividades estruturantes na actividade do INE e do Sistema Estatístico Nacional, tal como inscritas no respectivo Plano de Actividades.

É também de salientar os documentos enquadreadores da actividade do INE tanto a nível europeu (o Programa Estatístico Europeu), como nacional (as Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional – LGAEN). De facto, o Programa Estatístico Comunitário dá resposta às necessidades de informação estatística a nível da União Europeia, com vista à formulação, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas comunitárias. As autoridades estatísticas nacionais e a autoridade estatística comunitária são responsáveis, respectivamente a nível nacional e a nível comunitário, pela produção de estatísticas comunitárias com observância do princípio da subsidiariedade.

A nível nacional, as LGAEN dão, simultaneamente, resposta aos compromissos estatísticos assumidos pelas autoridades portuguesas a nível europeu e às necessidades estatísticas identificadas internamente.

A actividade de uma autoridade estatística, como um Instituto Nacional de Estatística, tem, assim, por definição, um impacto relevante para as sociedades de hoje, cada vez mais, “sociedades de informação”, sendo responsável por um importante instrumento para o conhecimento da realidade e para a tomada de decisão a todos os níveis, público e privado, individual e colectivo, central, regional e local.

Em 2010, e para além da produção corrente com a qual a sociedade já se habituou a viver (inflação, emprego, evolução da actividade económica, comércio internacional, ...), o INE foi responsável pela realização do Recenseamento Agrícola 2009, operação de inquestionável interesse para a sociedade, pela divulgação das Contas Nacionais numa nova base (2006) e pela preparação de toda a operação censitária Censos 2011.

(*) Outras autoridades estatísticas: Banco de Portugal (para as estatísticas monetárias e financeiras e da balança de pagamentos) e Serviço Regional de Estatística dos Açores e Direcção Regional de Estatística da Madeira (para as estatísticas de âmbito regional)

A título de exemplo salientam-se os seguintes factos de relevo na prestação de um serviço de qualidade e de impacto na sociedade:

O INE na Imprensa:

- 273 Destaques disponibilizados à comunicação social.
- 797 pedidos de informação respondidos a jornalistas.
- 11 673 notícias sobre a actividade do INE, em 349 Órgãos de Comunicação Social. 67% da classe “informação geral”, 26% da classe “economia” e 7% de outras “classes”. No que diz respeito ao tipo de meio: 52% das notícias foram publicadas em meios de imprensa escrita nacional, 40% em meios on-line e 8% em meios audiovisuais.
- 99% das notícias formulava uma avaliação de artigos positiva ou neutras.
- 186 978 319 pessoas tiveram acesso a notícias do INE (OTS - *Opportunities to See*).

Atendimento e Apoio a Clientes:

- 11 553 contactos telefónicos para esclarecimentos.
- 8 884 pedidos/respostas de informação estatística ou de esclarecimento (Portal, e-mail, Carta ou fax).
- 1 867 utilizadores nas bibliotecas do INE.

Atendimento e gestão do respondente de inquéritos por auto preenchimento:

- 68 180 contactos telefónicos recebidos.
- 117 732 contactos telefónicos efectuados.

Difusão de dados e acesso ao Portal de Estatísticas Oficiais:

- 1 119 726 acessos ao Portal de Estatísticas Oficiais.
- 10 663 547 páginas visionadas no Portal de Estatísticas Oficiais.
- 5 172 indicadores disponíveis na Base de Dados de Difusão.
- 593 ocorrências/momentos de disponibilização de informação de operações estatísticas.
- 48 publicações editadas de informação estatística.

Actividades de literacia estatística:

- 1 611 visitantes (entre estudantes e docentes) recebidos em visitas de estudo.
- 31 pontos de acesso à Rede de informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES).
- 190 Sessões/2913 participantes sobre as possibilidades de consulta de informação estatística na RIIBES.
- 1 250 participantes nos desafios apresentados no Projecto ALEA – Acção Local de Estatística Aplicada.

1.2 METODOLOGIA ESTATÍSTICA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Sistema de Metainformação	
Plano	Actividades desenvolvidas
Desenvolvimento e reformulação do Sistema de Metainformação do INE, nomeadamente envolvendo a solução aplicacional para a sua disponibilização no Portal do INE.	Concretizado parcialmente: feito um levantamento de requisitos técnicos e preparação das respectivas peças procedimentais, designadamente o Caderno de Encargos, dado que a solução aplicacional será feita recorrendo a outsourcing. Por razões orçamentais, a conclusão deste projecto foi adiada para 2011.
Revisão do conteúdo do formato padrão do Documento Metodológico das operações estatísticas.	Concretizada com o desenvolvimento de um novo formato padrão para o Documento Metodológico das operações estatísticas, respectivo <i>template</i> e instruções de preenchimento.
Liderança do grupo de países participantes no <i>grant Essnet for SDMX – “Standard Statistical Data and Metadata Exchange”</i> e participação activa nos respectivos trabalhos.	Concretizada: i) a coordenação do ESSnet em SDMX de acordo com o previsto; ii) acompanhamento dos trabalhos, relatórios trimestrais para o Eurostat e realização de duas reuniões de coordenação e acompanhamento dos trabalhos em Março e em Outubro; iii) coordenação de dois dos <i>Work packages</i> deste projecto.
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Desenvolvimento de um estudo para a geração da metainformação necessária à criação de questionários electrónicos, a partir da definição das variáveis no Sistema de Metainformação, introduzindo metainformação adicional relativa aos questionários.
Bases de Unidades Estatísticas	
Plano	Actividades desenvolvidas
Definição e implementação das tecnologias de suporte aos grupos de empresas (EGR Nacional) e das suas interacções com o EGR – “EuroGroups Register (EGR Central)”.	Concretizada: definição da arquitectura de uma ferramenta genérica para gestão e actualização do <i>Eurogroups Register</i> e automatização de todo o processo, de troca e validação de dados da rede EGR, assegurando que todos os Estados Membros utilizam a mesma estrutura e as mesmas validações para a actualização do universo único a nível Europeu e centralizado no Eurostat (EGR Central).
Estabelecimento de novos protocolos com entidades que disponham de informação susceptível de aumentar a cobertura e actualização tão frequente quanto possível, das Bases de Unidades Estatísticas.	Não concretizado: i) não foram estabelecidos novos protocolos; ii) não obstante os esforços realizados pelo INE, não foi possível avançar com a revisão de Protocolo de Colaboração com a DGCI, que poderia melhorar, em muito, a cobertura e qualidade das Bases de Unidades Estatísticas.
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	No âmbito do <i>EuroGroups Register</i> , foi aceite a candidatura do INE a subvenção financeira ao “ <i>Development and implementation of methods and tools for the EuroGroups Register at national level</i> ”, que decorrerá em 2011.

Métodos Estatísticos	
Plano	Actividades desenvolvidas
Continuação dos estudos para a definição da Metodologia para constituição e actualização da nova base de amostragem dos Inquéritos às Famílias no pós Censos 2011.	Concretizada: desenvolvimento de um estudo de viabilidade da utilização de ficheiros administrativos na constituição/actualização da futura base de amostragem dos inquéritos às famílias.
Definição de um formato padronizado para o relatório de qualidade das operações estatísticas, no âmbito das orientações do Eurostat para o "Standard Quality Report".	Concretizada parcialmente: i) participação na <i>task force</i> europeia que concluiu a proposta de definição dos indicadores de qualidade a utilizar no formato padronizado do relatório de qualidade das operações estatísticas; ii) apoio na realização de um teste interno aos indicadores de qualidade em três operações estatísticas.
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Desenvolvimento e reforço do plano de formação em software estatístico: realização de cursos de R, SPSS e Estatística Multivariada. Revisão e redefinição de critérios para a constituição das amostras e respectiva base de amostragem para os IVNE's: IVNEI, IVNES, IVNECOP e IVNEC. Realização de estudos de viabilidade para a adopção de metodologias de estimação em pequenos domínios, especialmente na produção de estimativas dos agregados do mercado de trabalho ao nível da NUTS III. Antecipação da constituição dos universos de referência para a unidade estatística empresa. Automatização, com recurso a software estatístico especialmente desenvolvido para o efeito, das tarefas de apuramento (IE-R) e consequente redução de prazos. Conclusão dos testes estatísticos de suporte à decisão de implementação da entrevista telefónica no Inquérito ao Emprego.

Infraestrutura de Georreferenciação Estatística	
Plano	Actividades desenvolvidas
Construção da versão final da Infraestrutura de Referenciação Geográfica (IRG), de suporte à produção e divulgação da informação estatística oficial, com prioridade para o suporte cartográfico dos Censos 2011.	Concretizado: i) realização das acções conducentes ao desenvolvimento da Infraestrutura de Dados Espaciais de suporte à produção e divulgação da informação estatística oficial; ii) constituição da cartografia de suporte à realização do Inquérito Piloto e Inquérito Piloto de Qualidade dos Censos 2011; iii) desenvolvimento de uma aplicação destinada à georreferenciação dos edifícios dos Censos 2011; iv) conclusão do desenvolvimento da BGRI2011, de suporte à realização dos Censos 2011.
Reforço da colaboração com as Câmaras Municipais e Associações de Municípios visando a validação da proposta preliminar da Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) 2011, da Base Geográfica de Edifícios (BGE) e da Base de Segmentos de Arruamentos (BSA).	Concretizado com a celebração de Protocolos de Colaboração com 221 Municípios, no âmbito da construção da Infraestrutura de Dados de suporte à execução da cartografia dos Censos 2011, e com a realização de reuniões com as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, tendo em vista a validação da BGRI2011 a utilizar nos Censos 2011.
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Constituição e validação da informação geográfica de suporte à realização do Inquérito de Actualização da Amostra-Mãe. Participação nas acções promovidas pelo Instituto Geográfico Português, no âmbito da implementação da Directiva INSPIRE. Participação no Projecto <i>EssNet</i> GEOSTAT.
Tecnologias de Informação e Comunicação	
Plano	Actividades desenvolvidas
Implementação de UCoIP (<i>Unified Communications over IP</i>), que irá permitir ao INE a integração de todos os tipos de comunicações (voz, e-mail, videoconferência, fax, gsm, sms, <i>instant messaging</i> , <i>contact center</i> , etc), reduzindo o custo das comunicações.	Concretizada parcialmente: realização do levantamento de requisitos, mapa de funcionalidades, selecção de tecnologias e plano de implementação e migração dos actuais serviços. Preparação das respectivas peças procedimentais designadamente o Caderno de Encargos e Programa do Concurso, dado que a solução aplicacional será feita recorrendo a outsourcing. Por razões orçamentais, a conclusão deste projecto foi adiada para 2011.
Concepção da arquitectura e dos sistemas informáticos de suporte aos Censos 2011 e construção e implementação dos sistemas protótipo para o terceiro teste aos questionários, à integração dos vários meios de recolha e ao controlo do trabalho de campo.	Concretizada: i) implementação da infra-estrutura de servidores, comunicações e serviços de rede de suporte ao terceiro teste e à operação real dos Censos 2011; ii) adaptação do ambiente <i>desktop</i> dos utilizadores/recenseadores (SPIS) para as referidas operações; iii) continuação da concepção da arquitectura de suporte dos Censos 2011, tendo-se realizado o inquérito piloto, o qual permitiu testar o e-censos, o modelo organizativo do trabalho de campo na recolha de informação e a linha de apoio; iv) realização de um teste ao Inquérito de Qualidade dos Censos 2011.

Instalação do <i>Datacenter</i> do INE, permitindo a melhor gestão dos equipamentos, a redução das falhas de energia, a superação de ameaças e quebras de segurança e redução dos consumos energéticos.	Concretizada parcialmente: realização do levantamento de requisitos, selecção de tecnologias e plano de implementação e migração dos actuais serviços; preparação das respectivas peças procedimentais, designadamente do Caderno de Encargos e Programa do Concurso. Por razões orçamentais, a conclusão deste projecto foi adiada para 2011.
Remodelação da organização dos conteúdos do Portal de Estatísticas Oficiais, melhorias das funcionalidades existentes e implementação de novas funcionalidades.	Concretizada: disponibilização de uma área para o recrutamento dos Censos 2011, permitindo a candidatura via formulário electrónico; disponibilização de uma funcionalidade de visualização gráfica de indicadores estatísticos. Construção e implementação de um formulário electrónico enviado automaticamente aos utilizadores de informação estatística, para conhecer o seu grau de satisfação relativamente aos pedidos de informação realizados. Implementação de <i>Web-services</i> de difusão para a obtenção de indicadores estatísticos.
Continuação da promoção da integração, no <i>DataWarehouse</i> (DW), dos resultados das operações estatísticas actuais e históricas com informação administrativa recebida ao abrigo dos protocolos celebrados, bem como de estudos de qualidade da informação, transversais às várias áreas de matéria do INE, com recurso aos dados existentes no DW e às novas funcionalidades da ferramenta disponível.	Concretizada: continuação da expansão da cobertura do <i>DataWarehouse</i>, pela integração de projectos das operações estatísticas, designadamente Estimativas das Obras Concluídas, Indicadores Agro-Ambientais, Caracterização da Habitação Social, Inquérito aos Sectores dos Bens e Serviços. Continuação da construção de modelos de análise sobre dados de recolha das operações estatísticas. Criação de modelos de análise para informação de gestão. Continuação da integração da informação de diversas fontes administrativas. Formação a utilizadores internos na ferramenta para exploração de dados residentes no <i>DataWarehouse</i>.
Continuação da melhoria dos processos de carregamento de indicadores estatísticos na Base de Dados de Difusão do INE (BDD).	Concretizada: i) implementação de processos mais ágeis e com um grau mais elevado de automatização para o carregamento de indicadores no banco de dados de difusão; ii) introdução de alterações na estrutura de base de dados, com melhorias significativas de resposta ao carregamento e à visualização de indicadores que irão permitir que, em 2011, os indicadores estatísticos sejam disponibilizados em simultâneo com a divulgação de Destaques ou Publicações.

Aumento do número de operações estatísticas no SIGINQ – Sistema Global de Gestão de Inquéritos, reduzindo o tempo necessário à fase de análise e desenvolvimento do SIGINQ com a introdução de novas funcionalidades.	Concretizada. No âmbito da unidade estatística “empresa” e “estabelecimento”, foram integradas no Sistema Global de Gestão de Inquéritos – Inquéritos por auto-preenchimento (SIGINQ-IAP) as seguintes operações estatísticas: ICHS, ITENF, UCDR, IUTICH, IPCAMP, IPCOL, IPCOLA e reformuladas as operações estatísticas: IONGA, IEGRU, ISBSA e IUTICE. Os sistemas SIGUA e GPAP do SIGINQ-IAP foram alargados à unidade estatística “veículo”. No âmbito da unidade estatística “Unidade de alojamento”, foram integradas no Sistema Global de Gestão de Inquéritos – Inquéritos por entrevista (SIGINQ-IE) seis operações estatísticas: IDEF, ISFF, ISCED, PIAAC piloto, dois anexos do IECAT e reformuladas duas operações estatísticas o UTICF e o IDR. O IDR foi também integrado no centro de contactos na vertente recolha telefónica (SICC-IE). No SIGINQ-IE foram incluídas as funcionalidades de “Transferência automática de dados de portáteis para ambiente central” e de “Gestão da metainformação técnica de questionários”.
Implementação do Sistema de Informação do Certificado de Óbito (SICO), da responsabilidade da DGS MS.	Concretizada, por parte do INE; aguarda-se entrada em funcionamento por parte da DGS.
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Apoio à execução e conclusão do Recenseamento Agrícola 2009. Desenvolvimento do “Sistema Vitais” de apoio às estatísticas demográficas, integrado com o Sistema SIRIC do IRN. Concepção e início do desenvolvimento do Centro de contactos genérico do INE – SICCG. O SICCG dotará o INE de capacidades para construir campanhas de <i>Inbound</i> e <i>Outbound</i> de forma genérica, viabilizando a reutilização e normalização de processos. Concepção e desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Entrevistadores. Entrada em produção dos subsistemas: processo de selecção com candidatura via internet, gestão de entrevistadores, contratos e documentos. No âmbito do <i>DataWarehouse</i>, aprovação da candidatura do INE a subvenção financeira para o projecto “<i>ESSnet on micro data linking and data warehousing in statistical production</i>”, que se iniciou em 2010 e decorrerá ainda em 2011.

1.3. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

No âmbito da recolha, as medidas adoptadas em 2010 continuaram a privilegiar a concretização da linha de actuação “Reduzir globalmente os custos com a produção estatística”, das LGAEN 2008-2012. Prosseguiram as acções de inovação e modernização dos processos de recolha de dados, as quais contribuíram para a redução global dos custos e da carga estatística e para a melhoria da qualidade dos dados recolhidos.

No âmbito das operações de recolha destacaram-se, em 2010, as seguintes operações com um impacto significativo na intensidade de utilização dos recursos disponíveis:

- Realização do Recenseamento Agrícola 2009, entre Novembro de 2009 e Novembro de 2010;
- Operação Piloto dos Censos 2011 realizada em Abril/Maio de 2010;
- Operação Piloto do Inquérito de Qualidade dos Censos 2011, realizada em Maio/Junho de 2010 ;
- Inquérito às Despesas das Famílias 2010 (IDEF); recolha por entrevista presencial ao longo de todo o ano, com reformulação dos suportes de recolha tradicionais;
- Inquérito ao consumo energético do sector doméstico (ICESD): recolha por entrevista presencial lançada no 4º trimestre de 2010;
- Inquérito à situação financeira das famílias (ISFF): recolha por entrevista presencial, operação conjunta com o BdP;
- Expansão da recolha telefónica (CATI) no Inquérito ao Emprego, com a implementação de uma infra-estrutura específica, o Sistema Integrado de Centro de Contactos do INE (SICC), bem como uma abordagem inovadora através da entrevista telefónica a partir de casa do entrevistador (HomeCATI).

Destaca-se ainda que, após cinco anos de consolidação do modelo subjacente à criação do Departamento de Recolha de Informação, bem como os progressos verificados nas infra-estruturas e métodos de recolha, foram efectuados ajustamentos à sua estrutura organizativa, nomeadamente no âmbito dos inquéritos por entrevista.

Assim, na recolha de informação, destacaram-se as seguintes actividades do INE:

Recenseamento Agrícola 2009

Realização do Recenseamento Agrícola 2009, em articulação com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Gabinete de Planeamento e Políticas e Direcções Regionais de Agricultura e Pescas), sendo de destacar as seguintes características:

- Método de recolha: entrevista directa, com recurso a questionário em papel e posterior registo e validação na aplicação informática do Sistema de Suporte aos Inquéritos Agrícolas do INE, por parte dos entrevistadores.
- Organização e logística: cerca de 2 000 colaboradores (técnicos dos quadros das entidades envolvidas, contratados a termo certo e prestadores de serviço), dispersos por todo o país (Continente e Regiões Autónomas), observando procedimentos padronizados de recolha.
- Resultados: recenseadas 515 179 explorações agrícolas (mais 1,7% do que o previsto inicialmente).

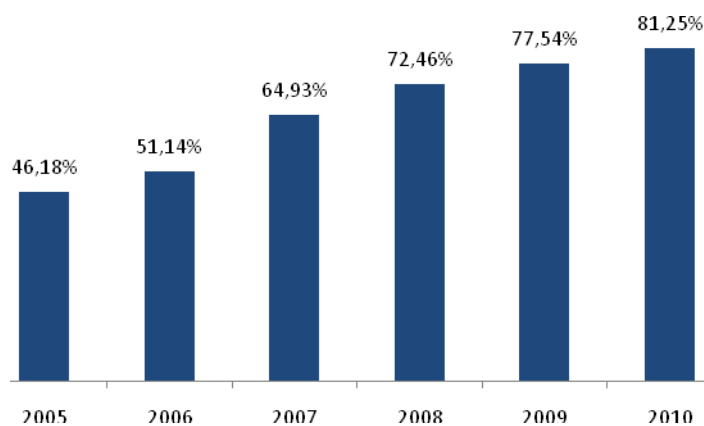
Recolha Electrónica – WEBINQ

Prosseguiram as acções de intensificação da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos de recolha de dados junto das Empresas, com o alargamento de sistemas electrónicos de recolha a mais operações estatísticas.

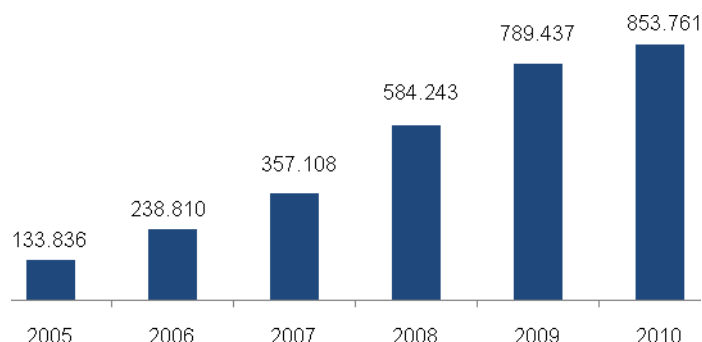
Verificou-se que 81,25% das respostas foram recolhidas por via electrónica, em resultado, essencialmente, do alargamento a mais operações do sistema de recolha de dados do INE pela Internet, disponível via Portal – WebInq. **[QUAR Obj B1 / Ind 3]**

O serviço WebInq registou 853.761 visitas (mais 8,1% do que no ano anterior), tendo sido recolhidos 521.468 questionários (acréscimo de 7,5% em relação a 2009).

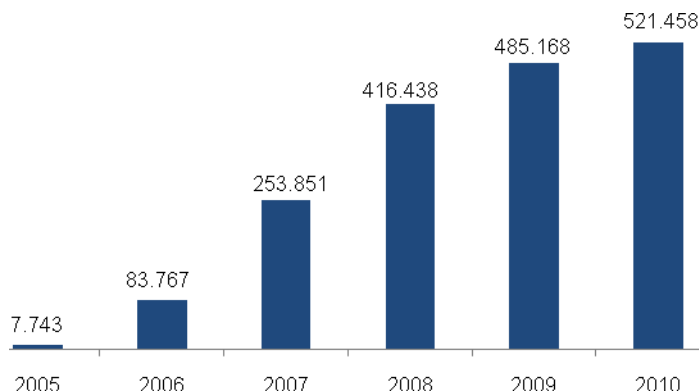
Recolha Electrónica - % de Respostas recolhidas



Número de visitas anuais ao WebInq



Número de entregas de questionários anuais no WebInq



Recolha Telefónica (CATI)

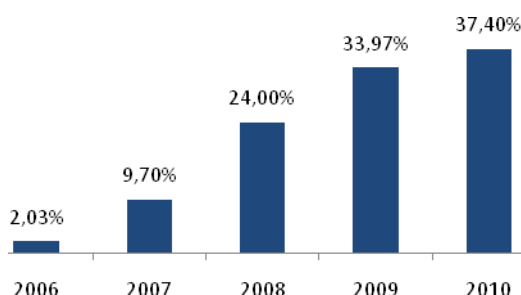
Cerca de 37,4 % do total de entrevistas susceptíveis de realização por telefone foram realizadas por essa via. **[QUAR Obj B1 / Ind 1]**

A adopção da recolha telefónica visa “reduzir globalmente os custos com a produção de informação estatística” mencionadas nas LGAEN 2008-2012.

A recolha telefónica (CATI) nos inquéritos por entrevista obteve um resultado acima do programado em 1,08 pontos percentuais, em resultado da maturidade atingida pelo Sistema Integrado do Centro de Contactos do INE (SICC), que permitiu sustentar uma nova fase da Recolha Telefónica, suportada por uma infra-estrutura de distribuição eficiente de chamadas realizadas pelos entrevistadores distribuídos pelo Continente e Regiões Autónomas a partir de casa (HomeCATI). O SICC permitiu ganhos significativos na qualidade da informação recolhida, devido à utilização da entrevista por guião e de mecanismos de supervisão centralizada e em qualquer momento diferido da entrevista.

A entrevista CATI foi alargada a novas operações, em particular ao Inquérito ao Emprego, o qual passará a ser feito, em percentagem significativa de entrevistas, por via telefónica em 2011.

Recolha Telefónica - % de Entrevistas conseguidas



Procedimentos de Gestão e Controlo da Qualidade

Prosseguiram as acções de consolidação do sistema de gestão de processos de recolha, integrado noutra mais abrangente, de controlo dos diferentes aspectos da produção de dados estatísticos (o Sistema Global de Gestão de Inquéritos - SIGINQ) [QUAR Obj B1 / Ind 2], constituído por diversos subsistemas, designadamente para a gestão de Processos de Recolha por Auto Preenchimento (GPap) e do Processo de Recolha por Entrevista (GPie).

Procedeu-se ao aumento das funcionalidades do GPie, ao seu alargamento ao Inquérito ao Emprego (CATI), bem como à sua integração no SICC.

Realizou-se a concepção e desenvolvimento do sistema de Gestão de Entrevistadores (ENTR), para melhorar a operacionalidade das equipas de inquéritos por entrevista, nomeadamente a gestão da selecção e contratação de prestadores e o pagamento de honorários.

Foi alargada a utilização do GPap a diversas operações, entre as quais se destacam:

- Inquérito mensal à produção industrial (IMPI);
- Inquérito trimestral às empresas não financeiras (ITENF);
- Inquérito à caracterização da habitação social (ICHS);
- Inquérito à permanência de campistas nos parques de campismo (IPCAMP);
- Inquérito à permanência de colonos nas colónias de férias (IPCOL);
- Inquérito à permanência de colonos nas colónias de férias - anexo (IPCOLA).

No Intrastat foi implementado o módulo de análise de microdados do GPap, sendo a operação pioneira nesta nova abordagem a generalizar a outros projectos.

Gestão dos respondentes

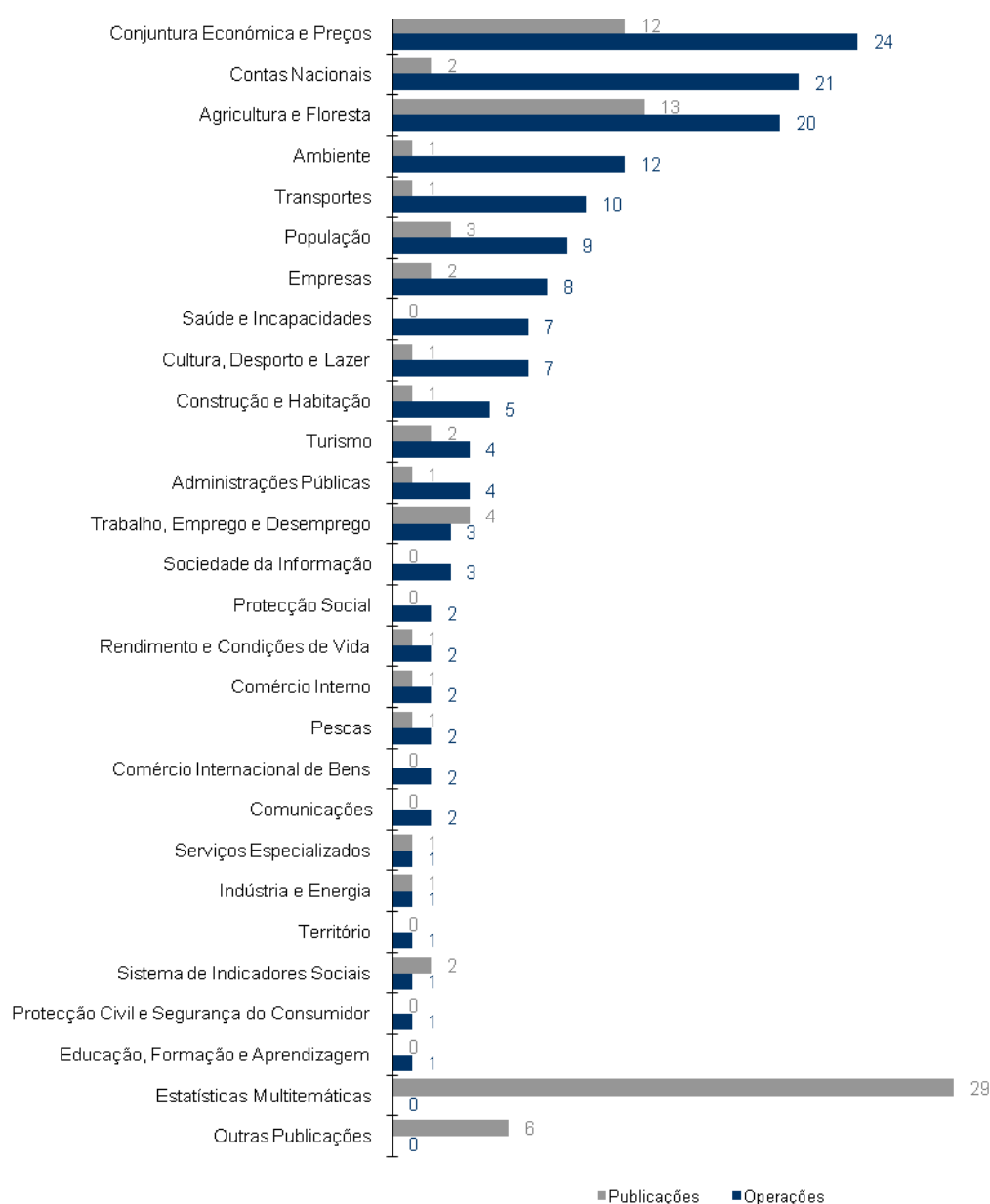
Continuação da centralização das funções de atendimento e contacto com as empresas, com a implementação do Centro de Contactos, destinado tanto aos processos de recolha de dados estatísticos (nomeadamente a entrevista telefónica e o contacto com as empresas), como ao apoio ao respondente.

1.4. A PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

No Plano de Actividades para 2010 estava prevista a realização de 157 Operações Estatísticas, a que correspondiam 599 Ocorrências/momentos de Disponibilização de Informação e a Edição de 88 Publicações.

Das Operações Estatísticas previstas, 2 não disponibilizaram informação em 2010: a “Conta Satélite das ISFL - 2006” e a “Matriz da Contabilidade Social”. Não foram editadas 3 publicações: “País em Números 1986-2009”, “Península Ibérica em Números – 2009” e “Contas Regionais 1995-2007”. As restantes Operações Estatísticas e publicações editadas distribuíram-se por 27 áreas estatísticas.

Operações Estatísticas e Publicações, por Área Estatística (Nº)



Do total de ocorrências previstas para 2010, 99% foram efectivamente concretizadas, tendo sido 95,0% disponibilizadas no prazo previsto (na data ou com antecipação) [QUAR Obj C1 / Ind1] e 4% com atraso. Descrevem-se, sucintamente, as principais actividades desenvolvidas em 2010, por área estatística, de acordo com o previsto no Plano de Actividades.

Maior detalhe da informação estatística divulgada e edição de publicações, assim como as justificações dos eventuais atrasos na sua disponibilização, estão disponíveis em anexo a este Relatório.

1.4.1. População e Sociedade	
População	
Plano	Actividades desenvolvidas
RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO 2011 – Continuação das actividades de preparação dos Censos 2011, nomeadamente: - Realização do Inquérito Piloto em Abril de 2010, e apresentação de relatório até final de Julho de 2010; - Execução do plano cartográfico; - Finalização dos instrumentos essenciais para a realização dos Censos 2011 – questionários e instrumentos auxiliares; - Realização dos concursos para a impressão e distribuição dos questionários, para a leitura óptica e para a campanha de publicidade; - Realização dos ensaios finais do modelo de tratamento de dados dos Censos 2011; - Organização e implantação da estrutura executiva da recolha de dados;	Concretizada: Inquérito Piloto realizado durante o 2º trimestre. Relatório de avaliação apresentado durante a 1ª quinzena de Julho de 2010. Cartografia censitária executada; Impressão executada na quase totalidade em Dezembro de 2010. Versões finais disponíveis em Setembro de 2010. Concursos realizados para a impressão e distribuição dos questionários e para a leitura óptica. Campanha de publicidade: reaproveitamento/actualização da campanha dos Censos 2001. Modelo de tratamento dos dados censitários elaborado, estruturado em duas fases: uma em “outsourcing” desde a recolha dos questionários junto das autarquias locais, tratamento através do processo de leitura óptica dos questionários em papel e posterior tratamento conjunto com as respostas via internet, até aos primeiros dois níveis de validação e produção dos resultados provisórios; outra, a fase final das correcções automáticas, especialização e apuramentos de resultados definitivos realizada pelo INE. Concretizada (conclusão em Junho de 2010).

▪ Avaliação dos principais ficheiros administrativos de indivíduos para apoio à constituição da base censitária; ▪ Realização de acções de incentivo à participação nos Censos 2011, de acordo com o Programa de Comunicação; Concepção de um modelo adequado para a adopção de um novo processo de realização dos Censos da população e habitação, baseado em dados administrativos.	Elaboração de dois relatórios de análise dos ficheiros administrativos da Segurança Social e Base de Identificação Civil. Não foi possível aceder em tempo oportuno aos restantes ficheiros solicitados. Edição de quatro números da Newsletter dos Censos 2011, a preparação do programa para as escolas até ao nível secundário, “Os Censos vão às Escolas”, “Tu também contas (Mini Censos)” e o “Jogo dos Censos”, bem como o desenho e impressão dos instrumentos publicitários para a respectiva campanha. Actualização do relatório de avaliação do processo de transição censitária, com base nos dados dos últimos ficheiros administrativos recebidos.
Indicadores demográficos - Alargamento da oferta de informação estatística no Portal de Estatísticas Oficiais, através do aumento do horizonte temporal das séries de indicadores demográficos já disponíveis e da criação de novos indicadores, nomeadamente os associados à informação estatística disponibilizada actualmente na publicação “Estatísticas Demográficas”.	Concretizado: criação de cerca de 100 novos indicadores, e alargamento do horizonte temporal em 20 dos indicadores existentes.
Esperança de Vida - Disponibilização do indicador “Esperança Média de Vida” numa base definitiva para 2009 e numa base provisória para 2010. Retropolação de tábuas completas de mortalidade até 1980, de forma a disponibilizar uma série temporal longa de indicadores de esperança de vida para Portugal.	Concretizada, com antecipação do calendário de disponibilização.
Estimativas e projecções demográficas - Elaboração de um estudo de viabilidade para a produção de indicadores demográficos em pequenos domínios territoriais, no âmbito das estimativas e projecções infraregionais da população	Concretizada: (a) ensaios metodológicos de cálculo de estimativas de população residente para o nível da Freguesia com base na informação disponível no SEN e avaliação de fontes administrativas para a operacionalização da componente das migrações internas; (b) estudo, ensaio metodológico e proposta final para construção de tábuas de mortalidade para as NUTS III.

residente, com o objectivo de responder, nomeadamente, às necessidades do planeamento territorial da administração central e local. Realização da <i>Work Session</i> internacional sobre Projeções Demográficas – <i>Joint EurostatT/Unece Work Session on Demographic Projections</i> – que reunirá demógrafos dos Institutos de Estatística e de outras organizações nacionais e internacionais, académicos, decisores e outros utilizadores de projecções de população, com o objectivo de discutir as diferentes aplicações das projecções demográficas e as práticas actuais ao nível nacional e internacional, divulgar metodologias inovadoras e abordar as questões relacionadas com a problemática do envelhecimento demográfico.	Concretizada: sessão realizada entre 28 e 30 de Abril, tendo o INE preparado e integrado o <i>Organising Committee</i>, que procedeu à organização logística e científica da conferência e ainda à apresentação de <i>papers</i>. O sucesso da conferência, tanto em termos organizativos como científicos, foi reconhecido quer no encerramento da conferência, quer em posteriores reuniões de grupos de trabalho do EUROSTAT. Deu origem à publicação dos "<i>Proceedings of the Joint Eurostat/UNECE Work Session on Demographic Projections-Lisbon on 28-30 April 2010</i>", pelo EUROSTAT.
Migrações - No âmbito das Estatísticas sobre Migrações destaca-se o compromisso de transmissão anual de dados ao Eurostat até 31 de Dezembro de n+1, no âmbito do Regulamento quadro 862/2007, com excepção do primeiro ano (dados referentes a 2008), dado que estas transmissões passam a ser efectuadas no âmbito de Regulamento em substituição do anterior <i>gentlement agreement</i>.	Concretizada, com antecipação de calendário em 3 meses: compilação/integração e análise crítica de dados administrativos e de inquéritos na área das migrações para garantir a robustez dos resultados finais dos indicadores produzidos; aperfeiçoamento do método de estimativa de população por naturalidade.
Perfil de Género – Implementação da Base de Dados do Género, com base no estudo de viabilidade executado em 2009.	Concretizada: i) validação do Dossiê de Género (DG) disponível no site do INE, I.P. e da respectiva metainformação, actualização e selecção de novos indicadores nos temas Actividade, Emprego e Desemprego, Decisão e Conciliação Trabalho/Vida Familiar, com análise especial do indicador relativo ao Gender Pay Gap; ii) debate das definições e indicadores na área da Conciliação Trabalho/Vida Familiar; iii) análise, com os organismos produtores da informação, dos indicadores sobre Violência Doméstica a incluir no Dossiê do Género; iv) concepção e elaboração da Brochura Bilingue Homens e Mulheres em Portugal, 2010; v) acréscimo (de 7,4%) no número total de indicadores disponíveis, sendo a variação mais significativa nos temas Decisão, Saúde e Actividade, Emprego e Desemprego; vi) coordenação dos trabalhos do Grupo de Acompanhamento da

Estudo de viabilidade para a implementação do Inquérito às Gerações e Género, no âmbito do projecto <i>Generations and Gender Programme</i>, coordenado pela PAU (<i>Population Activities Unit</i>) / UNECE (<i>United Nations Economic Commission for Europe</i>).	Execução Adenda ao Protocolo de Género 2004 (GA), composto pelo Instituto Nacional de Estatística I.P. (INE), pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE); vii) coordenação do subgrupo de trabalho sobre Violência de Género (SgTVG), a funcionar no seio Grupo de Acompanhamento da Execução Adenda ao Protocolo de Género 2004 (GA). Não concretizado devido ao desenvolvimento de outras actividades não previstas, consideradas prioritárias e à escassez de recursos humanos.
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Participação na organização da conferência e na conferência propriamente dita com a apresentação de paper sobre “Desenvolvimento e Harmonização das Estatísticas das Migrações entre os Países da CPLP”, que decorreu no INE a 1 de Julho de 2010. Acolhimento da reunião conjunta EUROSTAT/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras sobre Estatísticas de autorizações de Residência, no âmbito do regulamento do Regulamento comunitário 862/2007 relativo a estatísticas sobre migrações e protecção internacional. Participação e apresentação de <i>paper</i> na “<i>Joint UNECE/Eurostat Work Session on Migration Statistics</i>”, <i>Genève</i>, 14-16 Abril 2010. Participação na <i>task force</i> do Eurostat relativa à construção do indicador Esperança de Vida por Grupo Socioeconómico que implicou a análise das diversas metodologias propostas e a apresentação da posição do INE relativamente à possibilidade de construção do referido indicador. A análise crítica das diversas propostas apresentadas pelo Eurostat implicou ainda o estudo da possibilidade de implementar uma ligação entre a base de dados resultante da operação Censos 2011 com bases de dados dos óbitos. Participação e apresentação de <i>papers</i> na <i>European Population Conference 2010</i>, <i>Viena</i>, 1-4 de Setembro.

Trabalho, Emprego e Desemprego	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito ao Emprego (IE) - Consolidação do processo de transição para o modo de recolha CATI no Inquérito ao Emprego com a conclusão dos trabalhos associados à garantia da qualidade e coerência dos resultados obtidos na fase de experimentação deste modo de recolha. - Transição, para <i>DataWarehouse</i>, dos dados históricos do Inquérito ao Emprego. - Realização do módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego sobre a conciliação do trabalho com a vida familiar.	Concretizada: i) elaboração de relatórios de análise dos testes estatísticos sobre os efeitos da alteração do modo de recolha da informação no Inquérito ao Emprego; ii) elaboração do documento metodológico da operação piloto; iii) preparação dos novos programas de apuramento do plano de difusão trimestral das "Estatísticas do Emprego"; iv) preparação do programa de validações da informação recolhida; v) elaboração de documentos para a fundamentação da escolha da modalidade de transição para o novo modo de recolha da informação. Concretizada. Concretizada dentro dos calendários definidos com recolha da informação no segundo trimestre de 2010.
Custos do Trabalho - Elaboração de um estudo de viabilidade para a racionalização das fontes de observação dos custos do trabalho.	Concretizada dentro dos calendários definidos.
Início dos trabalhos para a integração dos resultados das operações estatísticas objecto de delegação de competências no <i>DataWarehouse</i> .	Concretizada.
Rendimento e Condições de Vida	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito à Situação Financeira das Famílias - Implementação, em parceria com o BdP, do Inquérito à Situação Financeira das Famílias no âmbito do projecto <i>Household Finance and Consumption Survey</i> (HFCS) do Eurosistema.	Concretizada, nos termos do Protocolo assinado com o Banco de Portugal, de acordo com a calendarização definida: execução do trabalho de campo para recolha de informação durante o segundo trimestre; codificação de variáveis; e início do processo de edição para validação de coerência dos dados recolhidos.
Pobreza e desigualdade - Divulgação e análise dos principais indicadores sobre a evolução da pobreza e desigualdade em Portugal, por ocasião do Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social e do Dia	Concretizada: divulgação da publicação "Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal" - associada às comemorações de "2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social" - por ocasião do 1º Dia Mundial da Estatística, 20 de Outubro de 2010, no Seminário "Rendimento e Condições de Vida em Portugal 2004-2009".

Internacional de Erradicação da Pobreza.	
Inquérito às Despesas das Famílias - Realização da edição de 2010 deste inquérito – operação que concorre para a determinação da estrutura das despesas e de indicadores regionais sobre o rendimento das famílias.	Concretizada: recolha dos dados iniciada no primeiro dia de Março de 2010 decorreu durante 26 quinzenas de observação, terminando no primeiro trimestre de 2011, utilizando pela primeira vez o registo informático na recolha das despesas em bens e serviços de consumo corrente com integração da Nomenclatura COICOP (cerca de 14 mil produtos).
Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Divulgação dos principais resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2009, em Julho de 2010.	Concretizada: divulgação dos dados provisórios no dia 15 de Julho de 2010; publicação, pela primeira vez, dos resultados sobre privação material e sobre privação habitacional.
Realização de testes de coerência para aproveitamento de dados administrativos para a produção das estatísticas do rendimento das famílias, da saúde e da protecção social.	Concretizada. Desenvolvimento em três vertentes distintas no que respeita à disponibilidade dos dados: em matéria de rendimento das famílias, análise dos rendimentos provenientes do trabalho dependente com base nos dados fiscais (IRS, modelo 3, Anexo A); em matéria de protecção social, análise dos dados sobre IPSS recolhidos no âmbito da concessão das participações para acção social; em matéria de saúde, análise dos dados de morbilidade por tumores malignos a partir dos três Registos Oncológicos Regionais.
Educação e Formação	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito à Educação e Formação de Adultos - Preparação da segunda edição da operação estatística comunitária do Inquérito à Educação e Formação de Adultos, em articulação com as entidades nacionais pertinentes, a realizar em 2011. Realização de um estudo de viabilidade visando a identificação das condições de máxima sobreposição em termos metodológicos e técnicos das operações Inquérito à Educação e Formação de Adultos e Programa Internacional para a Avaliação de Competências de Adultos.	Concretizada. (Considerando os âmbitos, metodologias, conteúdos, calendários das operações e as determinações da OCDE, foi considerado mais adequado efectuar separadamente o Inquérito à Educação e Formação de Adultos e o Programa Internacional para a Avaliação de Competências de Adultos).
Início dos trabalhos para a integração dos resultados das operações estatísticas objecto de delegação de competências no <i>DataWarehouse</i> .	Concretizada: i) criação de um grupo técnico para dar continuidade à integração dos dados históricos das operações estatísticas delegadas no <i>DataWarehouse</i> da Educação, Formação e Aprendizagem do INE; ii) realização de reuniões entre o INE e o GEPE/ME e o GPEAR/MCTES para integração regular das bases de dados das diversas operações estatísticas na futura estrutura do <i>DataWarehouse</i> ; iii) análise detalhada da estrutura e do conteúdo das

	bases de dados, por forma a avaliar os requisitos necessários à sua integração no referido <i>DataWarehouse</i> , nomeadamente desenho de registo e descodificações.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Divulgação, sob a forma de Destaque à comunicação social e de um artigo na publicação Estatísticas do Emprego, dos resultados do módulo de 2009 do Inquérito ao Emprego sobre a entrada dos jovens no mercado de trabalho.
Cultura Desporto e Lazer	
Plano	Actividades desenvolvidas
<i>Acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Revisão da operação estatística relativa aos recintos culturais, na sequência das recomendações do Grupo de Trabalho das Estatísticas da Cultura do CSE. Organização e divulgação da informação estatística da Cultura segundo a nova classificação de domínios e subdomínios culturais (passando a incluir-se também informação sobre as indústrias culturais e criativas), na sequência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Eurostat (<i>EssNet Culture</i>).
Saúde e Incapacidades	
Plano	Actividades desenvolvidas
<i>Acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Participação no Grupo de Acompanhamento do Estudo sobre Indicadores para Avaliação da Eficácia e da Eficiência da Políticas para a Deficiência, patrocinado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, concluído com a apresentação do relatório final. Participação nos trabalhos em curso do Grupo de Acompanhamento, patrocinado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, relativo ao estudo para a adopção de medidas práticas facilitadoras da adopção da Classificação Internacional de Funcionalidades. Início da actividade do grupo de trabalho do CSE sobre as Estatísticas da Saúde sob presidência do INE.
Justiça	
Plano	Actividades desenvolvidas
<i>Acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Inquérito Europeu à Segurança (SASU): continuação da participação nos trabalhos desenvolvidos, no seio do Eurostat, para implementação, em 2013, de um Inquérito Europeu à Segurança. Discutidas as metodologias, o modelo de questionário e preparada a Regulamentação comunitária.

Protecção Social	
Plano	Actividades desenvolvidas
<i>Acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Disponibilizados, no Portal do INE, 57 novos indicadores, 39 dos quais relativos às séries da Segurança Social e do Sistema Europeu de Estatísticas Integradas da Protecção Social, iniciadas em 1990.
1.4.2. Território e Ambiente	
Território	
Plano	Actividades desenvolvidas
Auditoria Urbana - Preparação do projecto Auditoria Urbana IV para as cidades portuguesas, dinamizado pela Comissão Europeia para recolha de informação sobre as condições de vida nas cidades de grande e média dimensão da União Europeia, sob um quadro metodológico e conceptual comum, tendo em vista a melhoria das políticas urbanas dos Estados-membros no quadro da política regional europeia.	Concretizada: criação da rede de articulação com as Câmaras Municipais envolvidas no projecto Auditoria Urbana IV e da execução da recolha, validação e tratamento de informação, de acordo com as orientações metodológicas definidas pelo Eurostat. Transmissão de dados ao Eurostat nos calendários estabelecidos.
Retrato Territorial de Portugal - Preparação da segunda edição da publicação "Retrato Territorial de Portugal", apresentando novas formas de organização e de abordagem de conteúdos, a qual privilegia a análise da informação estatística editada nos Anuários Estatísticos Regionais para o desenvolvimento de temáticas com relevância territorial, com divulgação prevista para 2011.	Concretizada: definidas as temáticas e respectivo quadro analítico, relativamente aos três domínios que constituem a publicação – Valorização territorial, Qualidade de vida e coesão e Crescimento e competitividade (divulgação em 2011).
Índice Global de Desenvolvimento Regional - Divulgação dos resultados do Índice Global de Desenvolvimento Regional e índices parciais de competitividade, coesão e qualidade ambiental, com disponibilização de resultados relativos a 2007 em Março de 2010, em parceria com o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) MAOTDR.	Concretizada parcialmente: realização de uma avaliação das opções metodológicas (e indicadores seleccionados) adoptadas na versão preliminar do ISDR (INE/DPP MAOTDR, 2009) com o objectivo de garantir a produção deste estudo estatístico numa base regular anual; formalização do ISDR no quadro de produção do SEN, assegurada pelo INE, através da aprovação do Documento Metodológico associado a esta operação e da apresentação dos resultados do Índice Global de Desenvolvimento Regional e dos índices parciais de competitividade, coesão e qualidade ambiental, em Abril de 2010.

<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Apresentação, na sequência de um convite da Unidade de Análise e Estatísticas Regionais da OCDE, no Grupo de Trabalho de Indicadores Territoriais do Comité de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial (OCDE), em parceria com o DPP MAOTDR, de um documento sobre a viabilidade de operacionalização de um índice sintético de desenvolvimento regional, com base na abordagem conceptual e metodológica utilizada para o índice português (ISDR), e tomando como referência a base de dados regionais da OCDE.
--	--

1.4.3. Economia e Finanças

Contas Nacionais

Plano	Actividades desenvolvidas
Contas Nacionais Anuais - Apresentação e publicação das Contas Nacionais Anuais relativas a 2006 e 2007, na nova base de 2006 (actualmente, 2000) e produção das séries retrospectivas a 1995. Compilação do PIB na óptica do Rendimento. Reatamento da produção das “estatísticas fiscais”. Adopção da nova base das Contas Nacionais Anuais na produção de contas trimestrais, regionais e satélites, após a introdução dos ajustamentos necessários nas respectivas séries retrospectivas (1º trimestre 1995 / 4º trimestre 2005).	Concretizada: finalização do processo de mudança de base das Contas Nacionais; merecedora de destaque particular devido a tratar-se de uma actividade plurianual e de grande envergadura; divulgação de destaques, abrangendo os resultados na nova base das Contas Anuais e das Contas Trimestrais (9 de Junho), e as Contas dos Sectores Institucionais (anuais e trimestrais). [QUAR Obj. A1/Ind.3] Não concretizada, em virtude da necessidade de reafecção de recursos humanos para outras actividades do DCN, na sequência da saída de vários técnicos do INE. Concretizada: publicação “Estatísticas das Receitas Fiscais”, em Dezembro, incluindo uma série de estatísticas fiscais consistentes com as Contas Nacionais, na base 2006, para o período de 1995 a 2009. Concretizada: divulgação das séries trimestrais compatíveis para o período 1º trimestre de 1995/1º trimestre de 2010; divulgação das Contas Regionais (base 2006); divulgação das contas satélite da saúde, turismo, agricultura, da silvicultura, pesca e ambiente.
Matriz de Contabilidade Social - Elaboração da Matriz de Contabilidade Social (<i>Social Accounting Matrix</i>), orientada para o emprego, para o ano de 2006 (ano de referência da nova base), nomeadamente, desagregação do emprego por género e grau educacional e desagregação das famílias por fonte de rendimento.	Não concretizada: actividade descontinuada em virtude da escassez de recursos.

<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Desenvolvimento do projecto para a criação de uma área específica de Contas Nacionais no Portal do INE, indo ao encontro das solicitações e críticas de muitos utilizadores; disponibilização prevista para Abril de 2011.
Contas Satélite e Regionais	
Plano	Actividades desenvolvidas
Contas satélite - Desenvolvimento da conta satélite relativa às Instituições sem Fins Lucrativos com uma extensão a Cooperativas e Mutualidades. - Introdução de melhorias na conta satélite da pesca, particularmente no que se refere à estimativa da pesca não declarada.	Concretizada parcialmente: adiado para 2011 o diálogo sobre metodologia e resultados com especialistas da Universidade John Hopkins, liderados pelo Professor Lester Salamon, para enquadramento da experiência portuguesa noutras experiências internacionais. Concretizada: conclusão do estudo sobre a produção do ramo da pesca nas Contas Nacionais, nomeadamente, sobre a imputação da componente não observada da produção da pesca, no qual foram identificados os principais problemas da Base 2000, relativos às fontes e métodos subjacentes ao cálculo desta componente; emissão de recomendações para garantir a exaustividade e a melhoria da qualidade das estimativas.
Contas regionais - Desenvolvimento da vertente regional das contas económicas da agricultura.	Concretizada.
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Reatamento dos trabalhos relativos aos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Elaboração do Relatório RNB relativo a 2010.

Conjuntura Económica e Preços	
Plano	Actividades desenvolvidas
Índice de Preços no Consumidor (IPC) - Introdução de melhorias na produção do Índice de Preços do Consumidor, nomeadamente: consolidação da produção de estimativas rápidas e de índices com impostos constantes; implementação das alterações metodológicas requeridas pela nova regulamentação comunitária nos períodos correspondentes ao processo de encadeamento do Índice Harmonizado de Preços do Consumidor; e facilitação do acesso aos dados do Índice de Preços no Consumidor no Portal de Estatísticas Oficiais.	Concretizada.
Indicadores de Curto Prazo (ICP) Introdução de melhorias na produção dos indicadores de curto prazo, designadamente no que se refere à consolidação da produção corrente em CAE-Rev3; à extensão dos procedimentos de ajustamento de efeitos de calendário e de sazonalidade e aos prazos estabelecidos nos regulamentos comunitários para a transmissão de informação, nomeadamente no que se refere aos índices de preços de produção de serviços e de preços de produção industrial para o mercado externo.	Concretizada parcialmente: melhorias efectuadas nomeadamente nos índices de preços de produção de serviços. Em falta: desenvolvimento de índices preços de produção industrial para o mercado externo, a executar em 2011.
Transição dos inquéritos qualitativos para a nova CAE.	Concretizada: divulgação de dados em CAE Rev. 3 (com base em novas amostras desde Maio de 2009); disponibilização de séries longas retrospectivas.
Início do desenvolvimento de uma nova geração de indicadores coincidentes, em particular de um novo indicador de síntese da actividade económica.	Não concretizada por escassez de recursos humanos.

Empresas	
Plano	Actividades desenvolvidas
Introdução de ajustamentos em todas as operações estatísticas que utilizam informação contabilística, por força da introdução do Sistema de Normalização Contabilística (que substitui o Plano Oficial de Contabilidade), no ano económico de 2010.	Concretizada: reformulação, em conjunto com o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal, dos formulários da Informação Empresarial Simplificada (IES), respectivas instruções e regras de validação, de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística e o regime especial para as micro entidades (a versão da IES divulgada no início de 2011 congrega num único formulário as diferentes exigências ao nível da informação recolhida, de acordo com a dimensão das entidades - micro, pequenas e médias, grandes); introdução de ajustamentos nas operações estatísticas do INE que utilizam informação contabilística.
Sistema de Contas Integrado das Empresas - Disponibilização dos dados definitivos de 2008 do Sistema de Contas Integrado das Empresas em Março de 2010 (antecipação de 1 mês), não obstante o alargamento do prazo de entrega da Informação Empresarial Simplificada em 15 dias.	Concretizada: carregamento e disponibilização dos principais indicadores e respectivos resultados do Sistema Integrado de Contas das Empresas no Portal do INE em Março de 2010. [QUAR Obj. A1/Ind.2]
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Disponibilização dos dados preliminares das sociedades referentes ao ano de 2009 pela primeira vez em Outubro do ano n+1. Disponibilização, pela primeira vez no Portal, de informação relativa aos Fundos de Investimento Mobiliário e Imobiliário.
Administrações Públicas	
Plano	Actividades desenvolvidas
Reforço da capacidade analítica e da qualidade dos procedimentos estatísticos, designadamente tendo em consideração que o volume de informação a compilar e reportar tem vindo a aumentar continuamente.	Concretizada parcialmente devido à escassez de recursos humanos.

1.4.4. Comércio Internacional

Comércio Internacional de Bens	
Plano	Actividades desenvolvidas
Melhoria significativa na qualidade da informação estatística regularmente divulgada com o desenvolvimento dos módulos relativos aos Índices de Valor Unitário na nova aplicação do Sistema do Comércio Internacional que permitirá a divulgação de	Concretizada parcialmente: após a conclusão dos módulos relativos aos Índices de Valor Unitário na nova aplicação do Sistema do Comércio Internacional, em curso o cálculo dos índices mensais para o período 2005-2010, a análise dos resultados e a avaliação do grau de resposta às necessidades dos principais utilizadores.

informação mensal sobre os índices mensais.	
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Disponibilização da informação do Comércio Internacional a 40 dias com a desagregação NC/País, desde Setembro de 2010 (anteriormente a 70 dias após o mês de referência). Elaboração e divulgação de uma nova série das estatísticas do Comércio Internacional de Bens, para o período de 1993-2009. Divulgação da publicação "Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009", que retoma assim a disponibilização regular de informação anual sobre o Comércio Internacional. Definição de uma nova política de revisões a aplicar nas estatísticas do Comércio Internacional devidamente alinhada com a Política de Revisões do INE, cuja aplicação se iniciou em 2010.

1.4.5. Agricultura, Floresta e Pescas

Agricultura e Floresta

Plano	Actividades desenvolvidas
RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 2009 (RA09) - Recolha de dados do Recenseamento Agrícola 2009, iniciada em Novembro de 2009 e que se prolongará até Junho de 2010, prevendo-se que a divulgação de resultados preliminares possa ocorrer no 4º trimestre de 2010.	Concretizada: recolha prolongada até Outubro devido à sua suspensão entre 30 de Abril e 15 de Junho; divulgação de Destaque com dados preliminares em 15 de Dezembro (dados definitivos a divulgar em Maio de 2011). [QUAR Obj. A1/Ind.1] Realização de seminário sobre "Uso da Água na Agricultura" no âmbito dos trabalhos do RA 2009, realizado em parceria com o Instituto Superior de Agronomia (ISA) e o Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento (CENTROP).
Balança Alimentar Portuguesa – Publicação para o período 2003-2008, em Novembro de 2010.	Concretizada: actualização e divulgação da BAP para o período 2003-2008 em Destaque no Portal do INE, em Novembro; disponibilização de quadros estatísticos harmonizados e comparáveis sobre a BAP, de 1990 a 2008. (A Balança Alimentar Portuguesa (BAP), enquanto instrumento analítico de natureza estatística, permite retratar a evolução e o perfil do consumidor nacional em termos de produtos, nutrientes e calorias, através da disponibilização de um quadro de informação com as disponibilidades alimentares e nutricionais do país). [QUAR Obj. A1/Ind.4]

1.4.6. Indústria, Energia e Construção

Indústria e Energia

Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico – Realização da nova edição deste inquérito,	Concretizada: recolha do Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico, efectuada durante o 4º trimestre de 2010, através de entrevista directa, a alojamentos do Continente e Regiões Autónomas

decorrente de protocolo de colaboração entre o INE e a DGEG MEID, previsto para o 4º trimestre de 2010.	dos Açores e da Madeira (divulgação dos resultados prevista para Julho de 2011).
Construção e Habitação	
Plano	Actividades desenvolvidas
<i>Acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Realização da 1ª edição do Inquérito à Caracterização da Habitação Social em Portugal, junto dos Municípios e de outras entidades identificadas como detentoras e promotoras de obras destinadas a habitação social, com vista à caracterização do parque habitacional com vocação social (resultados divulgados no Portal de Estatísticas Oficiais em Julho de 2010). Retomada a divulgação de informação sobre obras concluídas estimadas (no âmbito do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas), suspensa em 2009, (informação relativa ao 1º trimestre de 2010) em resultado da aplicação de metodologia que permite a divulgação trimestral das obras concluídas.

1.4.7. Serviços	
Comércio interno	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito às Unidades Comerciais de Dimensão Relevante - Preparação da extensão do inquérito às Regiões Autónomas, passando, assim, o inquérito a ter abrangência nacional.	Concretizada em relação à Região Autónoma dos Açores; não concretizada em relação à Região Autónoma da Madeira, em virtude da devastadora intempérie que assolou a Região.
Inquérito às Empresas de Comércio 2008 - Divulgação dos primeiros resultados.	Concretizada: divulgação dos primeiros resultados relativos à repartição do volume de negócios das empresas de comércio segundo os produtos vendidos, de acordo com a nomenclatura CPA2008, dando cumprimento às obrigações legais previstas nos Regulamentos CE nº 295/2008, 250/2009 e 251/2009, relativos às Estatísticas Estruturais das Empresas, que se traduziram na concepção e execução do novo Inquérito às Empresas de Comércio, cujo universo no Sistema de Contas Integradas das Empresas abrangia um total de 266 mil empresas.
Transportes	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito ao Transporte Rodoviário de Passageiros - Concepção e preparação do inquérito, a realizar em 2011, retomando-se, assim, a produção estatística relativa a um sector económico importante.	Concretizada: reformulação metodológica do inquérito, para execução em 2011, permitindo antecipar a resposta a necessidades crescentes de informação a nível comunitário sobre este sector, tanto a nível de transporte de passageiros como de emissões de gases poluentes, estando prevista regulamentação estatística comunitária para os próximos anos.

<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Estabelecimento de contactos com a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa tendo em vista a concepção de um novo Inquérito à Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, para a avaliação da viabilidade do projecto e planeamento dos trabalhos preparatórios.
Turismo	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito às Deslocações dos Residentes - Divulgação dos resultados na sequência da reformulação metodológica do anterior Inquérito à Procura Turística dos Residentes.	Concretizada: publicação dos primeiros resultados do IDR na publicação "Estatísticas do Turismo 2009", em paralelo com os resultados sobre oferta turística, permitindo ainda dar resposta ao cumprimento das obrigações de reporte ao Eurostat conforme definido em Directiva Comunitária sobre a produção estatística neste sector quer na sua componente anual quer infra-anual. (O Inquérito às Deslocações dos Residentes (IDR) substituiu o Inquérito à Procura Turística dos Residentes, permitindo conhecer a procura turística dos residentes em Portugal. O IDR resultou de uma reformulação metodológica que permite uma melhor cobertura do fenómeno turístico, estando também adaptado às novas técnicas de recolha de dados, nomeadamente a entrevista telefónica - CATI. A metodologia aplicada na reformulação desta operação foi apresentada no 10º Fórum Internacional sobre Estatísticas do Turismo).
Estudo da viabilidade da inclusão dos serviços de alojamento local no ficheiro de estabelecimentos, para além dos classificados e registados no ficheiro administrativo do Instituto de Turismo de Portugal, permitindo a melhoria da cobertura estatística da actividade de alojamento turístico.	Concretizada: realização de um estudo para a constituição de um ficheiro de estabelecimentos de alojamento turístico a funcionarem com licença municipal, tendo em vista aumentar de cobertura dos meios de alojamento turístico do território nacional, nomeadamente a cobertura estatística do Alojamento Local.
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Organização do 10º Fórum Internacional sobre Estatísticas do Turismo, que decorreu no Centro Cultural de Belém em Novembro de 2010, em conjunto com o Eurostat, OCDE e Turismo de Portugal. Reuniu cerca de 230 participantes vindos de 37 países, teve por objectivo proporcionar um ponto de encontro para a troca de experiências no âmbito das estatísticas do turismo, nomeadamente sobre metodologias de trabalho e ensaios sobre o tema.

Serviços especializados	
Plano	Actividades desenvolvidas
<i>Acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Alteração do modelo utilizado no inquérito aos Serviços Prestados às Empresas, para o dimensionamento e selecção da amostra, passando a ser seleccionadas as empresas com maior peso da cobertura da Prestação de Serviços, ao nível da Actividade Económica e da Região. Esta alteração possibilitou a redução da amostra em cerca de 30%, implicando uma diminuição muito significativa na carga estatística sobre as empresas.

1.4.8. Inovação e Conhecimento	
Sociedade da Informação	
Planeado	Actividades desenvolvidas
Inquérito à Utilização das TIC pelos Hospitais - Realização da edição de 2010, com actualização de conteúdos e novo modo de recolha (via <i>Webing</i>).	Concretizada, em colaboração com a Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP (UMIC).
Início dos trabalhos para a integração dos resultados das operações estatísticas objecto de delegação de competências no <i>DataWarehouse</i> .	Concretizada: avaliação detalhada da estrutura e do conteúdo das bases de dados dos inquéritos à utilização das TIC na Administração Pública Central e Regional e Câmaras Municipais, visando identificar os requisitos necessários à sua integração no <i>DataWarehouse</i> .
<i>Outras acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Aumento da oferta de informação estatística decorrente de operações estatísticas delegadas, tendo sido disponibilizados 84 novos indicadores dos inquéritos à utilização das TIC na Administração Pública Central e Regional e Câmaras Municipais no Portal de Estatísticas Oficiais do INE.
Ciência e Tecnologia	
Planeado	Actividades desenvolvidas
<i>Acções não previstas no Plano de Actividades</i>	Aumento da oferta de informação estatística decorrente de operações estatísticas delegadas, através da disponibilização de 110 novos indicadores no Portal de Estatísticas Oficiais do INE, relativos ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e ao Inquérito Comunitário à Inovação.

1.5. A DIFUSÃO E A PROCURA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

A difusão de informação pelo INE processa-se através de diversos suportes.

Portal de Estatísticas Oficiais

O Portal de Estatísticas Oficiais é assumido, desde a sua criação, como o canal privilegiado para a difusão de informação do INE, pelo volume de informação que disponibiliza aos utilizadores, continuamente ampliado, pelas possibilidades de pesquisa que lhes proporciona e pela autonomia que lhes confere.

No que se refere ao volume de informação disponível, no final de 2010 existiam no Banco de Dados de Difusão (BDD) 5172 indicadores, dos quais 5103 estavam efectivamente disponíveis no Portal; ou seja, registou-se, nesta disponibilidade efectiva, um crescimento de 35% relativamente ao final de 2009.

[QUAR Obj A1 / ind 6]

Portal de Estatísticas Oficiais – Indicadores síntese 2010 (N.º)

Acessos (a)	Páginas visionadas (a)	Publicações consultadas/ descarregadas (b) (c)	Destaques consultados/ descarregados (b) (d)
1 119 726	10 663 547	677 830	972 904

- (a) Só acessos externos.
- (b) Inclui acessos internos e externos.
- (c) Inclui ficheiros PDF, XLS e CSV.
- (d) Inclui ficheiros PDF e XLS.

Publicações – Divulgação e venda¹

Em 2010 foram divulgadas 48 publicações de informação estatística (53 em 2009), das quais:

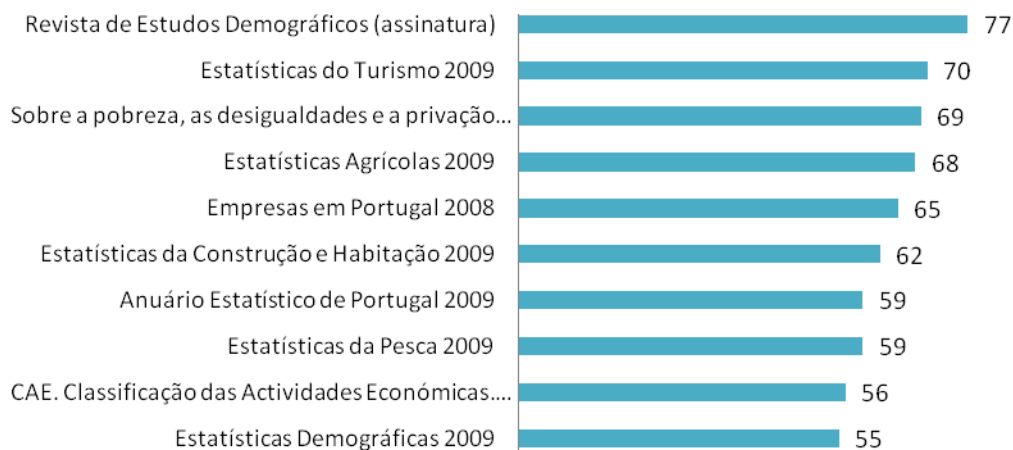
- 32 editadas para venda em suporte físico - papel e/ou CD-ROM (27 em 2009);
- 16 divulgadas exclusivamente através do Portal (13 em 2009);
- 10 divulgadas no Portal mas também com distribuição gratuita na forma de edições em papel (13 em 2009).

Apesar de se manter a gratuitidade do acesso a todos os produtos de difusão do INE através do Portal, registou-se um aumento (15%) do número de publicações vendidas: 1 591 (contra 1 381 em 2009).

As 10 publicações mais vendidas (55 exemplares ou mais) concentraram 40% do total de exemplares vendidos:

¹ Neste relatório, cada edição infra-anual de um mesmo título é contabilizada como uma publicação.

Publicações com mais exemplares vendidos (Nº)



Atendimento e apoio a clientes

O INE disponibiliza aos seus clientes um serviço de apoio por intermédio de diversos canais:

- **Atendimento telefónico:** recebidos 11 553 contactos telefónicos solicitando apoio, sobretudo referentes a utilização e navegação no Portal (32%), fornecimento gratuito de informação (30%) e prestação de esclarecimentos de outra natureza (43%).
- **Atendimento por outros canais:** foram recebidos 8 884 pedidos de informação estatística ou de esclarecimento por outros canais: **Portal** (7 631 contactos), **E-mail** (1 682 contactos) e **Carta/Fax** (164 contactos).

Pedidos de informação/esclarecimento por área temática



Salienta-se neste domínio que, com o Sistema de Gestão Centralizada de Pedidos de Informação através do Portal de Estatísticas Oficiais, foi possível continuar a melhorar este serviço prestado aos utilizadores. Essa melhoria é sobretudo mensurável no que respeita à celeridade nas respostas aos utilizadores: o

tempo médio de resposta a pedidos de informação gratuita baixou de 1,15 dias úteis em 2009 para 0,79 dias úteis em 2010. [QUAR Obj C1 / Ind 2]

Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior

Dimensão

Durante o ano de 2010, o Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI) aderiu à Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES), pelo que passaram a existir 31 pontos de acesso.

Foram formuladas propostas a outras instituições do Ensino Superior para integração na RIIBES tendo uma declinado a proposta (ESEL) e três ainda não tomaram uma decisão definitiva (Instituto Superior Técnico, Instituto Superior Politécnico GAYA e Instituto Superior de Agronomia).

Em paralelo com o esforço de ampliação da Rede, intensificaram-se os esforços do INE e dos seus Parceiros para a divulgação da Rede e para a formação de técnicos de atendimento e de utilizadores.

Divulgação

Foram editados seis números da Folha Informativa bimensal elaborada e divulgada pelo INE, em suporte electrónico, no seio da Rede. Este veículo de comunicação foi objecto de uma reformulação, tanto no aspecto formal como na abordagem dos conteúdos.

Mantiveram-se as actividades de divulgação da Rede por parte das instituições aderentes usando diversos meios, nomeadamente a elaboração e distribuição de folhetos; a difusão selectiva de informação com base nos Destaques do INE que lhes são enviados; a realização de curtas sessões de apresentação dos recursos disponíveis nos pontos de acesso e das possibilidades de consulta, feitas maioritariamente para alunos da própria instituição, mas também para outros públicos. Realizaram-se 190 sessões desta natureza, envolvendo 2 913 participantes.

Formação

Em 2010, o INE realizou três acções de formação destinadas a técnicos de atendimento dos pontos de acesso, duas de formação inicial² e uma de actualização para o conjunto das instituições aderentes. Estas acções envolveram, no seu conjunto, 57 participações.

Complementarmente, foi feita uma insistência junto dos Parceiros no sentido de os estimular a promover sessões de divulgação e/ou formação para os seus próprios técnicos e para os seus utilizadores internos e externos, tendo-se o INE disponibilizado a colaborar nesse sentido.

² No ISEGI, que iniciou a sua actividade em 2010, e no ISCTE, que remodelou a sua equipa de técnicos de apoio no ponto de acesso.

Sessões de formação organizadas pelos Parceiros (Nº)

Formação para os seus Técnicos		Formação para Utilizadores internos e/ou externos (1) (2)		Apresentações/Sessões de informação (3)	
Sessões	Participantes	Sessões	Participantes	Sessões	Participantes
11	40	54	1 347	85	1 991

- (1) Situações que tiveram uma componente prática, ou seja, em que os participantes realizaram exercícios ou acompanharam, executando, os procedimentos explicitados pelo formador.
- (2) 16 destas sessões, envolvendo 344 participantes, foram dinamizadas por técnicos do INE.
- (3) Situações sem componente prática por parte dos participantes, mas nas quais foi feita uma exposição/demonstração sobre um ou mais produtos e/ou serviços disponíveis.

Colaboração com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

O INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação assinaram, em Agosto de 2010, um protocolo visando promover o conhecimento e a utilização da informação estatística do INE nas escolas, através das bibliotecas que integram a Rede de Bibliotecas Escolares, assim contribuindo para o incremento da literacia estatística na sociedade portuguesa.

Em 2010, resultaram deste protocolo as seguintes acções:

- Disponibilização à RBE, pelo INE, de exemplares do Anuário Estatístico de Portugal destinados a 1200 bibliotecas escolares de estabelecimentos dos níveis de ensino básico e secundário;
- Realização de 22 acções de formação para professores bibliotecários (346 participantes no total), para dar a conhecer, numa primeira abordagem, as potencialidades do Portal do INE e do Projecto ALEA.³ Estas acções decorreram em 19 escolas ou centros de formação de professores de todas as Direcções de Educação do Continente.

Projecto ALEA – Acção Local de Estatística Aplicada⁴

Em 2010 continuou o incremento de conteúdos disponibilizados pelo Projecto ALEA, bem como o bom acolhimento dos utilizadores às actividades propostas, designadamente aos Desafios lançados aos alunos com base em notícias do dia-a-dia veiculadas pela comunicação social; a expansão do ALEA muito se deveu às actividades de divulgação realizadas.

Merecem ainda referência especial os trabalhos realizados para a construção de um novo *site* (e correspondente migração de conteúdos), ainda não concluído, e as actividades relacionadas com a iniciativa “Os Censos vão às escolas”, associadas à realização dos Censos 2011.

Acções concretizadas:***Actualização de conteúdos:***

³ Este primeiro “pacote” de formação foi completado em Janeiro de 2011, com mais 3 acções (44 participantes).

⁴ Neste relatório, cada edição infra-anual de um mesmo título é contabilizada como uma publicação.

- Informação relativa a cada um dos países membros da UE (informação de base, demográfica, económica e sector Educação) disponibilizada na área “EuropALEA”.
- Publicações do INE “Conhece Portugal em números (edição 2009)” e “Península Ibérica em Números - 2009”.
- Área “Ligações úteis”: inclusão de novos endereços e correcção de ligações desactivadas ou alteradas.

Novos conteúdos:

- Conclusão e divulgação do capítulo IV do Curso de Probabilidades.
- Divulgação de duas Actualidades: “*Em 2009, Portugal manteve a tendência de envelhecimento demográfico*” e “*Dieta portuguesa afasta-se das boas práticas nutricionais*”.
- Renovação das perguntas (240) do jogo “Estatística Trivial”.
- Apresentação de três “Desafios”, cujo número médio de respostas válidas (1 250) ultrapassou em 15% o valor registado no ano anterior. **[QUAR Obj A1 / Ind 5]**
- Publicação de quatro “Estatísticas em Foco”:
 - *Educação – um retrato dos últimos 50 anos;*
 - *Desemprego – a subir há uma década;*
 - *Iniciativa Novas Oportunidades;*
 - *Índice de Desenvolvimento Humano.*
- Disponibilização de 4 “ActivALEA’s” (fichas para usar em sala de aula):
 - *Presidentes da República Portuguesa;*
 - *Amostra aleatória;*
 - *Forma da distribuição de algumas variáveis;*
 - *Distribuições e características amostrais.*
- Publicação de um novo “Dossiê temático”: *Desenvolvimento Sustentável. O caso de Portugal: Ambiente e Recursos.*
- No âmbito da iniciativa “Os Censos vão às escolas”:
 - elaboração e envio, às escolas do ensino básico e secundário, de materiais de apoio a aulas sobre os Censos, elaborados em colaboração com o Gabinete dos Censos do INE;
 - concepção e início da execução do “Jogo dos Censos”;
 - concepção e início da execução do inquérito “Tu também contas”.

Divulgação:

No âmbito da divulgação do ALEA, assumiram maior relevo as seguintes iniciativas:

- Participação no Encontro “O Ensino da Estatística do Básico ao Secundário, com a comunicação “Ensinar a pensar com os dados: o papel do ALEA” – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (27 de Janeiro).
- Seminário “Projectos Estatísticos” - apresentação de projectos desenvolvidos por alunos na disciplina de Matemática em que o ALEA foi um dos recursos utilizados – Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento (29 de Janeiro).
- Apresentações do ALEA a alunos da Escola Secundária António Nobre do Porto e da Escola de Comércio do Porto – Delegação do INE no Porto (16 de Abril e 7 de Maio).
- Dinamização do “Espaço ALEA” em paralelo com as Competições Nacionais organizadas pelo PmatE/Univ. Aveiro (26, 27 e 28 de Abril): sala com 20 pc’s para acesso ao sítio do ALEA e

competição com base no jogo “Estatística Trivial”; ampla distribuição de material promocional a professores e alunos.

- Participação no ICOTS 8 – *International Conference on Teaching Statistics - Data and context in statistics education: towards an evidence-based society* e apresentação de uma comunicação: “*Interpretative Skills And Capacity To Communicate Statistically: A Differential Analysis*” – Eslovénia (11 a 16 de Julho).
- Presença no Congresso Anual da SPE – S. Pedro de Sul (29 de Setembro a 2 de Outubro).
- Presença e participação nas comemorações do primeiro Dia Mundial da Estatística, organizadas pela SPE e CEAUL – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (20 de Outubro). Além da exposição e divulgação dos vários recursos do ALEA, foi apresentada uma comunicação sob a forma de poster “ALEA – *Local Action of Applied Statistics - A Place to Understand the Numbers*”.
- Acções de formação sobre o ALEA para professores bibliotecários, já referidas e quantificadas no ponto anterior deste documento (“Colaboração com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares”).

Outras actividades:

- Realização de um concurso no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Estatística, dirigido aos alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário (entre 19 de Outubro e 20 de Novembro).

Informação Estatística para Investigadores

A disponibilização de informação para investigadores, nos termos do Protocolo assinado entre o INE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, é uma vertente da Difusão que merece particular atenção.

Interacções com os investigadores – 2010 (Nº)

<i>Tipo de Interação</i>	
Novos Processos	48
Pedidos Suplementares	70
Pedidos de Esclarecimento	102

<i>Novos processos – Tipo de projecto</i>	
Projecto de investigação	33
Doutoramento	10
Mestrado	5

Assinala-se que estes indicadores reflectem um acréscimo de 33% no número de novos processos (36 em 2009), a maioria dos quais (69%) correspondem a projectos de investigação.

O INE procedeu ainda à implementação do acesso a microdados em ambiente de Safe Center, em Lisboa.

Bibliotecas do INE

A frequência das Bibliotecas do INE seguiu a tendência de redução que se verifica desde há vários anos, para o que muito terão contribuído o Portal do INE (com acesso livre a toda a informação estatística disponibilizada pelo Instituto) e a Rede de Informação do INE em Bibliotecas no Ensino Superior.

Com efeito, ao longo de 2010, as Bibliotecas do INE acolheram 1 867 utilizadores (menos 37,7% que no ano anterior)

Utilizadores por Biblioteca – 2010

	N.º	%
Porto	176	9,4
Coimbra	184	9,9
Lisboa	1 353	72,5
Évora	120	6,4
Faro	34	1,8
Total	1 867	

A maior parte dos frequentadores das bibliotecas do INE são Estudantes (Ensino Superior: 58,1%; Ensino Secundário: 7,3%), sendo também de assinalar a utilização por parte de Investigadores e de Docentes do Ensino Superior (5,3% e 5,2% do total, respectivamente).

A procura registada nas Bibliotecas neste período obteve resposta total em 87,7% das situações ou parcial em 6,2%; apenas em 6,1% das situações não foi possível obter a informação procurada.

Evidencia-se, ainda, que 67,4% do total de utilizadores recorreu a este serviço do INE pela primeira vez.

European Statistical Data Support – ESDS

Terminou em Setembro de 2010 o contrato de cooperação que o INE mantinha com o EUROSTAT para a disponibilização do Serviço *ESDS - European Statistical Data Support*/Estatísticas Europeias, que visa apoiar os utilizadores de informação estatística do EUROSTAT, facilitando o uso das bases de dados e publicações *on-line* disponíveis no seu *site* (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>).

No período Janeiro-Setembro foram atendidos 130 pedidos de informação no âmbito deste Serviço:

ESDS – Pedidos por tipologia – 2010

	N.º
Disponibilidade de dados / publicações	110
Verificação de dados	9
Informação sobre Metodologia	2
Pedidos de natureza técnica	3
Diversos	6
Total	130

1.6. AVALIAÇÃO E GESTÃO DA QUALIDADE

Foi aprovada internamente a nova Edição do **Manual de Processos de Produção Estatística**, e divulgada não só internamente como também no CSE. Este documento é igualmente um documento de referência para as Entidades com Delegação de Competências do INE e é de grande importância para o processo de auditorias estatísticas.

1.6.1. AUDITORIAS

No âmbito da actividade de **auditoria Interna** prosseguiram os trabalhos de auditoria ao processo de Difusão de estatísticas, no âmbito dos pedidos de informação, processo que tem registado grande melhoria, não só ao nível dos procedimentos documentados associados, como também nos níveis de desempenho deste serviço.

Ao nível das **auditorias externas** destaca-se a **Missão do Eurostat ao Índice de Preços no Consumidor Harmonizado**:

Em 17 de Dezembro de 2009, o INE recebeu uma missão do Eurostat para avaliação do processo de produção do Índice de Preços no Consumidor Harmonizado, cujo relatório foi discutido em 2010 e disponibilizado no site do Eurostat em Setembro.

Os principais objectivos desta missão foram: avaliação e monitorização da garantia da qualidade do processo de produção do índice e da sua conformidade com a metodologia harmonizada e demais orientações e boas práticas na área dos índices de preços no consumidor.

Principais conclusões:

- O Instituto Nacional de Estatística efectuou nos últimos anos melhorias substanciais na metodologia da produção do índice de preços, em particular no que respeita à recolha de preços e ajustamentos da qualidade. O Eurostat apoia os planos do INE em continuar estas melhorias.
- As situações de não-conformidade com a metodologia harmonizada são limitadas e com reduzido impacto no apuramento anual do índice. Todos os testes standard de validação de dados demonstraram conformidade – são consistentes e agregados correctamente. O Índice de Preços no Consumidor Harmonizado é assim comparável ao nível dos países da União Europeia.

Recomendações do Eurostat:

- Recolha de preços para todos os produtos do cabaz, onde a amostra rotativa é usada, durante um ou alguns meses do ano, em particular naqueles meses em que se antecipa alterações de preços, e em Dezembro, mês em que os ponderadores são actualizados e a ligação em cadeia é efectuada.
- Estimativa de preços baseadas em observações de preços actuais, nos casos de não observação de preços de determinados produtos /mês.

- Necessidade de visitar os aspectos relativos ao desenho da amostra, em particular os segmentos de consumo, na sequência da introdução do Regulamento Comunitário 1334/2007. O INE deve rever a sua abordagem de amostragem e avaliar se representa a totalidade dos produtos e serviços consumidos. O Eurostat congratula-se com o trabalho que o INE já desenvolveu neste domínio.
- Realizar um estudo para identificar a importância do consumo da população que vive em instituições.
- Reconsiderar a cobertura dos seguros, tendo em vista incluir para além dos novos contratos, os existentes.
- Substituir os métodos implícitos de ajustamentos de qualidade por métodos explícitos, quando aplicável.
- Continuar a desenvolver a monitorização sistemática à estrutura dos estabelecimentos nas regiões, com vista a assegurar a sua representatividade.
- Realizar testes de metodologias alternativas de procedimentos de recolha de preços para alguns produtos, como livros, CD's, e bilhetes de transportes aéreos.

Link para relatório sobre a Missão do Eurostat:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/hicp/methodology/compliance_monitoring

1.6.2. IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA PARA AS ESTATÍSTICAS EUROPEIAS

No âmbito do Código de Conduta, Portugal continuou a sua participação muito activa no grupo ***Sponsorship on Quality***, criado pelo Eurostat, no qual é responsável pela concepção de um *Quality Assessment Framework*, baseado Código de Conduta. O principal objectivo deste documento é permitir uma melhor implementação do Código de Conduta, clarificando aspectos e actividades relacionados com os vários indicadores do Código, assim como facilitar futuras auditorias externas, quanto a aspectos importantes a implementar no âmbito do cumprimento do Código.

Assim, o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias continua a ser o documento de referência no âmbito da Gestão da Qualidade em Estatística para todos os membros do Sistema Estatístico Europeu. Todos os Institutos de Estatística Europeus monitorizam a sua implementação anual junto do Eurostat, face à execução do Plano de Acção de melhoria pós auditoria externa (Peer review) de 2008.

O relatório que resultou desta avaliação continha um conjunto de recomendações reconhecidamente importantes para a introdução de melhorias na actividade do INE (e do Sistema Estatístico Nacional), as quais deram lugar à elaboração de um Plano de Acção cuja implementação tem sido gradual e devidamente monitorada pelo EUROSTAT. Do Plano de Acção fazem parte 52 acções para aperfeiçoamento do cumprimento de cada um dos princípios do Código de Conduta.

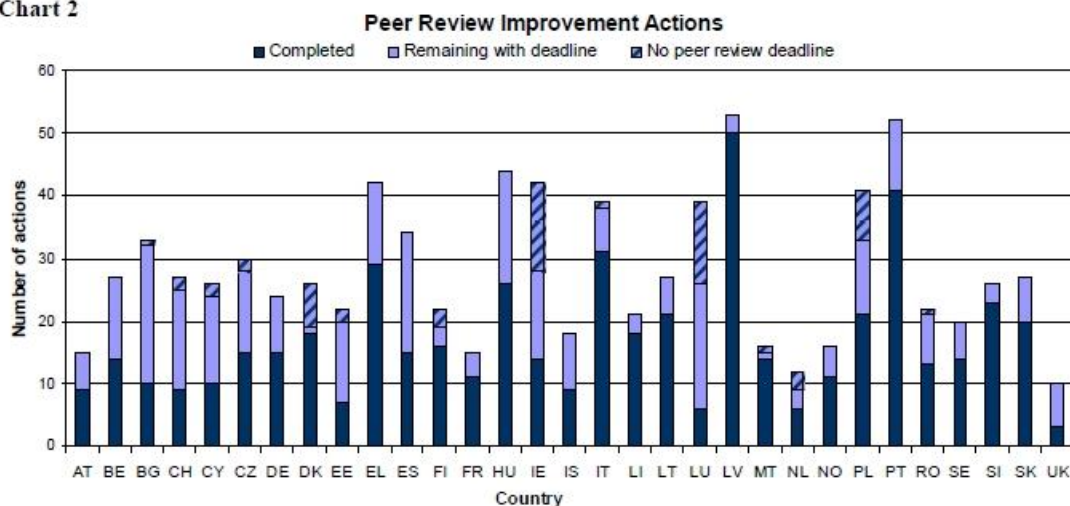
Os relatórios do EUROSTAT sobre a monitorização da concretização das acções de melhoria que integram os Planos de Acção dos Estados membros têm sido publicados no seu site oficial, o último dos quais em Novembro de 2010 — “2010 Eurostat Report on Annual Progress with Peer Review

Improvement Actions in EU and EFTA National Statistical Institutes”—, no qual é feito, por Estado Membro, um ponto de situação e uma análise detalhada do grau de implementação das acções e a comparação dos resultados obtidos por 31 países.

Em termos globais, em 2010, 60% de um total de 868 acções de melhoria foram consideradas cumpridas. O INE contava com 41 acções concretizadas num total de 52 do seu plano de acção, correspondendo a um grau de realização de 79%, ou seja, 19 p.p. acima do apuramento europeu. Acresce que diferentemente de 16 outros países, todas as acções ainda não concretizadas foram já iniciadas. Importa, ainda, referir que Portugal é o país que dispõe de menos tempo para proceder à implementação do Plano de Acção dado que foi o último país em que se efectuou o Peer Review.

É importante referir que as acções de melhoria são específicas para cada Instituto de Estatística. O progresso na sua implementação depende, naturalmente, dos recursos disponíveis, da sua complexidade e ambição e do horizonte temporal, normalmente plurianual. O INE considera que o seu Plano de Acção é ambicioso e que a sua execução é de salientar, face à progressiva insuficiência de recursos nos últimos anos. De referir, ainda, que algumas das acções recomendadas ultrapassam a esfera de decisão do INE.

Chart 2



Link para o relatório do Eurostat “2010 Eurostat Report on Annual Progress with Peer Review Improvement Actions in EU and EFTA National Statistical Institutes”:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/quality/documents/REPORT_FINAL_FOR_WEBSITE.pdf

Link para relatório do Peer Review, incluindo Plano de Acção:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=53871&ine_smenu.boui=13710675&ine_smenu.selected=13939590

1.6.3. AUSCULTAÇÃO DOS UTILIZADORES DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Manteve-se como prioridade a continuação do contacto com os utilizadores de informação estatística, em particular, para avaliação da satisfação em relação aos produtos e serviços do INE.

Destaque para o início do Inquérito de satisfação pós-serviço, com grandes impactos na prestação do serviço de pedidos de informação estatística ao cliente.

1.6.3.1. Inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes de informação estatística

A actividade de auscultação à satisfação dos utilizadores/clientes iniciou-se no INE em 2000, com o objectivo de melhorar a qualidade dos serviços que presta e dos produtos que difunde, de modo a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus utilizadores/clientes.

Em 2010, dando continuidade aos trabalhos que têm vindo a ser realizados, as iniciativas relacionadas com a avaliação da satisfação dos utilizadores/clientes inseriram-se no âmbito do Sistema de Auscultação aos utilizadores/clientes de informação estatística, que prevê a realização de inquéritos à satisfação, comparáveis entre segmentos distintos de utilizadores/clientes. Este sistema está de acordo com as orientações estratégicas das Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional estabelecidas para o período 2008-2012 (LGAEN 2008-2012), com o Princípio 11 – Relevância do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias (“As estatísticas europeias devem satisfazer as necessidades dos utilizadores”), com a Carta da Qualidade e com as Políticas de Difusão e de Revisões do INE. O objectivo do Sistema de Auscultação é garantir que os inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes mantêm uma estrutura de questões e de hipóteses de respostas idênticas, que permite a comparação de resultados, mesmo sendo dirigidos a grupos de utilizadores/clientes diferentes e/ou sobre diferentes serviços prestados pelo INE. Com esta finalidade, os inquéritos à satisfação baseiam-se nas seguintes dimensões de análise:

Dimensão	Descrição
A.1. Qualidade reconhecida	
A.1.1. Qualidade reconhecida à informação estatística:	Avaliação da informação estatística utilizada com base na experiência recente, independentemente do suporte em que é difundida.
A.1.2. Qualidade reconhecida ao serviço:	Avaliação dos serviços prestados pelo INE.
A.1.3. Qualidade reconhecida ao produto:	Avaliação relativa aos suportes usados para difundir a informação.
A.2. Valor:	Nível de qualidade que é reconhecido ao produto/serviço face ao seu preço.
A.3. Imagem:	Associação entre o nível de qualidade reconhecido à informação, produtos e/ou serviços e a instituição no seu todo.
A4. Expectativas:	Nível de qualidade que os clientes/utilizadores esperam receber no âmbito da prestação de um serviço público.
A.5. Fidelidade:	Atitude (intenção futura) face ao INE.

Actividades realizadas

Em 2010, realizaram-se as seguintes acções no âmbito da auscultação à satisfação dos utilizadores/clientes:

Inquéritos à satisfação dos utilizadores:

- **Inquérito permanente à Satisfação dos Utilizadores do Portal [QUAR Obj C1/Ind3]**, integração dos dados no universo Business Object (BO) permitindo agilizar e automatizar de modo expressivo todo o processo de elaboração dos principais apuramentos do inquérito.
- **Inquérito permanente à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE** (Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro) [QUAR Obj C1/Ind3], com utilização do novo questionário, através do qual passaram a ser recolhidos de modo mais detalhado os aspectos relacionados com satisfação da informação estatística, tal como os aspectos relacionados com o serviço prestado. Além da aplicação do novo questionário, o registo dos dados passou a ser efectuado com recurso à plataforma XEO e os dados foram integrados no universo (BO). Também neste caso com repercussões muito positivas ao nível da agilização dos processos de validação e elaboração dos principais apuramentos.
- **Inquérito permanente à Satisfação do Serviço Prestado: Pedidos de informação e esclarecimentos** (Inquérito Pós-Serviço) [QUAR Obj C1 / Ind3], com integração dos dados na plataforma XEO permitindo a relação dos dados recolhidos através do inquérito com a base de dados de registo de pedidos, garantindo assim a existência de uma caracterização detalhada das respostas ao inquérito e deste modo actuar de forma mais assertiva na resolução dos aspectos associados à satisfação desses pedidos.
- **Inquérito permanente à Satisfação aos participantes das Visitas de Estudo ao INE [QUAR Obj C1 / Ind3]**, alargando-se o inquérito a todas as visitas de estudo em Lisboa, Évora, Faro, Coimbra e Porto.
- **Inquérito (pontual) à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Ensino Superior** (Cursos de Administração Pública, Arquitectura, Contabilidade e Finanças, Geografia, Jornalismo e Comunicação Social, Matemática, Relações Internacionais e Sociologia), dando continuidade ao Inquérito efectuado, em 2009, para este grupo de utilizadores dos cursos de Economia e Gestão.
- **Inquérito à Satisfação aos Utilizadores da RIIBES**, com adopção de novo questionário, cujos resultados dependem da estrutura organizativa de cada um dos pontos de acesso.
- **Inquérito permanente aos utilizadores do WEBINQ** - Inquéritos do INE na Web, com o objectivo de analisar o grau de satisfação dos utilizadores deste sistema.

Outras iniciativas:

- Envio dos principais resultados do Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Associações Empresariais a todos os respondentes.
- Publicação na INEWS do INE artigos no âmbito da satisfação dos utilizadores: “Sistema de Auscultação da Qualidade” (INEWS nº 03 - Março 2010), “Utilização das Bibliotecas do INE (INEWS nº 05 – Setembro 2010), “Inquérito ao Pós-serviço” (INEWS nº 6 - Dezembro 2010) e “Sugestões e Reclamações” (INEWS nº 04 - Junho de 2010).

Principais Resultados dos Inquéritos à Satisfação

Apresentação dos Resultados

O método de cálculo dos níveis de satisfação segue a metodologia prevista no Sistema Integrado de Auscultação, utilizando-se para o efeito Saldos de Respostas Extremas (SRE).

O cálculo de SRE permite avaliar o grau de satisfação dos utilizadores/clientes relativamente a cada um dos aspectos considerados, de forma a valorizar mais as avaliações extremas da escala proposta, e valorizar menos as avaliações intermédias que representam uma satisfação/insatisfação pouco expressiva, utilizando para tal um esquema de ponderações aplicado às frequências relativas de cada valor observado da escala de avaliação, da seguinte forma:

$$SRE = F_1 * (-1) + F_2 * (-0,5) + F_3 * (-0,25) + F_4 * (0,25) + F_5 * (0,5) + F_6 * (1)$$

F_i = Frequência relativa de cada valor observado na categoria i escala de avaliação ($i=1,...,6$)

Os valores obtidos neste saldo variam entre -1 e 1, estando associados aos seguintes níveis de satisfação/insatisfação: “1” – totalmente satisfeito; “-1” – totalmente insatisfeito; os valores perto de “0” estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

Inquéritos permanentes

Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal

O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal, disponível de modo permanente no Portal do INE (www.ine.pt), em versão portuguesa e inglesa, tem como objectivo avaliar o grau de satisfação dos utilizadores relativamente a aspectos directamente relacionados com o Portal e com a informação estatística produzida pelo INE.

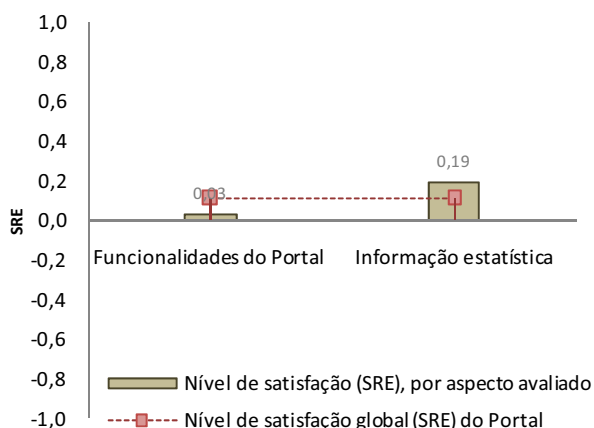
Em 2010, foram considerados 105 questionários, menos 11,0% relativamente ao ano anterior.

O nível de satisfação global registou um SRE de 0,11, superior ao de 2009 (SRE de 0,04), com resultados mais elevados nos aspectos relacionados com a Informação Estatística, quando comparados com a avaliação verificada nos aspectos relacionados com as funcionalidades do Portal.

Os resultados apurados permitiram concluir que o nível de satisfação obtido relativamente aos aspectos relacionados com as funcionalidades do Portal foi de 0,03 (SRE), destacando-se como mais favoráveis os relativos à Extração/download da informação pretendida (0,17) e à Imagem global do Portal (0,13) e, como aspectos menos favoráveis, o Motor de pesquisa (-0,08) e o Acesso à informação estatística (-0,07).

No que se refere à Informação Estatística produzida pelo INE, o nível de satisfação obtido foi de 0,19 (SRE). Os aspectos que mereceram avaliação mais favorável foram a Credibilidade dos dados (0,33) e a Pertinência da informação (0,28), sendo referidos com avaliação menos favorável o Período temporal

para a qual a informação estatística é apresentada (0,09) e a Desagregação geográfica da informação (0,07).



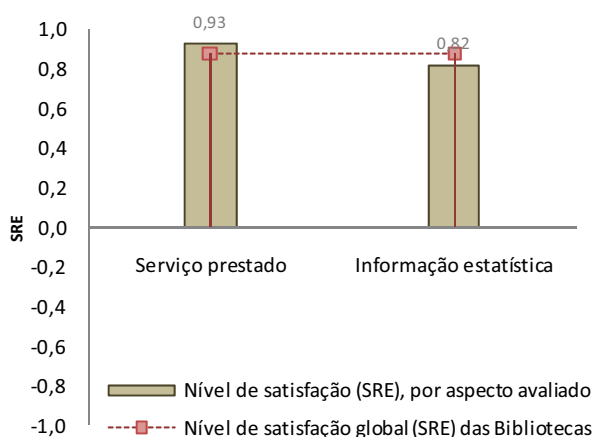
Inquérito à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE

O Inquérito aos Utilizadores das Bibliotecas do INE (Lisboa, Delegações do Porto, de Coimbra, de Évora e de Faro) realiza-se desde 2003, de modo permanente, tendo o questionário sido alterado em 2010. A realização deste inquérito tem 3 objectivos: medir e caracterizar a procura às Bibliotecas, identificar necessidades de informação e avaliar a satisfação dos utilizadores relativamente ao serviço prestado nas Bibliotecas do INE.

Em 2010, o conjunto das cinco Bibliotecas recebeu 1 867 utilizadores, sobretudo no 1º semestre, em consonância com o calendário escolar. A taxa de resposta ao inquérito foi muito elevada, variando entre 92,3% e 96,3% nas questões relacionadas com a Informação Estatística/Produtos, e entre 98,5% e 99,4% nos aspectos associados ao Serviço prestado.

Os resultados apurados mostram uma elevada satisfação dos utilizadores relativamente ao serviço prestado. O nível global de satisfação para o conjunto das bibliotecas foi de 0,88 (SRE), com apreciação mais favorável sobre o Serviço prestado (SRE de 0,93), face à avaliação atribuída à Informação Estatística e Produtos (SRE de 0,82).

O gráfico seguinte apresenta os resultados obtidos, por aspecto analisado.

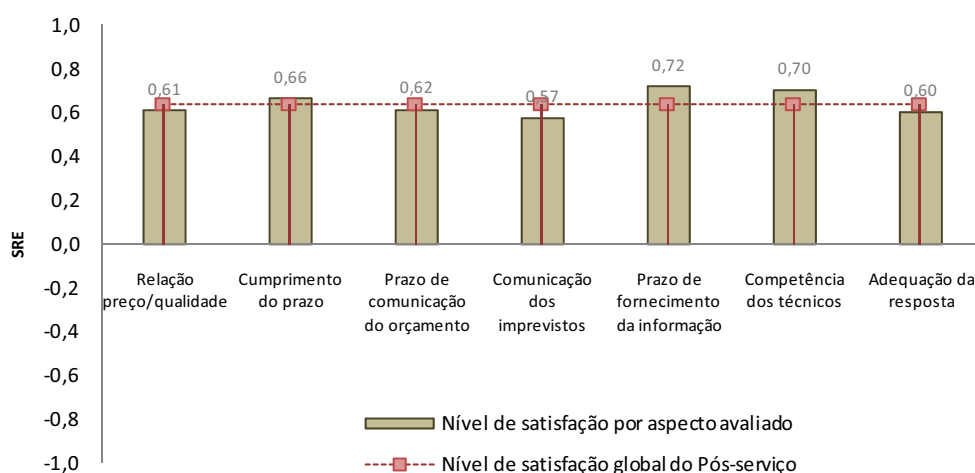


Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Pós-Serviço

A realização do Inquérito, através de inquirição sistemática a partir de Maio de 2010, teve como principal objectivo avaliar o grau de satisfação dos utilizadores de Informação Estatística sobre o serviço prestado pelo INE na resposta a pedidos de informação.

No período de Maio a Dezembro foram recebidos 630 questionários, situando-se a taxa de resposta em 26,9%, com um tempo médio de resposta de 2,1 dias úteis.

Os resultados apurados evidenciaram a apreciação bastante positiva dos respondentes (nível global com SRE de 0,64), em particular nos aspectos relacionados com o Prazo de fornecimento da informação solicitada (0,72) e a Competência dos técnicos de atendimento (0,70).

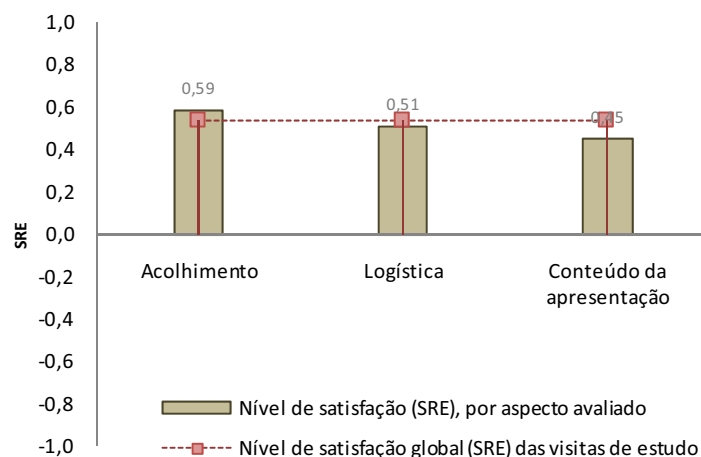


Inquérito à Satisfação das Visitas de Estudo

O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Visitas de Estudo abrangeu 42 visitas realizadas em 2010, no Porto, Coimbra, Lisboa e Faro. O objectivo é avaliar o grau de satisfação dos docentes e estudantes nos aspectos relacionados com o conteúdo da Apresentação efectuada, com as questões de organização, com a Intervenção dos técnicos do INE, bem como com a utilização regular do Portal do INE e do ALEA.

A colaboração dos participantes na resposta ao inquérito foi elevada, tendo a taxa de resposta global sido de 91,9% (94,6% para os docentes e 91,7% para os estudantes).

Os resultados apurados para as Visitas de Estudo (docentes e estudantes) revelaram uma avaliação global elevada dos 14 aspectos considerados nos inquéritos (SRE de 0,52), tendo os aspectos relativos ao Acolhimento/Intervenção dos técnicos do INE sido apreciados de modo mais favorável (SRE de 0,59), do que os aspectos ligados a questões de Logística (0,51) e ao Conteúdo da apresentação (0,45).



No que se refere ao Portal e ao ALEA, de sublinhar a apreciação muito equilibrada entre os diferentes aspectos, verificando-se que a média dos SRE foi idêntica (0,47).

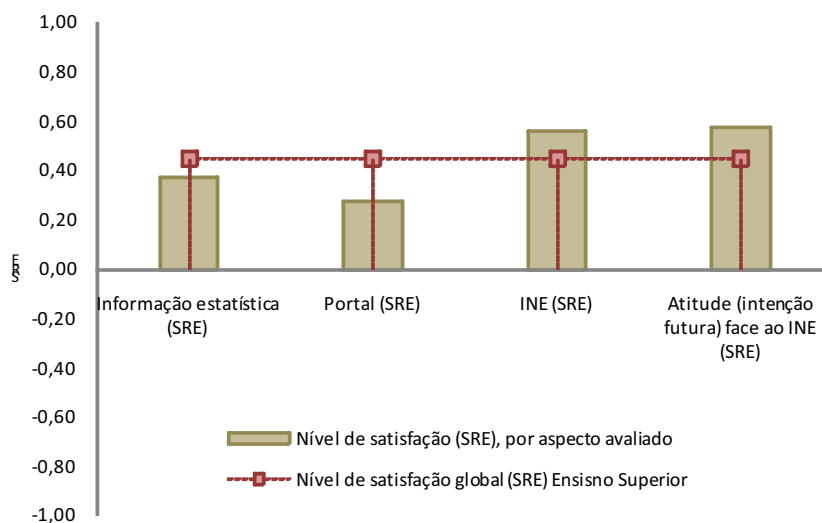
Inquéritos pontuais

Resultados do Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Ensino Superior

Este Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Ensino Superior (realizou-se junto dos Cursos de Administração Pública, Arquitectura, Contabilidade e Finanças, Geografia, Jornalismo e Comunicação Social, Matemática, Relações Internacionais e Sociologia), realizado entre Março e Maio de 2010.

O objectivo era avaliar o grau de satisfação dos responsáveis pelos cursos, em aspectos relacionados com a informação estatística produzida pelo INE, o Portal, a percepção sobre o seu relacionamento actual e as suas expectativas sobre a interacção futura com o INE.

Os resultados apurados permitiram evidenciar uma avaliação globalmente favorável sobre os aspectos inquiridos, tendo sido positivamente avaliados pelos respondentes todos os factores considerados, com um nível de participação idêntico ao registado no inquérito ao Ensino Superior (Cursos de Economia e Gestão) efectuado em finais de 2009.



Síntese dos resultados

O quadro seguinte apresenta a síntese dos resultados dos inquéritos realizados entre 2007 e 2010, assim como as taxas de resposta obtida em 2010 para esses inquéritos.

Inquéritos realizados	Taxa de resposta	Nº Respondentes	Resultados (SRE)(a)			
	2010	2010	2007	2008	2009	2010
Inquéritos permanentes						
Bibliotecas	96,1%	1867	0,94	0,95	0,96	0,88(c)
Portal	n.a.(b)	105	-0,21	0,11	0,04	0,11
Visitas de Estudo	91,9%	1481	n.a.	n.a.	0,54 (d)	0,52
Pós-Serviço	26,9%	1159	n.a.	n.a.	0,64	0,64 (e)
Inquéritos pontuais						
Ensino Superior (f)	16,0%	33	n.a.	n.a.	n.a.	0,45
Ensino Superior (Economia e Gestão)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,3	n.a.
Associações Empresariais	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,28	n.a.

Notas:

(a) SRE: valores variam entre -1 e 1, em que "1" = totalmente satisfeito e "-1" = totalmente insatisfeito; os valores perto de "0" estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

(b) Não é possível determinar a taxa de resposta, tendo em conta que a resposta a este inquérito é da iniciativa dos respondentes, por este estar disponível no Portal do INE.

(c) Em 2010 passou a ser aplicado o novo questionário.

(d) Em 2009 apenas foi analisada a satisfação de uma Visita, passando em 2010 a abranger todas as Visitas.

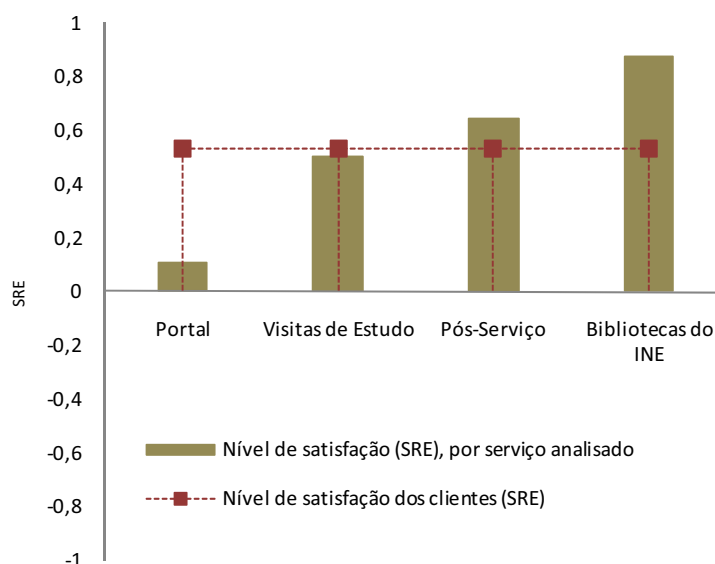
(e) O inquérito iniciou-se em meados de Maio de 2010.

(f) Cursos abrangidos: Administração Pública, Arquitectura, Contabilidade e Finanças, Geografia, Jornalismo e Comunicação Social, Matemática, Relações Internacionais e Sociologia.

Nível de Satisfação dos Clientes [QUAR: OBJ. C1/ IND 4]

O cálculo do indicador "Nível de satisfação dos clientes" apresentado no QUAR 2010 segue a metodologia adoptada em 2008 e 2009, no entanto, além dos Inquéritos aos utilizadores do Portal e dos utilizadores das Bibliotecas do INE, o indicador passou a integrar os resultados do Inquérito Pós-serviço e do Inquérito aos participantes nas Visitas de Estudo. Desta forma, o INE aumentou a abrangência dos serviços avaliados. O nível de satisfação dos clientes resulta, assim, da média aritmética dos níveis de satisfação obtidos através dos quatro inquéritos referidos, sendo cada um dos resultados um SRE cujo sistema de ponderadores se encontra acima mencionado.

Em 2010, o nível global de satisfação dos clientes foi de 0,532 SRE, ligeiramente acima das expectativas definidas pelo INE, já que a meta estabelecida no QUAR 2010 foi o intervalo [0,475-0,525]. No que se refere ao contributo de cada um dos serviços para o resultado global salienta-se, por um lado, os excelentes resultados das Bibliotecas do INE (tal como acontecera em 2008 e 2009), e, por outro, os resultados menos expressivos do Portal.



1.6.3.2. Sistema de Sugestões e Reclamações

Desde 2001 que o INE dispõe de um Sistema de Sugestões e Reclamações, através do qual é efectuado o registo, encaminhamento e tratamento das sugestões e reclamações recebidas. A última revisão do procedimento interno data de 2009, encontrando-se em conformidade com os compromissos assumidos na Carta da Qualidade (revista em 2009).

Os indicadores analisados na monitorização do Sistema de Sugestões e Reclamações são os seguintes:

- O número de sugestões e reclamações;
- A tipologia das sugestões e reclamações;
- A execução dos prazos de tratamento das sugestões e reclamações;
- As acções de melhoria decorrentes das sugestões e reclamações.

Actividades realizadas

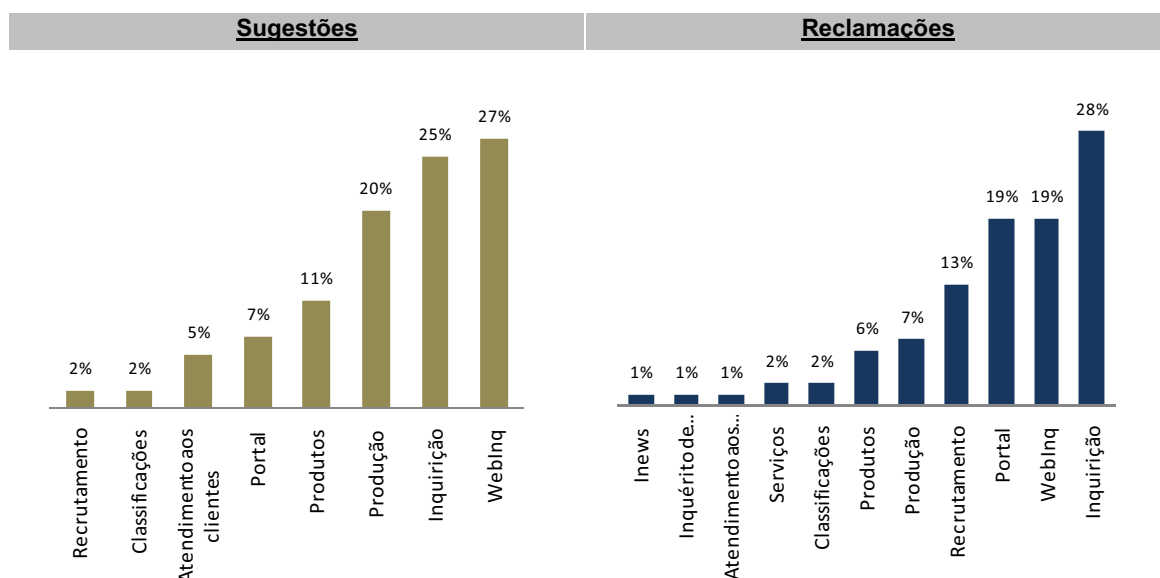
- Registo, acompanhamento e análise das sugestões e das reclamações recebidas, devidamente enquadrados no Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações;
- Elaboração do relatório trimestral, com análise dos indicadores de monitorização do Sistema de Sugestões e Reclamações.

Síntese dos Resultados das Sugestões e Reclamações

Em 2010, o INE recebeu 88 reclamações (81 em 2009) e 55 sugestões (27 em 2009). O tempo médio de resposta às reclamações foi de 2 dias úteis e às sugestões foi de 3 dias úteis.

O Portal foi o meio mais utilizado para apresentar sugestões e reclamações (cerca de 60% das ocorrências registadas em 2010), seguindo-se o Webinq (cerca de 23% do total), sendo de assinalar neste caso, que a recepção dos contributos se iniciou apenas em Junho de 2010.

As sugestões e reclamações recebidas foram classificadas de acordo com a tipologia definida nos gráficos seguintes, sendo de referir que os assuntos mais frequentes foram a inquirição e o WebInq, quer para as sugestões, assim como para as reclamações.



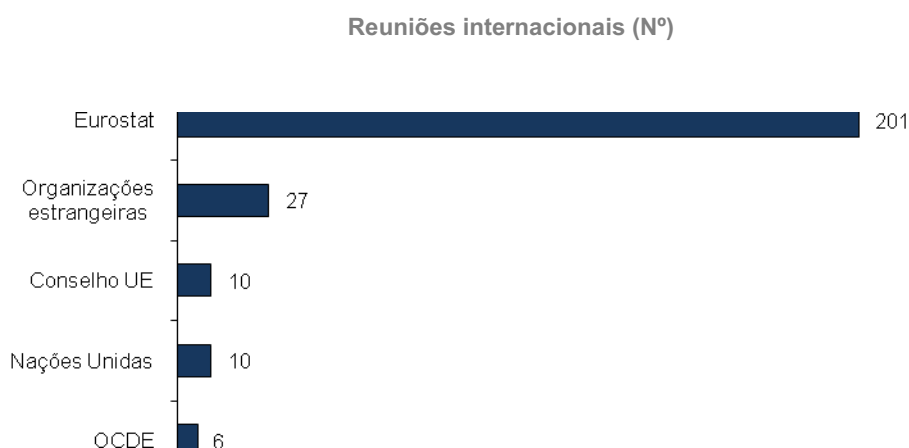
Na sequência das sugestões e reclamações recebidas, definiram-se 105 acções de melhoria, das quais 83% das quais tiveram implementação imediata.

Acções de melhoria	Nº
Implementação imediata	87
Implementação a curto/médio prazos	14
Implementação de longo prazo	4
Total	105

1.7. COOPERAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL

1.7.1. Actividades no âmbito do Sistema Estatístico Europeu e com outras organizações internacionais no domínio da estatística

Em 2010 o INE participou num total de 254 reuniões internacionais, que envolveram 300 deslocações, a maior parte das quais no âmbito da União Europeia.



Esta participação envolveu:

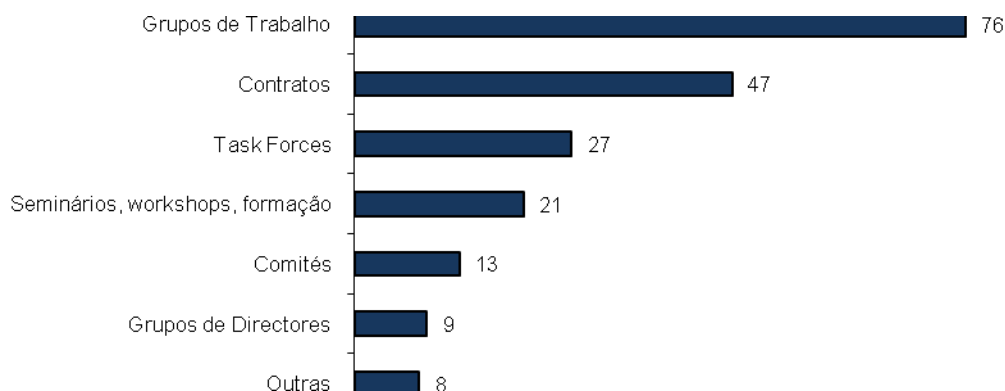
- Reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu e dos grupos de trabalho do EUROSTAT, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu;
- *Task Forces* relevantes a nível europeu, designadamente sobre Recenseamentos da População e da Habitação para 2011, Dados administrativos, Preços detalhados, Migrações, entre outras;
- Liderança de projectos de grande envergadura e importância na UE, designadamente: “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa; “SDMX – Statistical Data and Metadata Exchange” e “Projecto-piloto europeu de construção de índices de preços para habitação própria”;
- Acompanhamento de propostas de Regulamento no âmbito das reuniões do Grupo “Estatísticas” do Conselho da União Europeia, destacando-se a aprovação e publicação do “Regulamento (UE) nº 679/2010 do Conselho, de 26 de Julho de 2010 que altera o Regulamento (CE) nº 479/2009 no que respeita à qualidade dos dados estatísticos no contexto do procedimento relativo aos défices excessivos” e do “**Regulamento (UE) n.º 1090/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro de 2010, que altera a Directiva 2009/42/CE relativa ao levantamento estatístico dos transportes marítimos de mercadorias e de passageiros**”;
- Reuniões de acompanhamento de subvenções financeiras e contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Comissão Europeia;
- Sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE, bem como participação em Conferências e reuniões temáticas no âmbito das Nações Unidas, em particular nas áreas da População e Desenvolvimento e do Género, e na área dos Recenseamentos da População e em reuniões da OCDE, destacando-se

as áreas de Indicadores Territoriais, Contas Nacionais e da Saúde, bem como a área da Amostragem;

- Acções de formação profissional nos mais diversos domínios estatísticos, realizadas sobretudo em países da UE.

O INE participou num total de 201 reuniões no âmbito do Eurostat, envolvendo 234 técnicos, abrangendo a maior parte a participação em grupos de trabalho.

Reuniões no âmbito do Eurostat (Nº)



1.7.2. Actividades de Cooperação Estatística

No âmbito da Cooperação com os países de língua portuguesa, destacaram-se em 2010 as seguintes actividades:

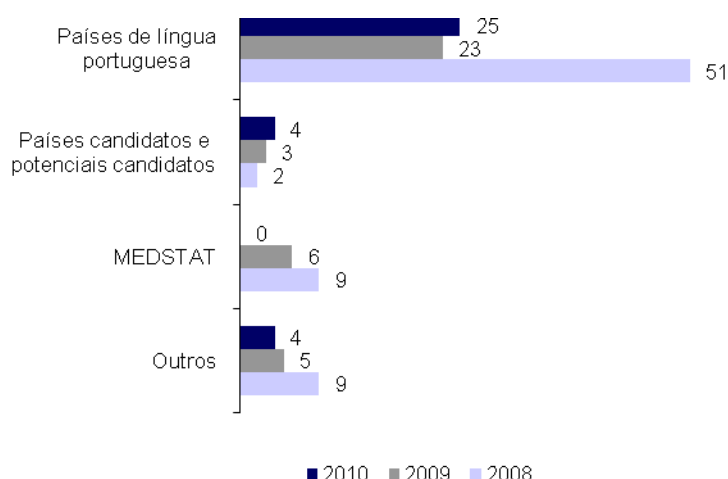
- Assinatura de dois Contratos de assistência técnica entre o INE de Portugal e o INE de Moçambique, no âmbito do Fundo Comum para Moçambique, nomeadamente “Contrato para Serviços de Consultoria na área da Legislação, Contencioso Estatístico, Advocacia e áreas afins” e “Contrato na área do Índice de Preços no Consumidor, Ficheiros de Unidades Estatísticas, Classificações, Sínteses de Conjuntura Económica e áreas afins”, que proporcionaram um enquadramento financeiro para a cooperação portuguesa luso-moçambicana e no âmbito dos quais se realizaram acções de assistência técnica nas várias áreas de intervenção;
- Acolhimento da IV Conferência Estatística da CPLP, em Lisboa, de 1 a 2 de Julho de 2010, que contou com a presença dos Presidentes e Directores-Gerais dos INE dos países da CPLP, e cujo Seminário foi dedicado à temática das Migrações, mais concretamente ao “Desenvolvimento e Harmonização das Estatísticas das Migrações no Espaço CPLP”;
- Realização de Reuniões Bilaterais de avaliação e planeamento da cooperação com S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor-Leste, que permitiram reforçar as relações de cooperação entre Portugal e cada um destes países no domínio da estatística;
- Estabelecimento de um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que permitiu a realização de uma missão do INE de Portugal ao IBGE para troca de experiências e conhecimentos nas áreas de Gestão de Recolha de Dados e Sistema de Custos;

- Apoio a S. Tomé e Príncipe na área das Estatísticas da Pecuária e no âmbito da Cartografia Censitária e Sistema de Informação Geográfica;
- Apoio a Angola através da realização de várias visitas de trabalho nas áreas de Contas Nacionais, Censos da População, Planeamento e Relações Externas e Cooperação;
- Apoio a Cabo Verde nas áreas de Índices de Preços no Consumidor e de Ficheiros de Unidades Estatísticas;
- Realização de visita de trabalho de delegação moçambicana ao INE de Portugal no âmbito das Estatísticas do Turismo, em parceria com o Instituto de Turismo de Portugal.

Na cooperação Extra-PALOP, destaca-se:

- Assinatura de contrato de adesão à terceira fase do programa MEDSTAT de cooperação estatística para a região mediterrânea, em Consórcio liderado pela ADETEF francesa;
- Acolhimento de visitas de trabalho de técnicos de países candidatos e potenciais candidatos, nomeadamente oriundos da Macedónia, na área de Registo das Explorações Agrícolas, bem como da Croácia, nas áreas de Estatísticas Estruturais das Empresas e Estatísticas das Filiais Estrangeiras, e da Sérvia, nas áreas de Censos da Agricultura e da Pobreza e Exclusão Social;
- Cooperação com países da UE, designadamente acolhimento de visita de trabalho da Roménia, sobre implementação do acesso à Internet, e participação em workshop na Hungria, destinado aos países do Sudeste da Europa, na área de Censos da População;
- Acolhimento de visitas de trabalho de outros países, tal como a China e a Coreia do Sul, respectivamente sobre a organização e áreas de produção do INE e do SEN e sobre dados administrativos na compilação de estatísticas.

Acções por Tipo de Programa (Nº)



2. ANÁLISE SINTÉTICA DO BALANÇO SOCIAL DO INE

O Balanço Social relativo à situação do INE em 31 de Dezembro de 2010, no que se refere aos seus recursos humanos, foi elaborado tendo em consideração os conceitos inerentes ao Balanço Social elaborado no contexto do Decreto-Lei N° 190/96.

a) Total de trabalhadores no quadro

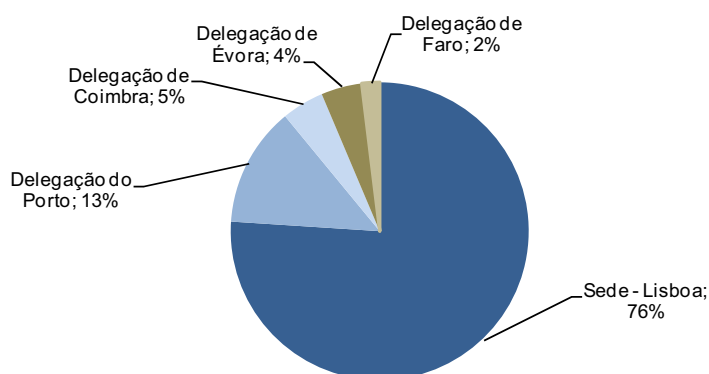
O número de trabalhadores que integravam o quadro do INE era de 676, face a 905 no final do ano anterior, o que representa um decréscimo significativo que se deveu essencialmente:

• Caducidade de contrato a termo	218
• Exoneração a pedido do trabalhador	5
• Cessação de comissão de serviço	1
• Morte	2
• Outros motivos	6

compensado parcialmente por entradas devido a^(*):

• Processo concursal	2
• Mobilidade interna a órgãos ou serviços	1
• Regresso de pessoal do quadro	3
• Contratados a termo (RA 2009)	8

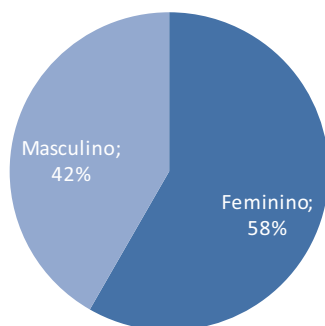
A saída dos trabalhadores por caducidade, 218 (79 técnicos superiores e 190 técnicos profissionais) deveu-se fundamentalmente à conclusão da recolha do Recenseamento Agrícola 2009.



(*) A diferença deve-se à alteração das regras de preenchimento do Balanço Social que em 2010 deixou de incluir 11 trabalhadores em situação de pré-reforma.

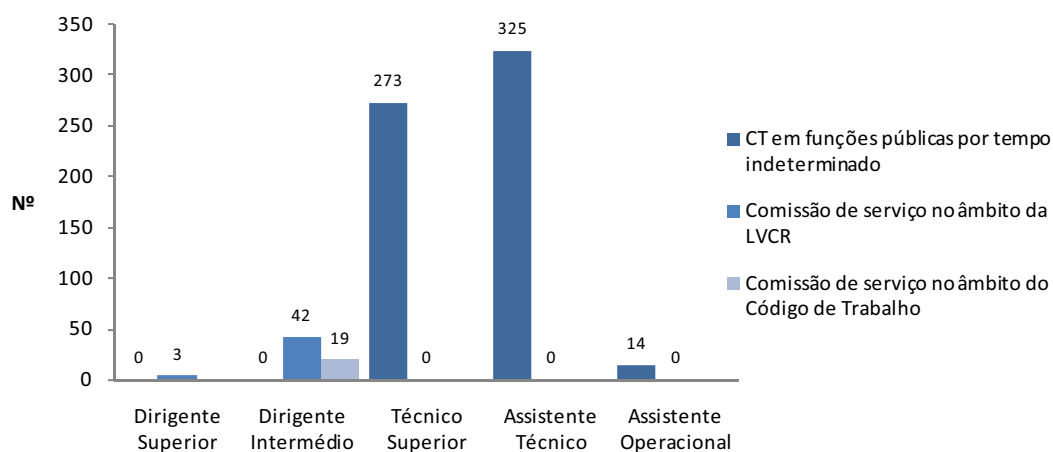
b) Distribuição por género

Em 2010, cerca de 58% dos trabalhadores eram do género feminino.



c) Distribuição por tipo de vínculo

O número de trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado representava 90,5% do total, enquanto 9,5% se encontravam em Comissão de Serviço na condição de Dirigente Superior e de Dirigente Intermédio.



d) Distribuição por carreiras

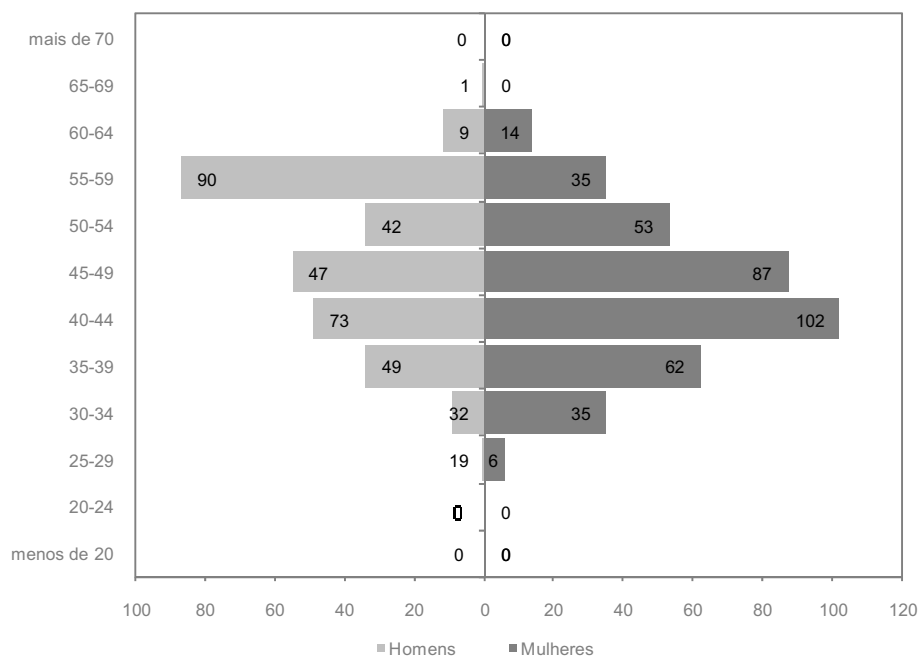
Em 31 de Dezembro a estrutura dos efectivos do INE era a seguinte:

Dirigentes	64
Técnicos Superiores	273
Assistentes Técnicos	325
Apoio Geral	14
Total	676

e) Estrutura etária

No final de Dezembro, 43,3% dos trabalhadores tinha entre 40 e 49 anos. A proporção de trabalhadores com menos de 35 anos representava 7,5% do total de trabalhadores (10,4% no caso da população feminina e 3,5% da população masculina) e 34,9% idade igual ou superior a 50 anos (28,9% da população feminina e 47,5% da masculina).

O leque etário era de 2,56, situando-se a média etária dos trabalhadores do INE ligeiramente acima de 46 anos, sendo de 49,2 anos na população masculina e de 45,3 anos na população feminina.

**f) Estrutura de profissões**

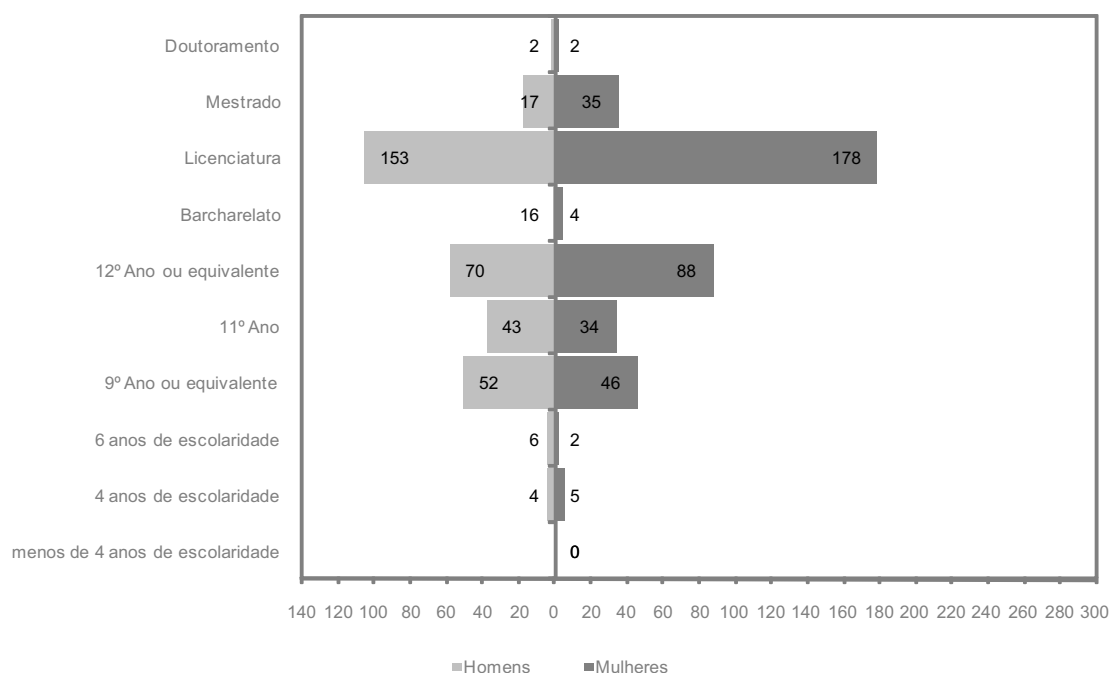
Do conjunto de trabalhadores, 49,9% eram Dirigentes e Quadros superiores, 48,1% profissionais qualificados e semi-qualificados e 2,1% pessoal não qualificado.

g) Estrutura de habilitações

O nível de habilitações mais frequente foi a licenciatura (42,0%), seguindo-se o 12º Ano ou equivalente (21,6%). De notar que 8,3% dos trabalhadores dispunham de Mestrado e Doutoramento, enquanto que 28,4% dos trabalhadores dispunham de habilitações inferiores ao 12º Ano.

Dos trabalhadores com pelo menos Licenciatura (50,3%), 52,8% eram do género feminino, enquanto que para os trabalhadores que possuíam o 12º Ano ou equivalente a proporção do género feminino era de 13,0%.

Proporcionalmente ao total dos trabalhadores, os trabalhadores do género feminino eram portadores de habilitações mais elevadas do que os do género masculino: 32,4% dos trabalhadores que dispunham de habilitações superiores ao 12º Ano (ou equivalente) eram do género feminino, enquanto apenas 18,6% dos trabalhadores nessa situação eram do género masculino. Por outro lado, e relativamente ao total de trabalhadores, 23,1% dos trabalhadores com habilitações iguais ou inferiores ao 12º Ano eram do género masculino e para as mesmas circunstâncias 25,9% era do género feminino.



h) Alterações na situação dos trabalhadores

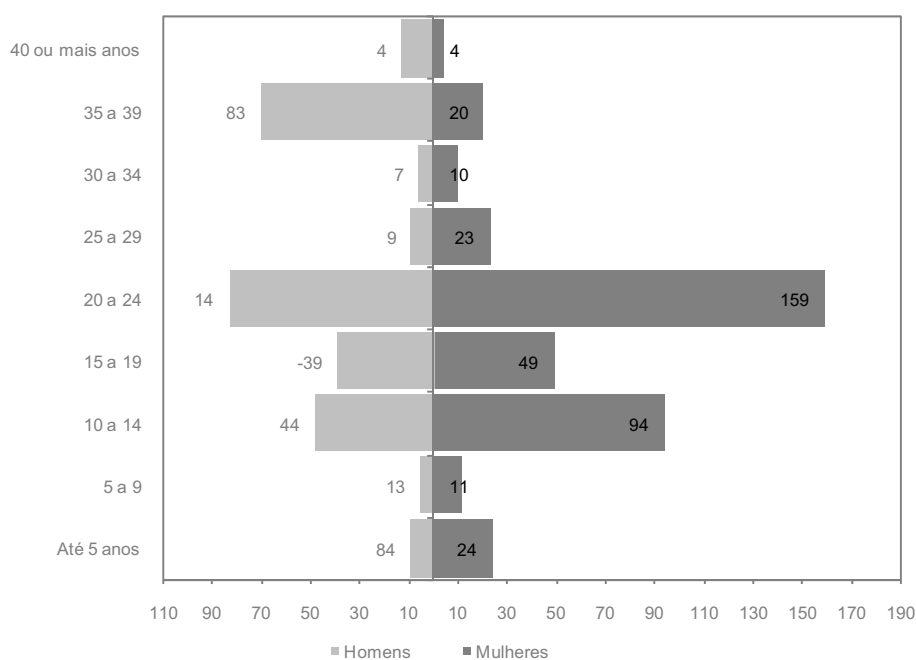
148 efectivos (a maior parte do género feminino) viram a sua situação profissional modificada em 2010 devido à ocorrência de três situações: alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (43,9%), alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (42,6%) e procedimentos concursais (13,5%).

i) Antiguidade

A classe de antiguidade mais frequente é a [20-24 anos], que abrange 35,8% dos trabalhadores, seguindo-se, com 21%, a classe [10-14 anos].

A proporção de trabalhadores com menos de 10 anos de antiguidade, no final de Dezembro de 2010, era de apenas 7,2% do total, ao mesmo tempo que a importância relativa dos trabalhadores com 30 ou mais anos de antiguidade atingia 18,2%, sendo 72,4% do género masculino.

A antiguidade média destes trabalhadores era de cerca de 21 anos, sendo de 19,0 anos no caso das mulheres e 24,1 anos no caso dos homens.



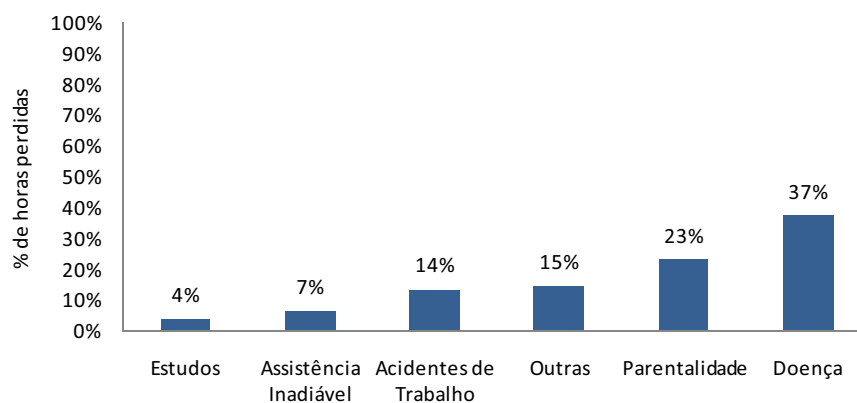
j) Modalidades de horários

67,5% dos trabalhadores (62,3% dos quais do género feminino) praticavam horário de trabalho flexível, ocorrendo a isenção de horário de trabalho para 31,2% do total (52,1% dos quais do género feminino).

O horário a Tempo Completo foi praticado por 98,1% dos trabalhadores, enquanto o período normal de trabalho inferior ao praticado a tempo completo envolveu 1,9% do total de trabalhadores (84,6% dos quais do género feminino).

k) Absentismo

Em 2010, verificou-se uma taxa de absentismo de 3,2%. O número total de dias de absentismo dos trabalhadores do INE foi de 6 292, correspondendo a uma redução de 2,9% face a 2009. De salientar que 60% das horas perdidas se deveu a motivos de doença e parentalidade.

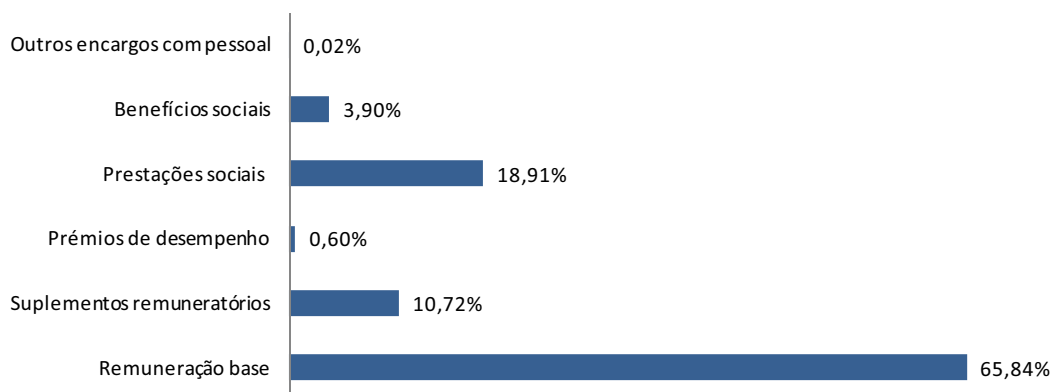


I) Horas de trabalho extraordinário

Em 2010, o número de horas de trabalho extraordinário foi de 6478 horas, maioritariamente prestado em período diurno.

m) Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal atingiram 26,5 milhões de euros, dos quais 65,8% correspondente à remuneração base e 22,8% a prestações e benefícios sociais.



n) Estrutura remuneratória

Em Dezembro de 2010, 63,3% do total de trabalhadores auferiam remunerações mensais ilíquidas inferiores a 1750 Euros. Esta proporção era de 64,0% para os trabalhadores do género feminino e de 62,4% para os trabalhadores do género masculino.

A importância relativa dos trabalhadores do género feminino com nível de remuneração igual ou superior a 3000 Euros era então de 9,0%, sendo de 17,0% no caso dos trabalhadores do género masculino.

Do total de trabalhadores, 2,2% auferiram remunerações mensais líquidas inferiores a 1000 Euros.

o) Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2010 ocorreram 61 acidentes de trabalho, dos quais 48 no local de trabalho e 13 *in itiner*, afectando mais significativamente trabalhadores do género feminino. Os acidentes de trabalho com baixa representaram 37,7% do total de acidentes.

Foram declarados 35 casos de incapacidade, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho, dos quais 2 envolveram incapacidade permanente parcial, 22 resultaram em incapacidade temporária e absoluta e 11 foram casos de incapacidade temporária e parcial.

Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

A Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho do INE foi criada em 2006 e objecto de publicação no BTE, 1ª Série, Nº2 de 15 de Janeiro de 2007.

Esta Comissão, coordenada por um Técnico Superior de Higiene e Segurança devidamente certificado, funciona em estreita articulação com o Médico do Trabalho.

Trata-se de uma intervenção no âmbito dos Recursos Humanos muito bem acolhida pelos trabalhadores e que tem contribuído para a melhoria do bem-estar social geral.

A Comissão realizou 12 reuniões e 10 visitas aos vários locais de trabalho.

Foram divulgadas diversas comunicações relacionadas com as condições de saúde no local de trabalho, em especial no âmbito da prevenção sobre temáticas tão vastas como: tabagismo, ergonomia, diabetes, gripe A e gripe sazonal, cancro da próstata e da mama, sida, depressão, efeitos do calor intenso, mecanismos de evacuação de emergência, acessibilidades às instalações do INE, sinalética, informação sobre a localização e conteúdo das caixas de primeiros socorros, sensibilização no âmbito do dia mundial da Seguranças e Saúde no trabalho e Dia Mundial da Prevenção e Segurança no Trabalho.

p) Política de Formação

O Plano de Formação do INE tem sido elaborado numa base bianual, referindo-se o último a 2009/2010. Este Plano visava o desenvolvimento de competências através de acções em duas vertentes:

- Acções de natureza geral, visando o aperfeiçoamento e a evolução das qualificações dos trabalhadores;
- Acções de natureza específica, destinadas a grupos de trabalhadores cujas funções requerem especialização adequada e em permanente actualização, privilegiando áreas relacionadas com metodologias estatísticas, ciências empresariais, aplicações informáticas especializadas, etc.

A execução do Plano de Formação para 2010 ficou aquém das expectativas devendo-se essencialmente da conjugação de dois factores: por um lado, as regras para a contratação de formadores, cujo processo se tornou muito longo no tempo devido à sua complexidade e impediu a realização das acções de formação no calendário previsto; por outro lado, a crescente insuficiência de recursos humanos para execução do Plano de Actividades, muito particularmente de técnicos superiores, que limitou a sua disponibilidade, em termos de tempo, para a participação em acções de formação.

Tal como em 2009, o Plano de Formação do INE referente a 2010 esteve aberto a técnicos de todas as entidades que integram o Sistema Estatístico Nacional, que apresentaram um total de 79 formandos para frequência de 14 acções que se concretizaram ao longo de 1465 horas de formação.

Comparativamente com 2009, em 2010 verificou-se:

- Menor número de acções de formação
- Menor número de formandos
- Menor número de horas de formação
- Menor participação dos trabalhadores em acções de formação

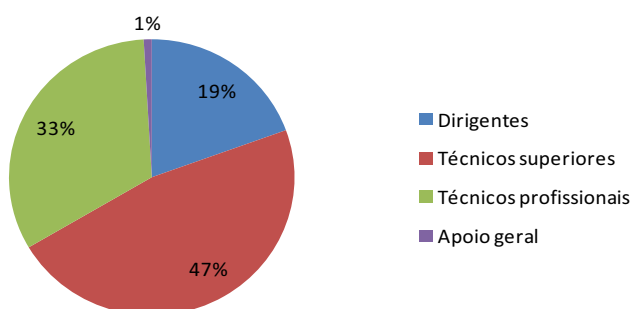
A taxa de execução em termos do número de acções foi de 80% (idêntica à de 2009); contudo, em termos do número de horas de formação, a taxa de execução foi de apenas 44%, indiciando designadamente o aumento da proporção de acções de formação com duração mais curta. De facto, cerca de 85% das acções de formação teve uma duração inferior a 30 horas.

A taxa de execução em termos de participantes foi de apenas 48%, verificando-se que o número médio anual de horas de formação por participante foi de 22 horas. Por outro lado, 31% do total de trabalhadores do INE frequentaram pelo menos uma acção de formação, face a 35% em 2009.

	Taxa de Execução do Plano de Formação	
	2009	2010
Nº de Acções	80%	80%
Nº de Participantes	77%	48%
Horas de Formação	58%	44%

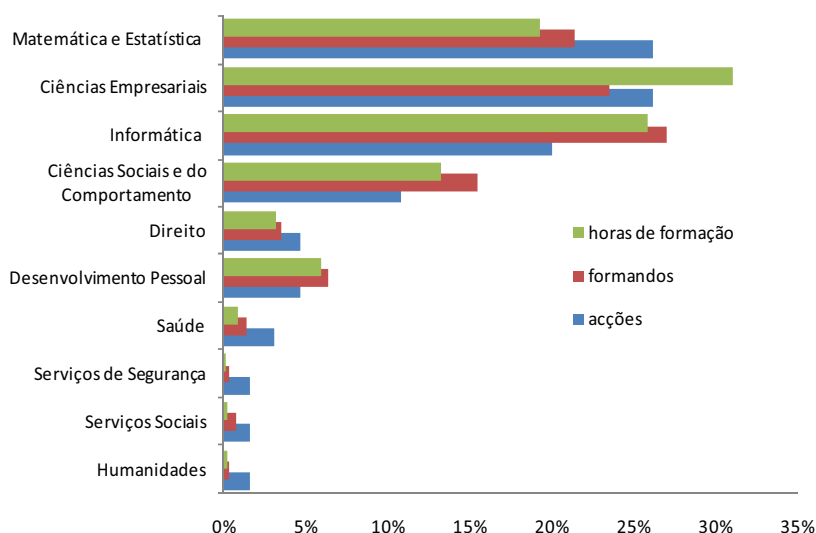
O número médio de participantes por acção de formação foi de 5,6 ligeiramente superior ao verificado em 2009 (5,3).

De referir-se que 47% dos trabalhadores que participaram em acções de formação eram técnicos superiores e 19% dirigentes.



De notar que 9 formandos participaram em 13 acções de formação no estrangeiro, correspondentes a 389 horas de formação.

As áreas de formação com maior número de acções foram as da matemática e estatística e ciências empresariais, acumulando estas um número de horas de formação significativamente superior às restantes áreas. A área de Informática foi a que reuniu mais formandos.



Cerca de um terço das acções de formação foram ministradas por técnicos formadores do INE.

Tipos de acções	Nº de acções realizadas
Acções inter	42
Acções intra - ministradas por formadores do INE	23
Total	65

No contexto do European Statistical Training Programme e na sequência da acção de formação "Quality management in Statistical Agencies advanced Course", cujo Leader é o INE, o Instituto recebeu formandos dos Institutos de Estatística da Alemanha, Bulgária, Croácia, Eslovénia, Polónia, Turquia, Bósnia e Herzegovina, Holanda, Eslováquia.

Em 2010, verificou-se uma redução significativa com os custos de formação face a 2009 (- 38,2%). Esta redução resulta, por um lado, de um maior investimento em formação realizada por formadores internos e por outro, da não concretização da totalidade das acções previstas, conforme já referido.

Avaliação das Acções ministradas pelos técnicos do INE (Acções Intra) pelos formandos

Com o objectivo de avaliar o nível de satisfação dos formandos relativamente às formações ministradas pelos técnicos do INE, procede-se à realização de um inquérito à satisfação aos formandos.

A avaliação das acções é realizada segundo as seguintes 3 dimensões:

Dimensões avaliadas	Nº de factores
Apreciação da Acção	5
Organização/Acompanhamento da Acção	5
Desempenho dos Formadores	11
Total	21

Cada um dos aspectos é avaliado com recurso a uma escala de avaliação relacionada com o grau de satisfação constituída por 4 categorias de acordo com o seguinte esquema de referência:

Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco
4	3	2	1

Os principais resultados obtidos foram os seguintes:

- O nível médio de satisfação global considerando a avaliação de todas as questões (21) foi de 3,4 (Bom), sendo o Desempenho do Formador a dimensão melhor avaliada com 3,5 (Bom), seguindo-se a dimensão Apreciação da Acção com média de 3,3 e por fim a dimensão Organização/Acompanhamento da Acção com média de 3,2 (Bom).
- Os factores que apresentaram níveis de satisfação mais elevados, muito próximos do nível Muito Bom, foram o Domínio dos conteúdos (3,8), a Capacidade de Comunicação e a Adequação da Linguagem dos Formadores (ambos com média de 3,7).
- Os factores que apresentaram níveis de satisfação mais baixos foram a Duração da Acção, as Instalações e Condições Ambientais, a Documentação Distribuída e os Audiovisuais utilizados, todos com média de 3,1 e todos do âmbito da dimensão Organização das Acções, mas ainda assim com resultados de nível Bom.

B - CONTAS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. RECURSOS FINANCEIROS

Apresenta-se a análise da execução financeira do INE, relativa ao exercício de 2010.

Esta análise é desenvolvida na perspectiva da execução financeira do orçamento aprovado (óptica da Contabilidade Pública) e também na perspectiva da situação patrimonial (óptica da Contabilidade Patrimonial - POCP).

1.1. ÓPTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

No decurso de 2010, além da preparação e execução das operações correntes, decorreram os trabalhos relacionados com as duas maiores operações estatísticas decenais realizadas no País: a conclusão da recolha de informação relativa ao Recenseamento da Agricultura 2009 (RA2009) e a preparação dos Recenseamentos da População e da Habitação (Censos2011).

A execução financeira do exercício em análise continuou a beneficiar do resultado de medidas destinadas a otimizar a execução orçamental, de que se destacam:

- Adopção continuada de procedimentos de rigor e racionalização, ao nível das despesas de funcionamento e dos custos da actividade estatística;
- Incremento do aproveitamento de actos administrativos para a produção de estatísticas oficiais, medida, no entanto, dependente da cooperação das entidades que detêm a informação;
- Intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos, designadamente a Internet junto das empresas e a entrevista telefónica junto das famílias.

A execução orçamental de 2010 foi particularmente afectada pela não atribuição, no orçamento para 2010, da dotação necessária para a execução do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA 2009) e pela cativação adicional imposta pelo Ministério das Finanças sobre as dotações disponíveis no PIDDAC. A dotação necessária para o RA 2009 foi sendo disponibilizada ao longo do ano através da autorização de integração do saldo de gerência de 2009, de transferência do Ministério da Agricultura e de autorização de descativação. Os constrangimentos de ordem orçamental obrigaram à reprogramação de algumas despesas, designadamente das relativas aos Censos 2011 no que se referiu à abertura de procedimentos concursais internacionais. O exercício encerrou com um excedente de € 2.456.259, sendo € 605.305 na dotação do Orçamento do Estado (Funcionamento: € 165.163 e PIDDAC: € 440.142) e € 1.850.954 nas Receitas Próprias.

O valor apurado em Receitas Próprias deveu-se à emissão e cobrança de guias de receita já no final do exercício (€ 817.561) e à poupança conseguida no Recenseamento Agrícola de 2009 (€ 1.033.393).

Execução Financeira (Óptica Tesouraria)

	2010	2009
1. RECEITAS	46.105.049	41.218.578
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	36.139.122	33.585.000
Receitas Próprias (Efectivamente Cobradas e Saldos Integrados)	9.407.826	6.988.274
PIDDAC - Correntes (Orc. Inicial Corrigido)	0	0
PIDDAC - Capital (Orc. Inicial Corrigido)	558.101	645.304
2. DESPESAS	43.648.790	38.112.412
Pessoal do Quadro, Requisitados e com Contrato a Prazo	26.678.823	24.932.446
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença (entrevistadores/outros)	10.854.024	4.027.088
Prémios de Desempenho	160.038	150.727
Indemnizações por Rescisões de Contratos	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	5.306.174	7.515.986
Investimentos	649.731	1.486.165
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	2.456.259	3.106.165

Ao nível da evolução da **Despesa**, é de assinalar os seguintes factos:

- a) O aumento de 14,5% na despesa total, devido essencialmente à preparação/realização das grandes operações censitárias; 20% da despesa realizada em 2010 respeitou o RA 2009;
- b) O acréscimo de 7% no nível das despesas com pessoal (61,5% do total em 2010), devido à contratação, a prazo, de cerca de 215 técnicos para a execução do Recenseamento Agrícola de 2009;
- c) O acréscimo 169,5% nas despesas com a recolha de informação (24,8% do total), devido essencialmente à realização do Recenseamento Agrícola de 2009;
- d) Um decréscimo de cerca de 29,4% nos "Fornecimentos e Serviços Externos" (12,2% do total), devido ao montante devolvido ao EUROSTAT em 2009;
- e) O decréscimo de 56,3% nas despesas de investimento (1,5% do total), dado que os investimentos necessários ao RA 2009 se realizaram em 2009.

Ao nível da evolução da **Receita**, é de destacar:

- a) Um aumento de 11,9% no montante total da receita disponível;
- b) Preponderância dos recursos financeiros provenientes do Orçamento do Estado (78,4% do total), que registaram um aumento de 7,6%, essencialmente para fazer face a despesas não correntes, relacionadas com a preparação dos Recenseamentos à População e à Habitação (Censos 2011) e conclusão da recolha de informação do Recenseamento Agrícola de 2009;
- c) Um aumento de 34,6% relativo a Receitas Próprias (20,4% do total), provenientes de contratos com o EUROSTAT, da prestação de serviços essencialmente a entidades públicas e da transferência do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para o Recenseamento Agrícola de 2009, que representou 42,5% do total;
- d) Decréscimo de 13,5% do financiamento através do PIDDAC (1,2% do total).

1.2. ÓPTICA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

Os recursos financeiros segundo a óptica de proveitos, ou seja, independentemente dos recebimentos efectivos, num total de € 43.266.666,41, tiveram as seguintes origens:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 36.091.917,78 (83,42%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento (€35.973.959,43) e das verbas inscritas no PIDDAC - Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (€117.958,35).
- **Receitas Próprias**, no valor de € 7.174.748,63 (16,58%), decorrente das vendas e prestações de serviços (€ 1.119.774,20), comparticipações financeiras (€ 5.767.735,66) e recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 287.238,77).

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, cujas demonstrações financeiras a seguir se apresentam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente favorável.

Para além de outros factores, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das despesas de funcionamento, quer das despesas de investimento, factos que permitiram registar poupanças nas dotações disponíveis do Orçamento do Estado e do PIDDAC.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo em € 45.440,31, devida e detalhadamente justificado no Anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Nos últimos 6 anos, a evolução dos recursos financeiros do Instituto foi a seguinte:

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

2005	2006	2007	2008	2009	2010
28.862.503,63	29.767.613,24	30.531.374,38	30.924.923,43	33.017.189,44	35.973.959,43

Orçamento do Estado - PIDDAC

2005	2006	2007	2008	2009	2010
785.361,30	488.897,10	526.291,94	652.161,15	643.823,15	117.958,35

Receitas Próprias

2005	2006	2007	2008	2009	2010
4.415.434,63	4.619.650,70	5.126.712,08	2.677.042,59	5.217.048,18	7.174.748,63

Total Geral

2005	2006	2007	2008	2009	2010
34.063.299,56	34.876.161,04	36.184.378,40	34.254.127,17	38.878.060,77	43.266.666,41

Nota:

2007 - Inclui as receitas e despesas associadas à organização e realização do ISI 2007, em Lisboa;

2009 - Inclui a realização do Inquérito Piloto dos Censos 2011 e o lançamento do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009);

2010 - Inclui a conclusão da recolha do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009) e o lançamento dos Censos 2011.

2.1. BALANÇO E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A estrutura do Balanço, à data de 31 de Dezembro de 2010, mantém-se muito próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o activo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 83,6% do activo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes principais variações:

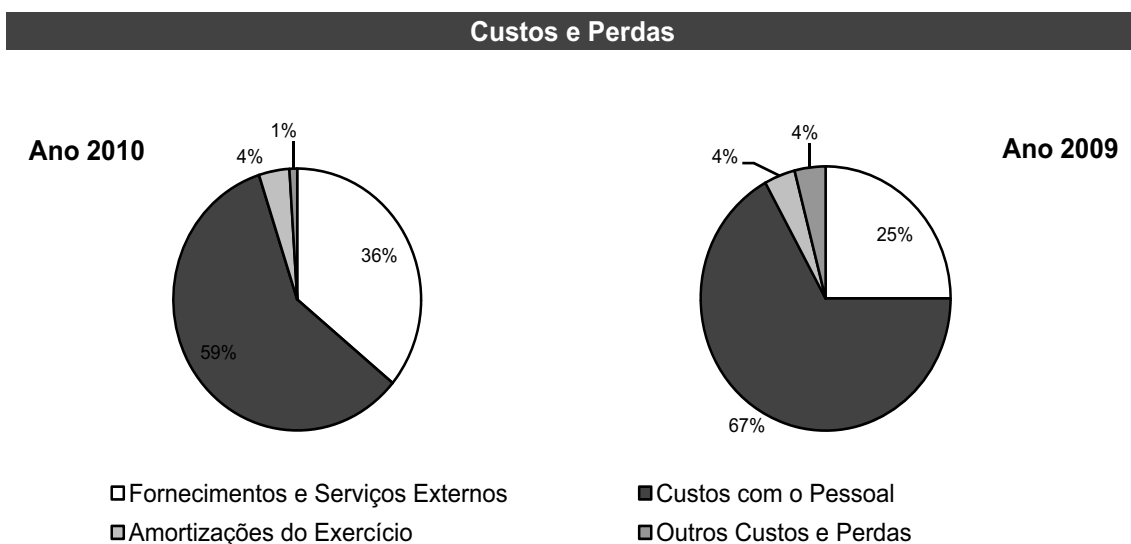
- a) Imobilizações corpóreas – diminuição do activo líquido no exercício, em resultado dos abates de natureza contabilística efectuados em 2010. (Ver Nota 8.2.7);
- b) Dívidas de terceiros – redução dos saldos de “clientes c/c e de outros devedores”, devido às insistências efectuadas no sentido de recuperar recebimentos em atraso junto dos principais clientes e do EUROSTAT;

As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

2.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - CUSTOS E PROVEITOS

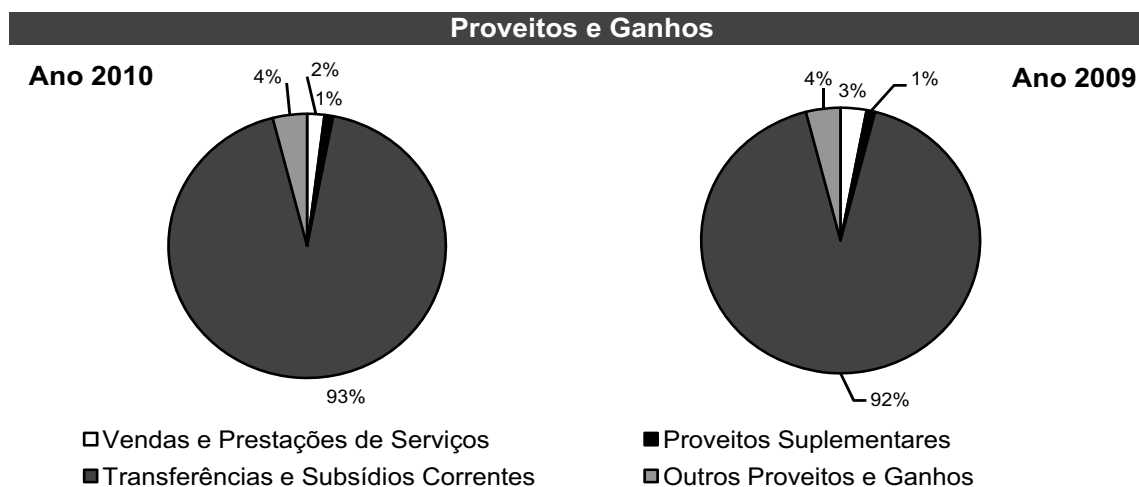
Os custos do exercício de 2010 com o desenvolvimento das actividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 44.425.756,30 face a € 38.104.112,20 em 2009.

Ao nível da estrutura dos custos o peso das quatro grandes rubricas em análise apresenta variações, tendo-se registado a seguinte evolução:

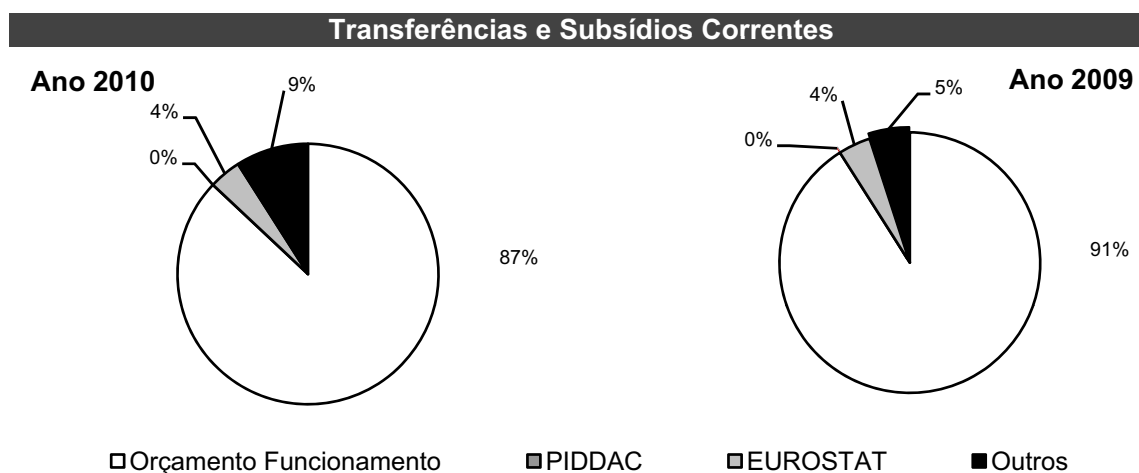


No entanto e como já referido no ponto “1.1. Óptica da Contabilidade Pública”, o aumento registado na totalidade dos custos resultou, sobretudo, do incremento da actividade não corrente resultante da preparação do Censos 2011 e conclusão da recolha de informação do Recenseamento Agrícola de 2009.

Os proveitos, no total de € 44.380.315,99 (€38.805.795,57 em 2008) não registam variações significativas, acompanhando desta forma a evolução verificada ao nível dos custos.



Das rubricas mais significativas, a de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos é a que se destaca tendo um peso de 93%, a qual tem a seguinte composição:



2.3. INVESTIMENTOS

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas ascenderam a € 646.390,70, financiadas em € 117.363,11 pelo PIDDAC, em € 91.053,83 pelo Orçamento de Funcionamento/Orçamento do Estado e em € 437.973,76 por Receitas Próprias.

Do programa de investimentos merece destaque o montante de € 638.474,00 (98,8%) despendido na área dos sistemas e tecnologias de informação, o qual foi materializado em equipamentos, programação e licenciamentos de software e nos quais se inclui a aquisição de equipamentos para suporte à realização dos Censos 2011.

As restantes despesas de investimento distribuem-se pelas rubricas de edifícios e outras construções (€ 7.359,10) e ferramentas e utensílios (€ 557,60), as quais representam 1,1% e 0,1% do total, respectivamente.

2.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi de (€ 45.440,31). (Nota 8.2.32)

Propõe-se a afectação deste resultado à conta Resultados transitados.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento ao estipulado no nº 9, da RCM nº 155/2005, de 6 de Outubro de 2005, são apresentadas as remunerações brutas (principais e acessórias) auferidas pelos membros do Conselho Directivo:

	Remunerações	Subsídios de Férias e Natal	Representação	Outras Remunerações Certas e Permanentes	Total
Presidente do C. Directivo (a)	48.978,69	7.987,94	17.657,52	0,00	74.624,15
Vogal do C. Directivo (b)	31.485,51	10.329,61	13.388,64	30.424,97	85.628,73
Vogal do C. Directivo (a)	43.327,21	7.066,26	13.388,64	0,00	63.782,11
Totais	123.791,41	25.383,81	44.434,80	30.424,97	224.034,99

(a) Estatuto do Gestor Público (Empresas do Grupo A, com Grau de Complexidade Nível 2), regime CGA

(b) Vencimento de origem (INE); regime SS; Fundo de Pensões do INE (Nota 8.2.3(j))

Lisboa, 2 de Maio de 2011

O Conselho Directivo:

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho
Presidente

Pedro Jorge Nunes da Silva Dias
Vogal

Maria Helena de Sousa Cordeiro
Vogal

BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS



Relatório e Contas

2010



Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2010		2009	
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13.744.806,64	0,00	13.744.806,64	13.744.806,64
422	Edifícios e outras construções	9.629.819,90	4.001.711,21	5.628.108,69	5.871.234,67
423	Equipamento básico	1.143.073,11	1.102.009,43	41.063,68	85.390,51
424	Equipamento de transporte	463.239,72	463.239,72	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	136.388,87	99.944,80	36.444,07	52.827,35
426	Equipamento administrativo	1.984.578,57	1.920.486,44	64.092,13	112.704,86
428	Equipamento de informática	17.441.537,31	15.629.703,82	1.811.833,49	2.477.508,13
429	Outras imobilizações corpóreas	14.846,62	8.803,05	6.043,57	6.043,57
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		44.558.290,74	23.225.898,47	21.332.392,27	22.350.515,73
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	76.828,63	0,00	76.828,63	66.329,53
33	Produtos acabados e intermédios	617.071,61	549.451,73	67.619,88	74.871,29
		693.900,24	549.451,73	144.448,51	141.200,82
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	224.740,43	8.028,28	216.712,15	254.536,02
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
262+268	Outros devedores	208.971,76	0,00	208.971,76	394.573,70
		433.712,19	8.028,28	425.683,91	649.109,72
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	1.850.953,91		1.850.953,91	2.536.874,00
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		1.850.953,91		1.850.953,91	2.536.874,00
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1.156.132,94		1.156.132,94	778.343,80
272	Custos diferidos	615.923,48		615.923,48	697.958,25
		1.772.056,42		1.772.056,42	1.476.302,05
	Total de amortizações		23.225.898,47		
	Total de provisões		557.480,01		
	Total do activo	49.308.913,50	23.783.378,48	25.525.535,02	27.154.002,32

Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira,

Paulo Jorge da Conceição Henriques
(Director Adjunto)

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios	
		2010	2009
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20.772.818,99	20.772.818,99
59	Resultados transitados	(5.549.277,47)	(6.250.960,84)
	Subtotal	15.223.541,52	14.521.858,15
88	Resultado líquido do exercício	(45.440,31)	701.683,37
	Total dos fundos próprios	15.178.101,21	15.223.541,52
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	92.674,51	0,00
24	Estado e outros entes públicos	20.261,46	20.966,76
219+262+267/8	Outros credores	664.889,75	640.305,47
		777.825,72	661.272,23
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3.118.164,12	3.511.248,55
274	Proveitos diferidos	6.451.443,97	7.757.940,02
		9.569.608,09	11.269.188,57
	Total do passivo	10.347.433,81	11.930.460,80
	Total dos fundos próprios e do passivo	25.525.535,02	27.154.002,32

O Conselho Directivo,

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2010		2009	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		99.000,51		117.867,05
62	Fornecimentos e serviços externos		15.928.214,18		9.638.493,47
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	21.189.157,63		20.272.116,89	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	149.745,00		149.745,00	
645/8	Outros	5.190.142,58	26.529.045,21	5.018.830,91	25.440.692,80
66	Amortizações do exercício	1.663.504,36		1.605.822,47	
67	Provisões do exercício	22.547,03	1.686.051,39	0,00	1.605.822,47
65	Outros custos e perdas operacionais		13.832,79		10.346,92
	(A)		44.256.144,08		36.813.222,71
68	Custos e perdas financeiras:		1.643,48		1.501,69
	(C)		44.257.787,56		36.814.724,40
69	Custos e perdas extraordinários		167.968,74		1.289.387,80
	(E)		44.425.756,30		38.104.112,20
88	Resultado líquido do exercício		(45.440,31)		701.683,37
			44.380.315,99		38.805.795,57

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2010		2009	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	13.459,07		21.720,98	
	Prestações de serviços	1.106.315,13	1.119.774,20	957.667,28	979.388,26
72	Impostos, taxas e outros		36.721,58		40.307,28
	Variação da produção		13.494,63		(103.182,34)
73	Proveitos suplementares		250.517,19		268.898,05
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos		41.188.678,45		35.927.084,81
	(B)		42.609.186,05		37.112.496,06
78	Proveitos e ganhos financeiros		0,00		0,00
	(D)		42.609.186,05		37.112.496,06
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.771.129,94		1.693.299,51
	(F)		44.380.315,99		38.805.795,57
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		(1.646.958,03)		299.273,35
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		(1.643,48)		(1.501,69)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		(1.648.601,51)		297.771,66
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		(45.440,31)		701.683,37

MAPAS DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL



Relatório e Contas

2010



Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
02 0 02 09 00	1011	010102	Órgãos Sociais	127.950,00	125.091,00	0,00	125.090,77
02 0 02 09 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	12.796.279,00	11.481.925,00	0,00	11.481.924,58
02 0 02 09 00	1011	010105	Pessoal além dos quadros	184.398,00	178.341,00	0,00	178.340,25
02 0 02 09 00	1011	010106	Pessoal contratado a termo	650.346,00	1.623.404,00	0,00	1.623.403,35
02 0 02 09 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	4.976.105,00	6.914.758,00	0,00	6.914.756,14
02 0 02 09 00	1011	010109	Pessoal em qualquer outra situação	30.000,00	43.610,00	0,00	43.610,00
02 0 02 09 00	1011	010111	Representação	105.932,00	120.719,00	0,00	120.718,42
02 0 02 09 00	1011	010112	Suplementos e prémios	2.215.291,00	2.170.172,00	0,00	2.170.171,87
02 0 02 09 00	1011	010113	Subsidio de refeição	673.955,00	665.783,00	0,00	665.782,05
02 0 02 09 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	2.492.862,00	2.446.966,00	0,00	2.446.965,93
02 0 02 09 00	1011	010202	Horas extraordinárias	60.000,00	80.159,00	12.000,00	68.158,14
02 0 02 09 00	1011	010204	Ajudas de custo	173.341,00	133.621,00	0,00	133.620,15
02 0 02 09 00	1011	010205	Abono para falhas	1.100,00	1.036,00	0,00	1.035,36
02 0 02 09 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	175.000,00	233.859,00	52.000,00	181.858,28
02 0 02 09 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	3.755.672,00	3.629.961,00	12.298,00	3.617.662,47
02 0 02 09 00	1011	010308	Outras pensões	150.000,00	150.000,00	0,00	149.745,00
02 0 02 09 00	1011	010309	Seguros	1.190.692,00	976.825,00	0,00	976.824,26
02 0 02 09 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	70.000,00	79.738,00	0,00	79.737,23
02 0 02 09 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	57.000,00	70.000,00	0,00	64.620,71
02 0 02 09 00	1011	020108	Material de escritório	247.300,00	154.300,00	0,00	133.676,25
02 0 02 09 00	1011	020117	Ferramentas e utensílios	7.900,00	5.900,00	0,00	3.021,28
02 0 02 09 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	30.160,00	30.160,00	0,00	23.684,85
02 0 02 09 00	1011	020201	Encargos das instalações	250.000,00	250.000,00	0,00	243.434,07
02 0 02 09 00	1011	020202	Limpeza e higiene	343.000,00	343.000,00	0,00	341.806,86
02 0 02 09 00	1011	020203	Conservação de bens	370.000,00	306.000,00	0,00	284.889,07
02 0 02 09 00	1011	020204	Locação de edifícios	513.380,00	513.115,00	0,00	513.112,08
02 0 02 09 00	1011	020205	Locação de material de informática	410.000,00	115.200,00	0,00	105.030,98
02 0 02 09 00	1011	020206	Locação de material de transporte	46.920,00	21.920,00	0,00	16.185,89
02 0 02 09 00	1011	020209	Comunicações	849.780,00	898.007,00	169.956,00	671.390,59
02 0 02 09 00	1011	020211	Representação dos serviços	23.120,00	23.120,00	4.624,00	14.495,23
02 0 02 09 00	1011	020212	Seguros	72.000,00	57.000,00	0,00	53.091,68
02 0 02 09 00	1011	020213	Deslocações e estadas	527.031,00	460.273,00	0,00	458.299,61
02 0 02 09 00	1011	020215	Formação	155.000,00	42.462,00	0,00	42.461,88
02 0 02 09 00	1011	020217	Publicidade	49.000,00	69.104,00	0,00	69.101,04
02 0 02 09 00	1011	020218	Vigilância e segurança	250.000,00	232.420,00	0,00	232.417,71
02 0 02 09 00	1011	020219	Assistência técnica	600.000,00	570.000,00	120.000,00	445.263,71
02 0 02 09 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	616.386,00	873.087,00	0,00	871.745,08
02 0 02 09 00	1011	020225	Outros serviços	286.350,00	124.389,00	0,00	115.815,75
02 0 02 09 00	1011	040802	Estágios PEPAC	0,00	22.275,00	0,00	22.274,64
02 0 02 09 00	1011	060203	Outras despesas correntes	976.750,00	179.500,00	0,00	177.205,81
02 0 02 09 00	1011	070103	Edifícios	0,00	2.800,00	0,00	1.996,50
02 0 02 09 00	1011	070107	Equipamento de informática	0,00	90.000,00	0,00	89.533,91
			Subtotal 01	36.510.000,00	36.510.000,00	370.878,00	35.973.959,43

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
125.090,77	0,00	125.090,77	0,23	0,23	0,00	100,0%
11.481.924,58	0,00	11.481.924,58	0,42	0,42	0,00	100,0%
178.340,25	0,00	178.340,25	0,75	0,75	0,00	100,0%
1.623.403,35	0,00	1.623.403,35	0,65	0,65	0,00	100,0%
6.914.756,14	0,00	6.914.756,14	1,86	1,86	0,00	100,0%
43.610,00	0,00	43.610,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
120.718,42	0,00	120.718,42	0,58	0,58	0,00	100,0%
2.170.171,87	0,00	2.170.171,87	0,13	0,13	0,00	100,0%
665.782,05	0,00	665.782,05	0,95	0,95	0,00	100,0%
2.446.965,93	0,00	2.446.965,93	0,07	0,07	0,00	100,0%
68.158,14	0,00	68.158,14	0,86	0,86	0,00	85,0%
133.620,15	0,00	133.620,15	0,85	0,85	0,00	100,0%
1.035,36	0,00	1.035,36	0,64	0,64	0,00	99,9%
181.858,28	0,00	181.858,28	0,72	0,72	0,00	77,8%
3.617.662,47	0,00	3.617.662,47	0,53	0,53	0,00	99,7%
149.745,00	0,00	149.745,00	255,00	255,00	0,00	99,8%
976.824,26	0,00	976.824,26	0,74	0,74	0,00	100,0%
79.737,23	0,00	79.737,23	0,77	0,77	0,00	100,0%
64.620,71	0,00	64.620,71	5.379,29	5.379,29	0,00	92,3%
133.676,25	0,00	133.676,25	20.623,75	20.623,75	0,00	86,6%
3.021,28	0,00	3.021,28	2.878,72	2.878,72	0,00	51,2%
23.684,85	0,00	23.684,85	6.475,15	6.475,15	0,00	78,5%
243.434,07	0,00	243.434,07	6.565,93	6.565,93	0,00	97,4%
341.806,86	0,00	341.806,86	1.193,14	1.193,14	0,00	99,7%
284.889,07	0,00	284.889,07	21.110,93	21.110,93	0,00	93,1%
513.112,08	0,00	513.112,08	2,92	2,92	0,00	100,0%
105.030,98	0,00	105.030,98	10.169,02	10.169,02	0,00	91,2%
16.185,89	0,00	16.185,89	5.734,11	5.734,11	0,00	73,8%
671.390,59	0,00	671.390,59	56.660,41	56.660,41	0,00	74,8%
14.495,23	0,00	14.495,23	4.000,77	4.000,77	0,00	62,7%
53.091,68	0,00	53.091,68	3.908,32	3.908,32	0,00	93,1%
458.299,61	0,00	458.299,61	1.973,39	1.973,39	0,00	99,6%
42.461,88	0,00	42.461,88	0,12	0,12	0,00	100,0%
69.101,04	0,00	69.101,04	2,96	2,96	0,00	100,0%
232.417,71	0,00	232.417,71	2,29	2,29	0,00	100,0%
445.263,71	0,00	445.263,71	4.736,29	4.736,29	0,00	78,1%
871.745,08	0,00	871.745,08	1.341,92	1.341,92	0,00	99,8%
115.815,75	0,00	115.815,75	8.573,25	8.573,25	0,00	93,1%
22.274,64	0,00	22.274,64	0,36	0,36	0,00	100,0%
177.205,81	0,00	177.205,81	2.294,19	2.294,19	0,00	98,7%
1.996,50	0,00	1.996,50	803,50	803,50	0,00	71,3%
89.533,91	0,00	89.533,91	466,09	466,09	0,00	99,5%
35.973.959,43	0,00	35.973.959,43	165.162,57	165.162,57	0,00	98,5%

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS	(2)	(3)	(4)	(5)
02 0 02 09 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	350.000,00	974.750,00	0,00	974.750,00
02 0 02 09 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	160.000,00	3.328.062,00	0,00	2.831.017,79
02 0 02 09 00	1011	010112	Suplementos e prémios	110.000,00	108.350,00	0,00	108.350,00
02 0 02 09 00	1011	010113	Subsidio de refeição	65.000,00	64.025,00	0,00	64.025,00
02 0 02 09 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	110.000,00	398.350,00	0,00	398.350,00
02 0 02 09 00	1011	010202	Horas extraordinárias	0,00	47.300,00	0,00	47.300,00
02 0 02 09 00	1011	010204	Ajudas de custo	120.000,00	118.200,00	0,00	37.680,07
02 0 02 09 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	115.000,00	340.000,00	0,00	340.000,00
02 0 02 09 00	1011	010308	Outras pensões	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
02 0 02 09 00	1011	010309	Seguros	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
02 0 02 09 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	52.500,00	52.500,00	0,00	25.007,75
02 0 02 09 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	20.000,00	0,00	3.684,77
02 0 02 09 00	1011	020209	Comunicações	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
02 0 02 09 00	1011	020213	Deslocações e estadas	60.000,00	148.577,00	0,00	98.577,00
02 0 02 09 00	1011	020217	Publicidade	0,00	240.000,00	0,00	0,00
02 0 02 09 00	1011	020225	Outros serviços	25.000,00	18.750,00	0,00	0,00
02 0 02 09 00	1011	060203	Outras despesas correntes	36.500,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 09 00	1011	070107	Equipamento de informática	156.000,00	613.123,00	0,00	440.242,56
			Subtotal 02	1.460.000,00	6.588.987,00	0,00	5.435.984,94
			F.FIN. 280 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 09 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	400.000,00	394.000,00	0,00	394.000,00
02 0 02 09 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	100.000,00	1.108.250,00	0,00	1.108.250,00
02 0 02 09 00	1011	010112	Suplementos e prémios	75.000,00	73.875,00	0,00	73.875,00
02 0 02 09 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	75.000,00	73.875,00	0,00	73.875,00
02 0 02 09 00	1011	010204	Ajudas de custo	0,00	37.000,00	0,00	37.000,00
02 0 02 09 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
02 0 02 09 00	1011	010309	Seguros	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
02 0 02 09 00	1011	020213	Deslocações e estadas	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
02 0 02 09 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	270.887,00	0,00	183.887,63
			Subtotal 03	800.000,00	2.207.887,00	0,00	2.120.887,63
			Total Desp. Func. Normal	38.770.000,00	45.306.874,00	370.878,00	43.530.832,00
			Desp. Invest. Plano				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
			MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)				
02 9 50 17 00	1011	070103	Edifícios	11.000,00	11.000,00	2.200,00	5.400,00
02 9 50 17 00	1011	070107	Equipamento de informática	49.000,00	49.000,00	9.800,00	25.548,21
02 9 50 17 00	1011	070108	Software informático	100.000,00	100.000,00	20.000,00	60.060,00
02 9 50 17 00	1011	070109	Equipamento administrativo	10.000,00	10.000,00	2.000,00	560,40
			Subtotal 01	170.000,00	170.000,00	34.000,00	91.568,61
			REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)				
02 9 50 17 00	1011	070107	Equipamento de informática	507.626,00	507.626,00	101.525,00	26.389,74
02 9 50 17 00	1011	070108	Software informático	20.000,00	20.000,00	4.000,00	0,00
			Subtotal 02	527.626,00	527.626,00	105.525,00	26.389,74
			Total Desp. Invest. Plano	697.626,00	697.626,00	139.525,00	117.958,35
			Total Geral	39.467.626,00	46.004.500,00	510.403,00	43.648.790,35

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
974.750,00	0,00	974.750,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
2.831.017,79	0,00	2.831.017,79	497.044,21	497.044,21	0,00	85,1%
108.350,00	0,00	108.350,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
64.025,00	0,00	64.025,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
398.350,00	0,00	398.350,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
47.300,00	0,00	47.300,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
37.680,07	0,00	37.680,07	80.519,93	80.519,93	0,00	31,9%
340.000,00	0,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,0%
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
25.007,75	0,00	25.007,75	27.492,25	27.492,25	0,00	47,6%
3.684,77	0,00	3.684,77	16.315,23	16.315,23	0,00	18,4%
17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
98.577,00	0,00	98.577,00	50.000,00	50.000,00	0,00	66,3%
0,00	0,00	0,00	240.000,00	240.000,00	0,00	0,0%
0,00	0,00	0,00	18.750,00	18.750,00	0,00	0,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
440.242,56	0,00	440.242,56	172.880,44	172.880,44	0,00	71,8%
5.435.984,94	0,00	5.435.984,94	1.153.002,06	1.153.002,06	0,00	82,5%
394.000,00	0,00	394.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
1.108.250,00	0,00	1.108.250,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
73.875,00	0,00	73.875,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
73.875,00	0,00	73.875,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
37.000,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
183.887,63	0,00	183.887,63	86.999,37	86.999,37	0,00	67,9%
2.120.887,63	0,00	2.120.887,63	86.999,37	86.999,37	0,00	96,1%
43.530.832,00	0,00	43.530.832,00	1.405.164,00	1.405.164,00	0,00	96,1%
5.400,00	0,00	5.400,00	3.400,00	3.400,00	0,00	49,1%
25.548,21	0,00	25.548,21	13.651,79	13.651,79	0,00	52,1%
60.060,00	0,00	60.060,00	19.940,00	19.940,00	0,00	60,1%
560,40	0,00	560,40	7.439,60	7.439,60	0,00	-
91.568,61	0,00	91.568,61	44.431,39	44.431,39	0,00	53,9%
26.389,74	0,00	26.389,74	379.711,26	379.711,26	0,00	5,2%
0,00	0,00	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00	-
26.389,74	0,00	26.389,74	395.711,26	395.711,26	0,00	5,0%
117.958,35	0,00	117.958,35	440.142,65	440.142,65	0,00	16,9%
43.648.790,35	0,00	43.648.790,35	1.845.306,65	1.845.306,65	0,00	94,9%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial (2)	Previsões corrigidas (3)	Receitas por cobrar no Início Ano (4)	Receitas Liquidadas (5)
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição				
02 0 02 09 00	1011	0603010102	Rec. Func. Normal				
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS				
			Transf. Correntes - O.E.	36.510.000,00	36.510.000,00	0,00	35.973.959,43
			Subtotal 01	36.510.000,00	36.510.000,00	0,00	35.973.959,43
			F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS				
			Coimas e penalidades	10.000,00	10.264,00	0,00	43.445,77
			Transf. IFAP	0,00	5.011.341,89	0,00	5.011.341,89
			Publicações e impressos	40.000,00	55.883,09	0,00	123.838,82
			Serviços	1.280.000,00	1.357.852,22	260.763,31	1.223.377,31
			Outras receitas correntes	130.000,00	153.645,80	0,00	393.322,73
02 0 02 09 00	1011	0609019902	Subtotal 02	1.460.000,00	6.588.987,00	260.763,31	6.795.326,52
			F.FIN.280 RECEITA C/ T. SALDOS				
			Transf. Correntes - U.E. Instituições	800.000,00	2.207.887,00	287.062,33	2.392.760,11
			Subtotal 03	800.000,00	2.207.887,00	287.062,33	2.392.760,11
			Total Rec. Func. Normal	38.770.000,00	45.306.874,00	547.825,64	45.162.046,06
			Rec. Invest. Plano				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
			MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)				
			Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00
			Transf. Capital - O.E	170.000,00	170.000,00	0,00	91.568,61
02 9 50 17 00	1011	1003010102	Subtotal 01	170.000,00	170.000,00	0,00	91.568,61
			REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)				
			Transf. Correntes - O.E.	\	0,00	0,00	0,00
			Transf. Capital - O.E	527.626,00	527.626,00	0,00	26.389,74
			Subtotal 02	527.626,00	527.626,00	0,00	26.389,74
			Total Rec. Invest. Plano	697.626,00	697.626,00	0,00	117.958,35
			Total Geral	39.467.626,00	46.004.500,00	547.825,64	45.280.004,41

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0,00	35.973.959,43	0,00	0,00	35.973.959,43	0,00	98,5%
0,00	35.973.959,43	0,00	0,00	35.973.959,43	0,00	98,5%
0,00	43.445,77	0,00	0,00	43.445,77	0,00	423,3%
0,00	5.011.341,89	0,00	0,00	5.011.341,89	0,00	100,0%
0,00	123.838,82	0,00	0,00	123.838,82	0,00	221,6%
0,00	1.259.400,19	0,00	0,00	1.259.400,19	224.740,43	92,7%
0,00	393.322,73	0,00	0,00	393.322,73	0,00	256,0%
0,00	6.831.349,40	0,00	0,00	6.831.349,40	224.740,43	103,7%
0,00	2.576.477,08	0,00	0,00	2.576.477,08	103.345,36	116,7%
0,00	2.576.477,08	0,00	0,00	2.576.477,08	103.345,36	116,7%
0,00	45.381.785,91	0,00	0,00	45.381.785,91	328.085,79	100,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	91.568,61	0,00	0,00	91.568,61	0,00	53,9%
0,00	91.568,61	0,00	0,00	91.568,61	0,00	53,9%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	26.389,74	0,00	0,00	26.389,74	0,00	5,0%
0,00	26.389,74	0,00	0,00	26.389,74	0,00	5,0%
0,00	117.958,35	0,00	0,00	117.958,35	0,00	16,9%
0,00	45.499.744,26	0,00	0,00	45.499.744,26	328.085,79	98,9%

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS
DE CAIXA



Relatório e Contas

2010



Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		0,00
		Execução orçamental		0,00
		De dot. Orç. OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro	2.536.874,00	
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		0,00
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Receitas		59.744.053,90
1		Dotações orçamentais (OE)		36.091.917,78
		Orç. Funcionamento	35.973.959,43	
	0603010102	Transf. Correntes Orçamento do Estado	35.882.429,02	
2	1003010102	Transf. Capital Orçamento do Estado	91.530,41	
		Correntes/PIDDAC	0,00	
	0603010102	MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)	0,00	
	0603010102	REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)	0,00	
		Capital/PIDDAC	117.958,35	
	1003010102	MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)	91.568,61	
	1003010102	REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)	26.389,74	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		9.407.826,48
		Receitas Próprias Correntes	9.407.826,48	
	04.02.04.99.02	Coimas e Penalidades	43.445,77	
	06.03.01.01.02	Transf. Correntes - IFAP	5.011.341,89	
	06.09.01.99.02	Transf. Correntes - U. E. Instituições	2.576.477,08	
	07.01.03.99.02	Publicações e Impressos	123.838,82	
	07.02.02.99.02	Serviços	1.259.400,19	
	08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	393.322,73	
		Recebido do Tesouro em conta de Receitas Próprias		7.556.872,57
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e Outras Entidades:		6.687.437,07
		Receita do Estado	4.274.567,52	
		Operações de Tesouraria	2.412.869,55	
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3.550.917,96	
		Operações de Tesouraria	2.412.869,55	
		Total		59.744.053,90

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos		
Capítulo	Grupo			
		Despesas		59.744.053,90
		Despesas Orçamentais (OE)		36.091.917,78
1		Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento	35.973.959,43	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	25.770.763,36	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	384.671,93	
	01.03.	Segurança Social	4.823.968,96	
	02.01./02.	Aquisição de Bens e Serviços	4.703.544,32	
	04.	Estágios PEPAC	22.274,64	
	06.	Outras Despesas Correntes	177.205,81	
	07.	Aquisições bens capital	91.530,41	
2		Correntes/PIDDAC	0,00	
		MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)		
	01.	Despesas com pessoal	0,00	
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
		REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)		
	01.	Despesas com pessoal	0,00	
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
2		Capital/PIDDAC	117.958,35	
		MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)		
	07.	Aquisições bens capital	91.568,61	
		REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)		
	07.	Aquisições bens capital	26.389,74	
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos		7.556.872,57
		Correntes	7.556.872,57	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	6.026.492,79	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	121.980,07	
	01.03.	Segurança Social	565.007,75	
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	403.149,40	
	07.	Aquisições bens capital	440.242,56	
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias		9.407.826,48
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado 3.550.917,96		
		Operações de Tesouraria 2.412.869,55		
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:		6.687.437,07
		Receita do Estado 4.274.567,52		
		Operações de Tesouraria 2.412.869,55		
		Saldo para a gerência seguinte		0,00
		Execução orçamental		0,00
		De dot. orçamentais OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro 1.850.953,91		
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		0,00
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado 0,00		
		Total		59.744.053,90

ANEXOS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



Relatório e Contas

2010



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.) é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e património próprio, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por missão a produção e divulgação da informação estatística oficial, promovendo a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da actividade estatística nacional.

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) a Lei Orgânica do INE (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto) foi revogada e foram publicados o Decreto-Lei nº 166/2007, de 3 de Maio, o qual define a actual Lei Orgânica do INE e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de Março, a qual define a Estrutura Orgânica do Instituto.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 2003, conforme estipulado no Artigo 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de Março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Artigo 60º do citado Diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui parecer às contas emitido por esta comissão.

Dos factos acima referidos não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, que é comparável à informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

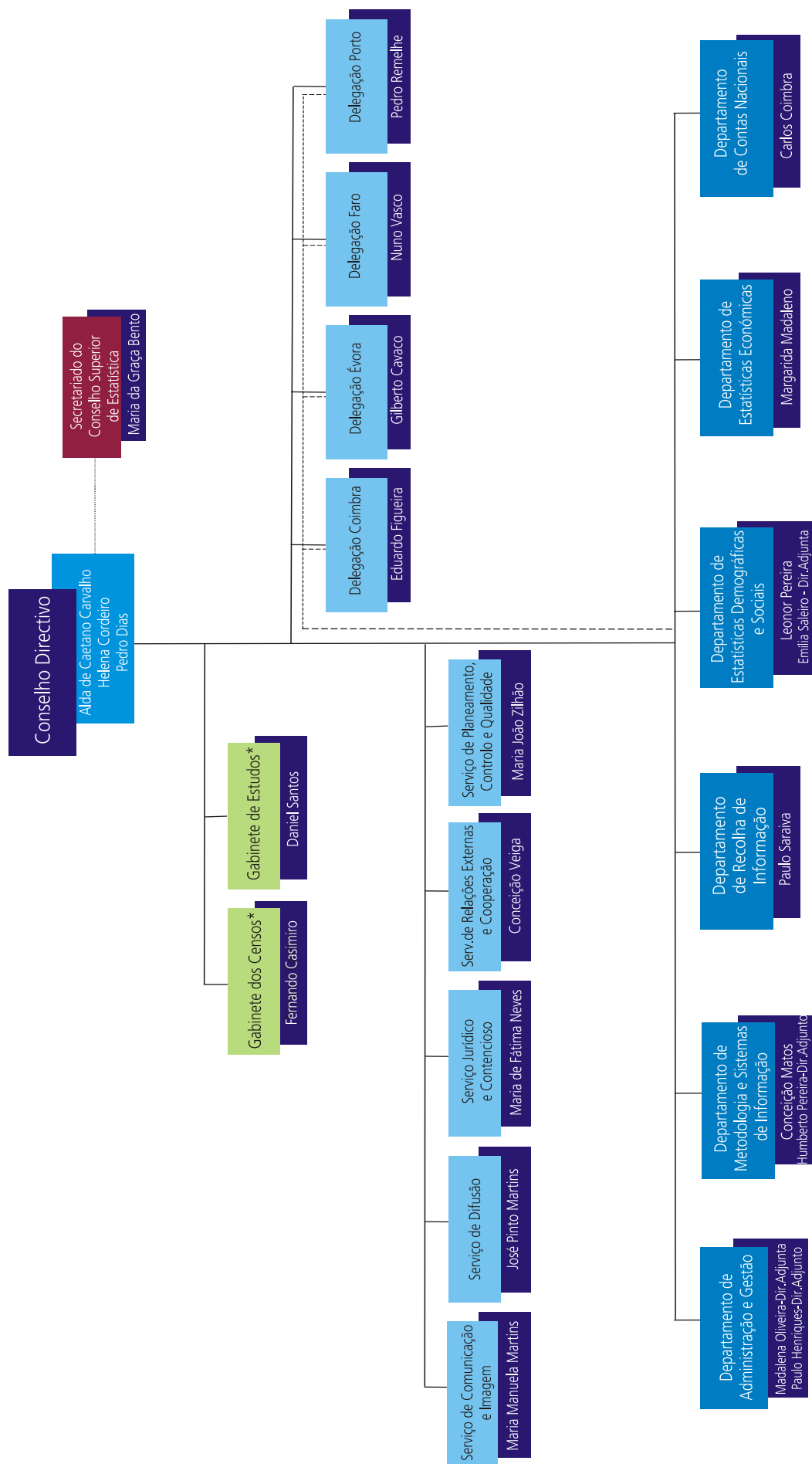
O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de Maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a Lei Orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais.

Entre 1989 e 2008 a Lei nº 6/89, de 15 de Abril, estabeleceu as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional. Actualmente é a Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, que estabelece o enquadramento geral da actividade estatística nacional, definindo nomeadamente, os princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional, a sua estrutura e as normas que o regem.

Entre 1989 e 2007 a Lei Orgânica do INE encontrava-se definida no Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto.

Actualmente a Lei Orgânica do Instituto encontra-se definida no Decreto Lei nº 166/2007, de 3 de Maio e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de Março, estabelece a Estrutura Orgânica do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2010



— Dependência hierárquica

--- Dependência técnico/funcional

..... Dependência da Vice-Presidente do CSE (Presidente do Conselho Directivo do INE)

* Equipa de Projecto

8.1.4 Descrição sumária das actividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho Directivo.

8.1.6 Organização contabilística

- (a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.
- (b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.
- (c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.
- (d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.
- (e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.
- (f) Existe inventário permanente para todas as existências.
- (g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento de Administração e Gestão – Área Financeira emitir as devidas instruções.
- (h) Existe uma aplicação informática específica, onde se encontram cadastrados todos os bens do activo imobilizado.
- (i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.
- (j) A contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:

Conta de Gerência;
Relatório e Contas.

Informação Mensal:

Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;
Balancete de execução orçamental (PIDDAC e Funcionamento).

8.1.5 Recursos Humanos à data de 31 de Dezembro de 2010

CATEGORIA	Nº EFEC-TIVOS	RELAÇÃO JUR. EMPREGO			DEPARTAMENTO																		
		QUADRO	TERMO CERTO	REQ./C.S.	O.SOC	JC	CI	PCQ	REC	DI	GE	GC	DES	DEE	DCN	DAG/AF	DAG/RH	GRH	DMSI	DRI	SCSE	GDINE	DELEG
Pres./Vogais Executivos	3	1		2	3																		
Directores Departamento	5	3		2									1	1	1				1	1			
Director Adjunto	5	5											1	1	1	1	1						
Chefes de Serviço	30	29		1		1	1	1	1				5	4	5	1	1		6	3			
Delegados	4	4																					4
Coordenador Projecto	5	5									1	1	1	1	2								
Chefe de Núcleo	12	12							1						1					10			
Tec. Sup. Estatística	202	201		1	1		1	3	2	4	2	4	26	30	42			18	31	34	2		2
Tec. Sup. Informática	53	53									1	1	1		1			3	43	2			1
Outros Tec. Superiores	41	41				3		1	2	7			2	1	1	2	6	2	7	5	2		
Adjuntos de Estatística	197	197						2	1	11	1		8	24	20	4	4		16	100	2	2	2
Administrativos	55	55			1	2	1			3					2	8	5	2	6	16	1	1	7
Tec. Prof. Informática	27	27								3			1	1		2		1	10	8			1
Outros Tec. Profissionais	53	52		1	2	1	1		2	9		2		1	1	1	2	4	3	19			5
Apoio Geral	15	15			2		3									6		1				1	2
TOTAIS	707	700	0	7	9	7	7	7	8	39	5	8	46	62	77	25	19	31	124	198	7	4	24

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excepcionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço de Logística do Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira. Ocorrem, no entanto, situações muito pontuais de descentralização, especialmente a nível das Delegações do INE, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos actos de recepção.
- (g) Toda a facturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existe separação e segregação das funções de facturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspectos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de Dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas reflectem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflecte, essencialmente, os reembolsos de despesas efectuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, acções de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento**(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e PIDDAC**

Devido ao facto da actividade do Instituto ser financiada essencialmente por subsídios do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da rubrica de Outros devedores e/ou Outros credores. Assim, excepto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização, alienação e abate dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de subsídios recebidos ou a receber do Estado ou receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do EUROSTAT (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h))); e
- Verbas provenientes de candidaturas a fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respectiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão directamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de Agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objecto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE calcula as amortizações do imobilizado corpóreo segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas fiscais máximas previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro. O INE não utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril, pelo facto da aplicação deste normativo não originar alterações patrimoniais significativas com impacto nas demonstrações financeiras.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2 % - 25 %
Equipamento básico	10 % - 25 %
Equipamento de transporte	25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	8,33 % - 25 %
Equipamento de informática	10 % - 33,33 %
Outras imobilizações corpóreas	10 % - 33,33 %

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95 % para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80 % para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efectivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100 % para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50 % para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspectiva de risco efectivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber de candidaturas a fundos comunitários no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados facturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de Dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de Abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no activo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	13.744.806,64	0,00	0,00	0,00	13.744.806,64
Edifícios e outras construções	9.632.296,13	7.359,10	(9.835,33)	0,00	9.629.819,90
Equipamento básico	1.143.073,11	0,00	0	0,00	1.143.073,11
Equipamento de transporte	463.239,72	0,00	0	0,00	463.239,72
Ferramentas e utensílios	135.831,27	557,60	0	0,00	136.388,87
Equipamento administrativo	1.986.086,66	0,00	(1.508,09)	0,00	1.984.578,57
Equipamento de informática	18.766.323,86	638.474,00	(1.963.260,55)	0,00	17.441.537,31
Outras imobilizações corpóreas	14.846,62	0,00	0	0,00	14.846,62
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	45.886.504,01	646.390,70	(1.974.603,97)	0,00	44.558.290,74

AMORTIZAÇÕES					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	3.761.061,46	250.149,35	(9.499,60)	0,00	4.001.711,21
Equipamento básico	1.057.682,60	44.326,83	0,00	0,00	1.102.009,43
Equipamento de transporte	463.239,72	0,00	0,00	0,00	463.239,72
Ferramentas e utensílios	83.003,92	16.940,88	0,00	0,00	99.944,80
Equipamento administrativo	1.873.381,80	48.612,73	(1.508,09)	0,00	1.920.486,44
Equipamento de informática	16.288.815,73	1.303.474,57	(1.962.586,48)	0,00	15.629.703,82
Outras imobilizações corpóreas	8.803,05	0,00	0,00	0,00	8.803,05
Totais	23.535.988,28	1.663.504,36	(1.973.594,17)	0,00	23.225.898,47

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira, deste Instituto, a informação referente a este ponto. Dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afectas, na totalidade, à actividade do INE.

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 3.104.796,83 (2009: 3.493.265,03) e correspondem às férias, subsídios de férias e respectivos encargos vencidos em 2010 e a pagar em 2011 encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de Dezembro de 2010 o valor a receber do pessoal ascende a 6.271,76 (2009: 10.913,43) e corresponde a adiantamentos com deslocações.

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	6.227,29	1.800,99	0,00	8.028,28
Provisões para depreciação de existências	528.705,69	20.746,04	0,00	549.451,73
Subtotal	534.932,98	22.547,03	0,00	557.480,01
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	534.932,98	22.547,03	0,00	557.480,01

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efectuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respectivamente.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20.772.818,99	0,00	0,00	20.772.818,99
Resultados transitados	(6.250.960,84)	701.683,37	0,00	(5.549.277,47)
Resultado líquido do exercício:				
2009	701.683,37	0,00	(701.683,37)	0,00
2010	0,00	0,00	(45.440,31)	(45.440,31)
Totais	15.223.541,52	701.683,37	(747.123,68)	15.178.101,21

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de Agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di) resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(54.867,77)
Abates no exercício de bens não subsidiados	0,00
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	(22.547,03)
Variação da Produção	13.494,63
Outras situações	18.479,86
Resultado líquido do exercício	(45.440,31)

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	66.329,53
Compras	107.687,87
Regularização de existências	1.811,74
Existências finais	(76.828,63)
Custos no exercício	99.000,51

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	617.071,61
Existências iniciais	(603.576,98)
Aumentos no exercício	13.494,63

8.2.35 Repartição, por mercados, do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

Rubricas	M. Interno	M. Externo	Total
Vendas	11.692,59	1.766,48	13.459,07
Prestações de serviços	619.986,68	486.328,45	1.106.315,13
Totais	631.679,27	488.094,93	1.119.774,20

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2010	2009		2010	2009
681 - Juros suportados	0,00	0,00	781 - Juros obtidos	0,00	0,00
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
688 - Outros custos e perdas financeiros	1.643,48	1.501,69	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Resultados financeiros	(1.643,48)	(1.501,69)			
	0,00	0,00		0,00	0,00

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2010	2009		2010	2009
692 - Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	0,00	1.627,13	793 - Ganhos em existências	1.811,74	0,00
694 - Perdas em imobilizações	0,00	251.628,67	794 - Ganhos em imobilizações	3.294,32	11.247,00
695 - Multas e penalidades	0,00	342,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	0,00	101.435,18
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	148.256,34	205.963,29	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	146.778,37	17.822,58
698 - Outros custos e perdas extraordinários	19.712,40	729.826,71	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	1.619.245,51	1.562.794,75
Resultados extraordinários	1.603.161,20	503.911,71			
	1.771.129,94	1.693.299,51		1.771.129,94	1.693.299,51

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 1.616.617,36 (2009: 1.558.935,47) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**(a) Outros devedores**

Rubricas	2010	2009
EUROSTAT	103.345,36	287.062,33
Especialização do exercício do Orçamento do Estado	0,00	0,00
Direcções e serviços regionais	39.135,29	39.135,29
Pessoal	21.997,74	32.496,51
Outros	44.493,37	35.879,57
Totais	208.971,76	394.573,70

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2010	2009
Candidaturas Regionais	0,00	0,00
Comissão Europeia/Eurostat	1.156.081,04	778.335,55
Outros acréscimos de proveitos	51,90	8,25
Totais	1.156.132,94	778.343,80

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2010	2009
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	6.290.711,29	7.261.947,74
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	160.224,73	487.316,84
Outros proveitos diferidos	507,95	8.675,44
Totais	6.451.443,97	7.757.940,02

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2010	2009
Terrenos	276.001,63	283.982,39
Edifícios e outras construções	4.055.232,72	4.243.490,93
Equipamento básico	41.063,68	85.390,51
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	36.444,07	52.827,35
Equipamento administrativo	64.092,13	112.704,86
Equipamento informático	1.811.833,49	2.477.508,13
Outras imobilizações corpóreas	6.043,57	6.043,57
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Totais	6.290.711,29	7.261.947,74

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	7.261.947,74
Reforço (OF e PIDDAC)	646.390,71
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(1.616.617,36)
Outras reduções, por abates	(1.009,80)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	6.290.711,29

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2010	2009
Orçamento de Funcionamento	35.882.905,59	32.751.500,13
Orçamento do PIDDAC	595,24	4.292,14
Comissão Europeia/Eurostat	1.767.735,66	1.428.454,59
Candidaturas Regionais/Outros	3.562.026,24	1.928.962,87
Especialização de verbas do Orçamento do Estado	(24.584,28)	(186.124,92)
Totais	41.188.678,45	35.927.084,81

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em Abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no activo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não actualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte fórmula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20)/45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos actuariais efectuados por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projectada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2010	2009
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 1980	EVK 1980
Taxa de crescimento dos salários	2%	3%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo que lhes estão afectos, era como segue:

	2010	2009
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	3.426.331,00	3.180.179,00
Valor do Fundo	4.057.162,00	3.925.472,00
Excesso/Insuficiência de cobertura	630.831,00	745.293,00

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2009	3.180.179,00
Custo dos serviços correntes	157.212,00
Custos dos juros	181.994,00
Ganhos Actuarias	(64.824,00)
Pagamento	(28.230,00)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2010	3.426.331,00

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Directriz Contabilística nº 19.

Alterações Orçamentais - Despesa

Classificação económica		Alterações orçamentais					Dotações iniciais	Reposições abatidas aos pagamentos			Dotações corrigidas	Observações
Código	Descrição	(2)	(3)	Transferências de verbas entre rubricas		Modificações na redacção da rubrica		(8)	(9)=(3)+(4)+(5)+(6)+(-7)+(8)	(10)		
				Reforços	Anulações							
Desp. Func. Normal												
	F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS		24.253.118,00	3.564.929,00	-2.047.278,00	0,00	0,00	25.770.769,00				
01.01.	Remun. certas e permanentes		409.441,00	124.382,00	-85.148,00	0,00	0,00	448.675,00				
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais		5.166.364,00	80.089,00	-409.929,00	0,00	0,00	4.836.524,00				
01.03.	Segurança social		5.704.327,00	1.260.102,00	-1.804.972,00	0,00	0,00	5.159.457,00				
02.	Aq. bens e serviços correntes		0,00	22.400,00	-125,00	0,00	0,00	22.275,00				
04.	Estagiários PEPAC		976.750,00	1.036.250,00	-1.833.500,00	0,00	0,00	179.500,00				
06.	Outras despesas correntes		0,00	92.800,00	0,00	0,00	0,00	92.800,00				
07.	Aq. bens capital		36.510.000,00	6.180.952,00	-6.180.952,00	0,00	0,00	36.510.000,00				
Subtotal 01												
	F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS		795.000,00	81.000,00	-21.450,00	4.018.987,00	0,00	4.873.537,00				
01.01.	Remun. certas e permanentes		120.000,00	49.100,00	-3.600,00	0,00	0,00	165.500,00				
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais		267.500,00	0,00	-95.000,00	320.000,00	0,00	492.500,00				
01.03.	Segurança social		85.000,00	111.827,00	-42.500,00	290.000,00	0,00	444.327,00				
02.	Aq. bens e serviços correntes		36.500,00	36.500,00	-73.000,00	0,00	0,00	0,00				
06.	Outras despesas correntes		156.000,00	0,00	-42.877,00	500.000,00	0,00	613.123,00				
07.	Aq. bens capital		1.460.000,00	278.427,00	-278.427,00	5.128.987,00	0,00	6.588.987,00				
Subtotal 02												
	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS		650.000,00	8.250,00	-8.250,00	1.000.000,00	0,00	1.650.000,00				
01.01.	Remun. certas e permanentes		0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	37.000,00				
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais		150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00				
01.03.	Segurança social		0,00	200.000,00	-200.000,00	370.887,00	0,00	370.887,00				
02.	Aq. bens e serviços correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
06.	Outras despesas correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
	Subtotal 03		800.000,00	208.250,00	-208.250,00	1.407.887,00	0,00	2.207.887,00				
	Total Desp. Func. Normal		38.770.000,00	6.667.629,00	-6.667.629,00	6.536.874,00	0,00	45.306.874,00				
Desp. Investimentos Plano												
	F.FIN. 111/2 RECEITAS GERAIS											
	MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)											
01.	Desp com o pessoal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
02.	Aq. bens serviços correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
07.	Aq. bens capital		170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00				
	Subtotal 01		170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00				
	REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)											
01.	Desp com o pessoal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
02.	Aq. bens serviços correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
07.	Aq. bens capital		527.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527.626,00				
	Subtotal 02		527.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527.626,00				
	Total Desp. Invest. Plano		697.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	697.626,00				
	Total		39.467.626,00	6.667.629,00	-6.667.629,00	6.536.874,00	0,00	46.004.500,00				

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
06.03.01.01.02	Receitas Func. Normal F.FIN.110 RECEITAS GERAIS Tranf. Correntes - O.E.	36.510.000,00 36.510.000,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	36.510.000,00 36.510.000,00	
04.02.04.99.02	Subtotal 01 F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS Coimas e penalidades	10.000,00	264,00	0,00	0,00	10.264,00	
06.03.01.01.02	Tranf. Correntes - M. Agrícola/IFAP	0,00	5.011.341,89	0,00	0,00	5.011.341,89	
07.01.03.99.02	Publicações e impressos	40.000,00	15.883,09	0,00	0,00	55.883,09	
07.02.02.99.02	Serviços	1.280.000,00	77.852,22	0,00	0,00	1.357.852,22	
08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	130.000,00	23.645,80	0,00	0,00	153.645,80	
	Subtotal 02	1.460.000,00	5.128.987,00	0,00	0,00	6.588.987,00	
06.09.01.99.02	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS Tranf. Correntes - U.E. Instituições	800.000,00	1.407.887,00	0,00	0,00	2.207.887,00	
	Subtotal 03	800.000,00	1.407.887,00	0,00	0,00	2.207.887,00	
	Total Rec. Func. Normal	38.770.000,00	6.536.874,00	0,00	0,00	45.306.874,00	
06.03.01.01.02	Receitas Investimento Plano F.FIN. 111/2 RECEITAS GERAIS MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.03.01.01.02	Correntes - Orç. Estado Capital - Orç. Estado	170.000,00 170.000,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	170.000,00 170.000,00	
	Subtotal 01	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	
06.03.01.01.02	REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102) Correntes - Orç. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.03.01.01.02	Capital - Orç. Estado	527.626,00	0,00	0,00	0,00	527.626,00	
	Subtotal 02	527.626,00	0,00	0,00	0,00	527.626,00	
	Total Rec. Invest. Plano	697.626,00	0,00	0,00	0,00	697.626,00	
	Total	39.467.626,00	6.536.874,00	0,00	0,00	46.004.500,00	

(Valores em euros)

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2010 - Orç. Funcionamento	36.417.200,00	35.882.429,02
Lei do Orçamento de Estado para 2010 - CAPº 50º (PIDDAC):		
MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)	0,00	0,00
REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)	0,00	0,00
TOTAL	36.417.200,00	35.882.429,02

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2010 - Orç. Funcionamento	92.800,00	91.530,41
Lei do Orçamento de Estado para 2010 - CAPº 50º (PIDDAC):		
MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)	170.000,00	91.568,61
REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)	527.626,00	26.389,74
TOTAL	790.426,00	209.488,76

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	2.576.477,08	103.345,36
	TOTAL	2.576.477,08	103.345,36